

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE JUNHO DE 2014

NÚMERO 6.703

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Valdir Cobalchini
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Ada Faraco De Luca
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 033ª Sessão Ordinária realizada em 10/04/2014.....2 Ata da 034ª Sessão Ordinária realizada em 15/04/2014.....11</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....17</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública18 Atas de Comissões Permanentes27 Aviso de Licitação28 Aviso de Resultado28 Mensagem Governamental28 Portarias29 Projetos de Lei32 Redações Finais36</p>
---	--	---

PLENÁRIO

ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida a ata.)

Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, tenho algo para ser inserido na ata da 32ª Sessão Ordinária. Consta na ata que em Breves Comunicações e no horário destinado aos Partidos Políticos não houve oradores inscritos. Eu gostaria que fosse

incluído o motivo, que foi a suspensão da sessão até as 16h, horário da Ordem do Dia, por não ter conseguido ser feita a sessão pelo apitaje que houve ontem aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a observação, solicito à assessoria que tome as devidas providências para fazer a inclusão na ata que acaba de ser lida.

Em votação a ata com a retificação feita pelo deputado Kennedy Nunes.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer um breve relato da representatividade que fiz a v.exa. desta casa e também como presidente do bloco brasileiro dos deputados que fazem da UPM. Nós estivemos na reunião do Parlasul, em Montevideu, onde a UPM teve uma reunião com a diretoria do Parlasul e fomos reconhecidos, deputado, como a entidade que representa todas as lideranças regionais dos países do

Mercosul. O Parlasul é formado pelos deputados federais e senadores dos países Mercosul. Mas a UPM - União Parlamentares do Mercosul -, ela representa todos os deputados estaduais dos países do Mercosul como também, faço o registro do vereador Roberto Bioni, do município de Joinville, e a UPM também faz a representação dos vereadores já que alguns países do Mercosul a figura do vereador é a figura do deputado estadual. Ele é o parlamentar regional que existe. E a UPM foi então reconhecida como a entidade que representa todas essa representatividade regional dos países do Mercosul.

Eu quero fazer o registro ao funcionário desta Casa, responsável por toda essa atividade, doutor Flávio Monteiro, que desde 2007, ele com os outros, e já passaram vários deputados aqui, fazem esse tipo de trabalho de fortalecimento da UPM e do bloco brasileiro, e o Flávio Monteiro, juntamente, com o deputado lá da Argentina, German López, são os grandes incentivadores, motivadores e responsáveis para que o Parlasul pudesse estar fazendo esse tipo de reconhecimento à UPM.

Hoje, o atual presidente da UPM é o deputado Miki Breier, do Rio Grande do Sul, e a próxima Presidência da UPM vai ser de uma senadora da Argentina, e logo depois o Brasil volta com a interinidade.

Nessa reunião logo após falarmos com a diretoria do Parlasul, o sr. Rubén

Martínez Huelmo, que é deputado no Uruguai e presidente do Parlasul, tratamos de assuntos que a UPM está trabalhando, que são: uma legislação única de trânsito entre os países do Mercosul, pois sabemos que isso mexe com cultura; em segundo lugar, o reconhecimento dos diplomas das universidades dos países do Mercosul, e precisamos avançar um pouco mais; e em terceiro lugar, sobre a liberação da maconha no Uruguai.

O presidente José Mujica fez duas leis no país que estamos observando. Uma delas, anterior a essa da liberação da maconha, que é a lei do aborto e, agora, o Uruguai vive sobre o amparo da lei na legalização da maconha. Fiz algumas anotações e é interessante o que observei.

Lá no Uruguai, agora, para comprar a maconha na farmácia e usá-la é preciso fazer um cadastro no qual a pessoa deve deixar o nome, endereço, profissão e o documento de identidade. A partir desse cadastro público a pessoa pode comprar a maconha para usar ou então ela pode ter até três pés de maconha em casa e fazer o autocultivo.

O problema que está acontecendo lá no Uruguai agora é que as pessoas daquele país estão preocupadas que aconteça nessa lei da legalização da maconha o mesmo que aconteceu com a legalização do aborto. No Uruguai no ano passado houve sete mil abortos legalizados e o aborto clandestino, que era a grande defesa para a liberação do aborto, não pararam de acontecer por causa de uma sociedade conservadora e muitas pessoas não fazem o aborto legal porque pode ferir sua imagem junto à sociedade e à família.

E a preocupação da liberação da maconha é exatamente essa porque agora já tem o pós-liberação lá no Uruguai. As empresas daquele país estão pedindo para que seus recursos humanos façam a averiguação do *curriculum vitae* dado na empresa se a pessoa que está disputando um cargo ou trabalhar na empresa faz parte da lista de usuários de maconha ou não, fazendo parte eles não querem esse tipo de pessoa porque dizem que os usuários não têm tanta responsabilidade e produtividade como quem não é usuário.

Então, o que é que está acontecendo nesse jogo? Como eu vou à farmácia me registrar para comprar a maconha sei que o meu nome vai para a lista suja das empresas e o mercado clandestino continuará, como no caso do aborto continua. Essa observação, nós da UPM do bloco brasileiro, estamos fazendo porque como o Uruguai é o primeiro país da América a fazer esse tipo de lei, precisamos observar e termos essa decisão como um estudo de caso para vermos qual é a relação que existe no pós isso.

Quem é contra a lei no Uruguai, diz que a liberação da maconha, deputado Padre Pedro Baldissera, é apenas para tapar o sol com a peneira para desvirtuar ou para tirar o foco do verdadeiro problema que está acontecendo no Uruguai, que é o mesmo problema brasileiro: a proliferação do uso de *crack*.

Então, dizem que o governo para tirar o foco ele libera a maconha.

Fiz uma pesquisa com relação ao tipo de investimento na reabilitação que está sendo feita. Na prevenção existe um pouco de trabalho na educação primária, bem pouco. E na reabilitação apenas existem os trabalhos das organizações não governamentais. E esse é um erro do governo. Ele libera o uso da droga e não investe nada na recuperação, ou investe pouco na prevenção.

Trago este assunto porque esse é motivo da nossa observação, do bloco brasileiro, do qual o deputado Silvío Dreveck também faz parte.

Nós formamos no bloco brasileiro uma comissão de acompanhamento dessa questão da liberação da maconha, no Uruguai, em que o presidente desta comissão é um parlamentar uruguaio, até porque como ele está vivendo isso no seu dia a dia ele pode ter uma observação muito maior.

Como nós temos uma grande fronteira seca entre o Brasil e o Uruguai e podemos observar que isso vai nos afetar, e acho que essa é uma preocupação de todos nós.

Então, deixo o meu registro sobre essa importante reunião que tivemos em Montevidéu, no Parlasul. E agradecer os trabalhos do dr. Flávio Monteiro, funcionário desta Casa, pois o trabalho dele e de outros parlamentares resultou nesse reconhecimento do Parlasul, a UPM.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente vou falar no horário dos Partidos Políticos, por isso, declino da utilização da palavra, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Entendi, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, em uma troca com o deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta manhã de quinta-feira.

Srs. deputados, faço uma breve reflexão acerca da segurança pública em geral, da segurança pública do estado de Santa Catarina, mais especificamente pelas notícias de novos atentados, aliás, nove atentados na última semana, que foram praticados pela criminalidade contra à sociedade.

O reconhecimento por parte da secretaria de estado da Segurança Pública de que é, de fato, produto e resultado de determinações oriundas do interior dos presídios do estado de Santa Catarina, que teria sido provocado pela insatisfação dos presos com relação à greve dos agentes penitenciários que, entre outras coisas, impediu a visitação.

Faço esse registro em solidariedade aos agentes penitenciários desse movimento. Há necessidade que essa categoria seja tratada com dignidade salarial, em termos de direito e que seja fortalecida para o bem da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Portanto, manifesto a nossa solidariedade ao movimento dos agentes penitenciários e também a nossa posição contrária e de estranhamento à atitude do governo que pediu a destituição ou pretendia pedir a destituição da diretoria do sindicato, em tempos de democracia, e inclusive há um artigo da Constituição Federal que veda essa intervenção do Poder Executivo em relação à autonomia do movimento sindical.

Nós falávamos em 2012, no ano passado, quando houve aquelas ondas maiores de atentados, sobre algumas medidas necessárias, consequência de uma política de estado que não é feita historicamente, de um desleixo histórico com as instituições públicas em geral, inclusive, com a Segurança Pública. Há falta de investimentos em educação, cultura, lazer e esportes, em assistência social, e ontem aqui aprovamos às pressas um projeto para dar mais uma forcinha para a assistência social do estado de Santa Catarina cuja estrutura é de fato ínfima para a enorme demanda existente.

Então, a falta de investimentos em educação, em saúde pública, em assistência social, também assistência técnica para a pequena agricultura e pequenos estabelecimentos comerciais, a insuficiência das políticas de cultura, esporte e lazer e a falta de educação em tempo integral nas escolas públicas estaduais e municipais, impõe uma situação que leva a esse descontrole social. Não tendo sido feita essa política de fortalecimento das instituições públicas para sanar necessidades básicas do conjunto da população de forma universal, aliás, também quanto à questão da moradia, porque não há uma política de moradia adequada, as pessoas vivem em amontoados urbanos precaríssimos, e o prosseguimento da criminalização dos movimentos populares, inclusive, dos que lutam por moradia. Pagar aluguel nesta cidade ou nessa Grande Florianópolis para quem ganha salário mínimo, por certo, resultará numa condição de moradia absolutamente imprópria para uma família.

E todos nós que defendemos o direito à vida temos que defender o direito e a qualidade de todas as vidas, inclusive das que estão sem moradia na nossa sociedade. Não tendo esses investimentos, não tendo sido feito também a reforma agrária e tendo fortalecido, financiado e planejado possivelmente o êxodo rural histórico, que permanece e continua na sociedade brasileira, nós temos essa realidade. Aí precisa investir em segurança pública, já que não investiu na prevenção, efetiva, agora tem que investir na contenção, e este é um drama social. Precisamos de mais policiais militares, mais policiais civis, mais bombeiros, mais agentes penitenciárias, de mais penitenciárias. Precisamos, sim, infelizmente, precisamos! Porque não se teve o cuidado necessário com as políticas públicas essenciais no passado histórico, e continua-se não tendo essa prioridade. A prioridade é o desenvolvimento econômico ou até para ser mais claro, o enriquecimento cada vez maior dos monopólios, cada vez mais monopólicos. Os juros dos bancos que continuam enriquecendo cada vez mais.

Com relação específica ao tráfico e ao consumo de drogas, a minha posição, é de que as pessoas viciadas em drogas lícitas ou ilícitas, precisam ser tratadas. É evidente que as drogas ilícitas consideradas crime, porque são ilegais, como a maconha, o *crack*, a cocaína, e as sintéticas também, que a classe média bacana usa nas baladas de final de semana, o usuário precisa de tratamento e o traficante precisa de repressão.

Mas o estado está impotente nessa repressão. Eu diria mais, deputado Neodi Saretta, o estado, no sentido *latu*, não quer, o estado, na sociedade capitalista, não se propõe efetivamente a combater o grande tráfico de drogas. Há analistas que dizem, inclusive, deputado Kennedy Nunes, que o tráfico de drogas movimenta mais dinheiro do que a indústria do petróleo, passando pelos bancos todos os dias! Esse dinheiro não anda voando sozinho por aí! Então, esse dinheiro entra nos países na conta de um indivíduo para outro, possivelmente de empresas lavanderias, e não existe um processo de fiscalização, de controle e de combate.

Nós, policiais, e as polícias, ficamos catando no varejo, e absurdamente não venceremos jamais! É claro, é evidente! E pudemos ver em cada bairro desta cidade, deste estado, deste país onde está a droga. Onde eu moro, por exemplo, que é um bairro popular, todo mundo sabe onde fica o ponto de droga.

Eu sei, todos os policiais sabem, como o padre, a professora, a senhora que

levanta domingo de manhã para ir à missa ou para ir ao culto domingo à noite, onde fica o ponto de droga. E ela circula, movimentada e vai! A polícia não faz nada? Faz! Toda hora vejo as guarnições lá na frente. O flagrante delito é cada vez mais uma situação difícil. Para uma pequena quantidade de drogas não existe mais flagrante porque não é tráfico, é consumo.

Então, se perde o controle e aprofunda para um processo de barbárie social que leva à degeneração do conjunto da sociedade, das pessoas.

É preciso, evidentemente, fortalecer as instituições de segurança, inclusive o sistema prisional, porque, infelizmente, não se investiu em educação, em assistência social no passado, e continuam não fazendo o suficiente.

Mas é preciso termos claro que continuamos a enxugar o gelo, continuamos a correr atrás de um prejuízo, com pouca chance de alcançar o êxito de diminuir. Se não se invertermos isso, se não combatemos o grande tráfico de entorpecentes e de armas, estaremos fadados a derrotas contínuas, cada vez mais, apenas remendando um problema que já vem do passado e que se aprofunda. Esta é, infelizmente, a realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, gostaria, neste momento, de lamentar o falecimento, uma morte trágica que aconteceu no domingo, em Joinville, do presidente da Sociedade Kênia Clube, Everaldo José Pereira, cujo carro bateu de frente com um ônibus.

Ele era um grande líder do movimento negro de Joinville, conseguiu reavivar a Sociedade Kênia Clube e levar o movimento negro para dentro da sociedade. Fez um trabalho intenso para a regularização do prédio da sociedade depois que houve uma intervenção, em função das fiscalizações que existiram depois do incidente ocorrido em Santa Maria.

Everaldo, com apenas 43 anos, deixa dois filhos e toda a comunidade negra de Joinville, a Sociedade Kênia Clube, a Escola Príncipes do Samba e todos que participam de toda a questão da cultura negra em Joinville muito entristecidos com o seu falecimento de forma tão abrupta e violenta.

Então, realmente venho aqui lamentar e deixar, como deixei na segunda-feira, o nosso apoio, pedindo que Deus conforte os corações e console a família pela morte tão precoce do nosso amigo Everaldo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Sandro Silva, se v.exa. me permitir, também gostaria de me irmanar às suas palavras e ao seu sentimento.

Everaldo era uma pessoa extremamente conhecida em Joinville, amigo de todos e representava muito bem esse segmento através da Sociedade Kênia Clube, pela qual tinha tanto carinho.

Nós, infelizmente, fomos pegos de surpresa com esse acontecimento que choca não somente a comunidade, mas cada uma das pessoas que o conheceram.

Quero transmitir também aos familiares, em meu nome e em nome dos parlamentares desta Casa, os meus sentimentos

pela perda de uma das lideranças importantes da raça negra do município de Joinville.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Então, fica aqui o nosso registro, os nossos pêsames e os nossos sentimentos por essa perda precoce, como eu já disse antes, de um amigo, companheiro e batalhador das causas da população negra em Joinville.

Eu também gostaria de relatar que estive em Brasília, na terça-feira, para tratar de assuntos referentes a questões da população negra do nosso estado também.

Então, por ocasião da visita à Fundação Palmares, tratamos da vinda do seu presidente, Hilton Cobra, para que se discuta a questão, na audiência pública no dia 6 de maio, de uma maior presença de negros em materiais publicitários no estado de Santa Catarina, tanto da iniciativa privada, como também do poder público.

Então, Hilton Cobra nos atendeu muito gentilmente, foi muito atencioso conosco e confirmou a sua presença não somente no dia 6, mas também no dia 5 para ter, anteriormente à audiência pública, uma conversa com produtores negros do estado para que possam também produzir materiais, já que a Fundação Palmares tem recursos federais para a produção de materiais que tenham como foco a cultura negra.

Estive também no ministério da Saúde e na Seppir - Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - para fazer um convite ao dr. Rui Silva e a Mônica Oliveira para que estejam presentes num seminário que vamos organizar no dia 16 de maio, na Assembleia Legislativa, para tratar justamente da saúde da população negra em Santa Catarina, já que existe uma lei criada através de um projeto de minha autoria que institui em maio a Semana de Atenção à Saúde da População Negra.

Então, conseguiremos trazer no dia 16 de maio um representante do ministério da Saúde e um representante da secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial para conversar com o movimento negro sobre questões que envolvem a saúde da população negra em Santa Catarina.

Eu também estive no ministério da Educação, conversei com as professoras Ilma e Auxiliadora, para tratar de assuntos voltados à educação aqui em Santa Catarina, no que diz respeito à Lei n. 10.639, que obriga o ensino da história da África nas escolas públicas e privadas aqui em Santa Catarina.

Nós temos dez anos da implementação da lei no Brasil, não só em Santa Catarina, mas em muitos estados brasileiros essa regulamentação, esse ensino exigido através da Lei n. 10.639, ainda não foi implementada, tanto em Santa Catarina como em muitos estados.

Então, este debate sobre os dez anos da Lei n. 10.639 vai ser um dos focos - junto com as professoras Ilma e Auxiliadora, que são do Mec e que estarão aqui -, em data a ser marcada, para um debate com o Fórum de Educação Étnico Racial aqui em Santa Catarina.

Então, foi um dia de agendas muito importantes. O governo federal está de parabéns por colocar nestes postos, nestas funções, pessoas que de fato não apenas ocupem cadeiras, mas que também fazem um grande trabalho em prol da população negra de todo país, sempre muito solícitos, com muito conhecimento e dispostos a repassar o seu conhecimento e fortalecer toda causa da população negra no Brasil, e agora também em Santa Catarina.

Eu gostaria de fazer um registro da presença do vereador Roberto Bioni, de

Joinville, aqui em nosso plenário, que nos solicitou e fizemos um requerimento à secretária da Saúde, Tânia Eberhardt, para rever a tubulação de gás do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville. Segundo o vereador, que esteve no local, encontra-se em situação precária, podendo ter um rompimento a qualquer momento, deputado Nilson Gonçalves.

O vereador Bioni nos fez o relato da preocupação que ele tem com essa tubulação. Também fizemos um requerimento, a pedido dele, sobre murar o hospital, já que toda propriedade, todo patrimônio daquele hospital não tem muro.

Então, esta é uma preocupação do vereador Bioni, que veio aqui conversar conosco sobre a questão do Hospital Regional, e também está em Florianópolis para tratar de assuntos referentes à Guarda Municipal de Joinville, que ainda patina para ser implantada, embora a lei para a criação já tenha sido aprovada há mais de três meses.

Fica o registro da visita do vereador Bioni aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, o primeiro horário está destinado ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputados Padre Pedro Baldissera, Silvío Dreveck, Neodi Saretta, Angela Albino, Maurício Eskudlark, Antonio Aguiar, Mauro de Nadal, quero dizer da alegria de retornar a esta Casa na condição de deputado não mais licenciado, até porque, deputada Angela Albino, deputados Sandro Silva e Nilson Gonçalves, estive aqui quase que semanalmente buscando manter o convívio com a Casa, com os deputados, para facilitar quando alguma demanda impedia que o deputado saísse daqui e buscasse uma audiência em nosso gabinete, na secretaria de Infraestrutura.

Volto, como disse, com muita alegria porque depois de três anos, três meses e quatro dias, deputada Ana Paula Lima, de intenso trabalho, de muitas realizações, com o sentimento de ter cumprido com o nosso dever, muito embora, claro, deputado Maurício Eskudlark, seja um ponto de frustração em relação àquilo que não conseguimos ver efetivado da forma como gostaríamos.

No entanto, nesse período, contratamos mais de 3.000km de obras que sequer tinham, deputado Sandro Silva, projetos. A primeira providência que fizemos, e alguns entendiam como uma loucura, pois investimos mais R\$ 100 milhões em projetos, mas, sem eles, não teríamos conseguido buscar os recursos.

Quero aqui também, por uma questão de justiça, dizer que o primeiro dos financiamentos que conseguimos contratar junto ao BID, foi um pleito no valor de US\$ 250 milhões e na primeira reunião do Confex nos foi autorizado US\$ 75 milhões que conseguimos, através da intervenção da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, quando solicitamos uma audiência e levamos lá a bancada federal, conseguimos fazer com que houvesse uma nova reunião e, então, o pleito pôde ser atingido na sua totalidade de US\$ 250 milhões. Esse foi o primeiro pleito, já no início de 2011.

A partir daí, buscamos junto ao BNDES, e aí também quero registrar que fomos muito bem sucedidos no Rio de Janeiro, pois o primeiro contrato que assinamos, deputado

Nilson Gonçalves, deputado Sandro Silva, foi para Joinville, no valor de R\$ 40 milhões, cujas obras, algumas já concluídas e entregues, outras em fase já de finalização nas ruas Albano Schmitt, Minas Gerais e Rui Barbosa e a 9 de Março. Recentemente, entregamos o binário da Vila Nova, a Tuiuti e outras há mais tempo.

Esses recursos nos permitiram, somados aos contratos recentes, junto ao Banco do Brasil, um novo contrato no BNDES e, por último, mais um contrato com o Banco do Brasil que foi autorizado há poucos dias, deputado Maurício Eskudlark, pela secretaria do Tesouro Nacional, permite dizer que sem dúvida alguma, sem medo de errar, pela experiência que já tenho de ter podido atuar em vários governos, que nenhum deles teve condições de investir tanto em obras como este governo de Raimundo Colombo e Pinho Moreira. Apenas na Infraestrutura foram investidos mais de R\$ 4 bilhões, o que nos permitiu intervenções em 3.000km de rodovias, sejam novas, seja em restauração, em duplicação, em intervenção profunda no traçado, correções em rodovias que foram construídas há 30, 40 ou até 50 anos.

Talvez pelas circunstâncias do momento as rodovias não seguíam um padrão que existe hoje. Por isso, foram necessárias correções de traçados, iluminação de curvas tornando nossas rodovias mais seguras. Infelizmente, o nosso estado ainda ostenta uma posição muito incomoda em relação, se compararmos com outros estados da federação, aos acidentes, pois há poucos anos era o estado mais violento no trânsito no Brasil.

Por isso, fizemos intervenções em muitas rodovias, construindo acostamentos, terceiras faixas, iluminando curvas, duplicando. Hoje temos mais de 100km em obras. E há outras já em processo de licitação, que vai garantir que as nossas rodovias sejam muito mais seguras e que deem mais condições de mobilidade e de segurança, melhorando a logística e a competitividade.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa. pelo trabalho realizado em favor da Infraestrutura de Santa Catarina, mais precisamente, o maior encontro que aconteceu foi a inauguração do asfalto da Praia do Ervino, onde vimos, juntamente com o governador, inauguramos o reconhecimento popular. É importante sentir que a população vê o trabalho realizado pelo governo do estado de Santa Catarina, mais precisamente pela pasta de v.exa.

Estivemos em Santa Cruz do Timbó e vimos o trabalho que está sendo realizado no município de Porto União. Temos certeza também de que a rodovia-477, entre Doutor Pedrinho e Moema também vai se concretizar.

Quero parabenizá-lo e dizer da nossa satisfação em tê-lo novamente na Assembleia Legislativa. Seja bem-vindo a esta Casa, que agora conta com 11 deputados estaduais do PMDB.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho que desempenhou nesta importante pasta, que é a secretaria de Infraestrutura. Desejo um bom retorno a esta Casa e gostaria de dizer que, embora todos os percalços que hoje a máquina pública tem que enfrentar para realizar uma obra, uma ação importante para a

sociedade, que vai desde o primeiro contato na busca dos recursos, a elaboração do projeto, o processo licitatório, que é moroso, foi muito exitosa a sua passagem pela secretaria, porque conseguiu buscar recursos importantes para o nosso estado. Muitos desses recursos, fruto de trabalho de um, dois anos agora começam a sair do papel, que são obras importantes acontecendo em todo o território catarinense

São obras de infraestrutura que há muitos anos a sociedade clamava e exigia. E cito o asfaltamento de Anchieta a Romelândia. Foi criado naquela região e ouvia falar desse asfalto. Há mais de 50 anos a comunidade pedia esse asfalto e hoje vemos a obra a todo vapor.

Podemos citar a recuperação do trecho de Chapecó a São Lourenço do Oeste, uma das obras mais caras de Santa Catarina, uma rodovia com infraestrutura, segurança, acessibilidade; a recuperação de São Lourenço do Oeste a São Domingos, que já foi inaugurada, com uma trafegabilidade sensacional. Isso foi fruto do trabalho de v.exa. E ainda sabemos que houve a eliminação da Cide, que era um recurso importantíssimo que permitiu, no período em que o Luiz Henrique da Silveira foi governador, levar acesso asfaltado a todos os municípios. Embora, na sua passagem pela Infraestrutura, não tenha contado com esse recurso, v.exa. deu continuidade a todos os projetos que estavam em andamento, a exemplo da rodovia de Chapecó a Paial.

Parabéns pelo seu trabalho. Esta Casa está orgulhosa e seja bem-vindo ao Parlamento.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, também quero, em nome do PSD, fazer o registro da admiração que temos por v.exa., pela sua serenidade no trato da coisa pública, pela lealdade ao governador Raimundo Colombo, pela busca de recursos e pelos pleitos que conseguiu atender: as obras na grande Florianópolis, as obras na rodovia Antônio Heil, entre Brusque e Itajaí, que é importantíssima para a região.

Não poderia deixar de fazer este registro de admiração pelo equilíbrio, ponderação com que v.exa. sempre age, nada diferente do que sabemos da sua história política.

Parabéns! É um orgulho estarmos ao lado de v.exa. nesta Assembleia.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Sr. presidente, gostaria também de parabenizá-lo, como fizeram os outros deputados, principalmente por ter ressuscitado um sonho para a comunidade do bairro Paranaguamirim, em Joinville, onde moro, a estrada do Rio do Morro, e por outras obras importantes naquele município, como o binário do Vila Nova, executado e inaugurado, o recapeamento do asfalto da rua Tuiuti, da rua Albano Schmidt, bem como por tirar do papel a duplicação da Av. Santos Dumont.

Podemos citar também as melhorias realizadas na Praia do Ervino, em Gilbratar, Laranjeiras, Itapoá, Garuva. São obras importantes que marcam a sua passagem exitosa na secretaria da Infraestrutura do estado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Agradeço!

E ainda poderíamos discorrer sobre tantas outras obras, como o processo de licitação já concluído da Fragosos, em São

Bento do Sul, onde apenas se aguarda a entrega da ordem de serviço. Também poderia falar do acesso norte de Blumenau, da via rápida de Criciúma, da extensão do contorno de Concórdia e de tantas outras obras.

Agradeço a atenção dos colegas. Certamente voltaremos à tribuna para discorrer sobre os investimentos na área da Infraestrutura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Gostaria de trazer para esta tribuna um assunto e uma situação que considero desumana e que está acontecendo aqui em Santa Catarina. Espero que esta fala, e já fizemos por escrito um documento, possa chegar a sra. secretária do estado da Saúde, Tania Eberhardt, e que ela, o governo do estado e a secretaria da Saúde possam mudar essa situação desumana.

Apelo, inclusive, ao líder da Casa, que é o líder do governo, que não está aqui presente, mas certamente os deputados que compõem a base podem levar essa situação ao seu conhecimento.

Nós temos o sistema nacional de regulação de consultas chamado Sisreg, em que são marcadas as consultas de especialidades. Por exemplo, um morador lá de São Miguel d'Oeste, de Concórdia ou de Caçador, que precisa de consulta tem que fazê-lo pelo sistema, surpreendentemente, a partir do dia primeiro de fevereiro deste ano, deixou-se aqui no estado de marcar essas consultas pelo sistema Sisreg exigindo a presença física de alguém aqui da capital para marcar essa consulta. O que está acontecendo é que a pessoa tem que vir pessoalmente ou pedir para alguém vir marcar essa consulta, às vezes, deslocando-se 500km ou 600km para chegar aqui e, dependendo da consulta, entrando na fila às 2h da madrugada, para às 7h, quando chegar a hora da marcação, ouvir que não há mais disponibilidade de horário.

Deputada Angela Albino, o que está se fazendo, aqui, em Santa Catarina, é desumano. E é surpreendente porque a secretaria da Saúde está deputada, Ana Paula Lima, sob o comando da sra. Tânia, que é uma pessoa sensível. É inadmissível que a coordenação da secretária ou quem quer que seja que tem dado essa determinação diga que as marcações de retorno de consulta não possam se fazer pelo Sisreg. É desumano o que estão fazendo em Santa Catarina. E basta ver as filas nos hospitais de madrugada. O sujeito é lá de Concórdia, de Caçador, deputado Valdir Cocalchini, e não consegue marcar a consulta lá, tem que vir aqui e não digo que é mentira, porque há 15 dias uma assessora está indo praticamente todas as manhãs nessas filas, tentando mendigar a marcação de uma consulta. Onde está o governo? Onde está a secretária Tânia? Cadê a sensibilidade de Santa Catarina com esses pacientes? Por que isso está sendo feito? Ouvi uma desculpa dizendo: "Ah, talvez a secretaria de um determinado município não possa marcar consulta por perseguição política. Ora! Se tem perseguição política vai no Ministério Público e denuncia aquele que faz isso, mas não penalize os catarinenses! Como é que as pessoas não vão conseguir marcar pelo Sisreg o retorno?

Então, estamos fazendo esse apelo, deputado Antônio Aguiar, que é membro da comissão de Saúde, e falamos com o deputado Volnei Morastoni, que é o presidente, pois precisamos mudar isso imediatamente e retornar ao que era antes do dia 1º de fevereiro. Como é que vamos deixar as pessoas nas filas? Elas não estão conseguindo consulta. Vamos voltar a fazer as marcações pelo Sisreg, lá no seu município, e a secretaria da Saúde coordena e faz essa marcação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Esse é um dos grandes outros problemas que temos na questão da saúde em Santa Catarina. E o discurso do governador era que disse que a Saúde estaria em primeiro lugar.

Deputado Neodi Saretta, quem quiser saber mais sobre essa situação, basta ir ao hospital regional e ver o que as pessoas estão passando lá. Há um homem de 33 anos há 21 dias internado para fazer uma cirurgia, que até o momento não aconteceu; uma senhora que há três meses está internada para fazer um procedimento cardíaco, mas ainda não o fez. Essas são demandas que têm vindo para nós, que estamos tentando resolver com a secretaria de estado da Saúde. As reclamações são imensas nesse sentido e não tem atendido a nossa população.

A remarcação das consultas é outro grande problema. E na área hospitalar as pessoas estão dentro do hospital há vários dias e não conseguem fazer suas cirurgias. O hospital virou objeto de hotelaria, porque as pessoas há meses e dias estão lá e não são atendidas.

Essa é a reclamação geral, a exemplo do que aconteceu no município de Araranguá, cuja administração foi dada para uma empresa que não está correspondendo às expectativas. É por toda Santa Catarina o problema da Saúde e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero incorporar sua fala ao meu pronunciamento e deixar bem claro, deputado Antônio Aguiar, que há uma série de problemas na área da Saúde que devem ser resolvidos de forma conjunta com governo federal, estados e municípios. Mas essa questão, específica, refere-se à exigência de presença física da pessoa para a remarcação e à marcação de consultas. É bem verdade que dizem que não precisa ser o paciente, pessoalmente, para marcar a consulta, ele pode mandar um representante, alguém da família, mas estou dizendo que é um trabalho desumano ter que vir aqui na capital e enfrentar filas enormes para marcar uma consulta. E há consultas que são um pouco mais fáceis de marcação, que podem ser marcadas de dia; mas há outras, que o paciente ou a pessoa que estiver representando o paciente, tem que vir às 2h, 3h à Florianópolis, sendo que esse procedimento pode ser feito pelo Sisreg.

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - Deputado Neodi Saretta, não tenho a pretensão de atrapalhar sua linha de raciocínio, mas serei bastante breve, embora a questão de saúde seja talvez um dos maiores problemas não em Santa Catarina, mas em nível nacional.

Mas, pontualmente, em relação ao que v.exa. se refere, não quero acreditar que a secretária Tânia Eberhardt tenha esse conhecimento. Entendo que deva ter, sim, ciência desse fato e solucioná-lo. Não quero acreditar

que esse problema perca por omissão da secretaria de Saúde.

Então, se v.exa. me permitir fazer um contato com a referida secretária, quem sabe ela venha até a comissão de Saúde da Casa para ouvir esses reclames, que não é de um deputado, mas da sua base, dos seus amigos, de tantos catarinenses que vêm aqui e encontram essa dificuldade. É inadmissível que essas filas continuem.

Quero dar uma contribuição para que esse problema seja resolvido.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Valdir Colbachini. E não se trata apenas de permitir, sei que v.exa. foi gentil com a minha pessoa e agradeço essa sua disposição, assim, peço que haja essa interferência. Também não quero crer que seja uma decisão e que a secretária seja insensível, inclusive, disse aqui que ela é uma pessoa sensível, deputado Antônio Aguiar.

Agora, é desumano o que estão fazendo com a população catarinense.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - É verdade, deputado Neodi Saretta, mas aí existe um problema: o SUS não funciona. O Sistema SUS é mal remunerado pelo governo federal paga mal.

Onde está a presidente Dilma Rousseff com o dinheiro para ser investido em Saúde no estado de Santa Catarina?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado Antônio Aguiar, desculpe-me, nós não estamos falando de pagamento.

Estamos falando de desumanidade. De obrigarem as pessoas a irem para uma fila. É sobre isso que nós estamos falando, e não de pagamento.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Neodi Saretta, no SUS não precisamos trazer as pessoas para a capital, não é esse o viés. Ao contrário, o sistema tem que ser eficaz e levar o especialista para o interior, para que as pessoas não precisem viajar para a capital.

Quanto à marcação de consultas, v.exa. tem que ver que o sistema não funciona.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Eu apenas quero deixar bem claro que não podemos distorcer as coisas. Pagamento é uma coisa, marcação de consulta, que dá para fazer pelo Sisreg, é outra. Trazer pacientes às 2h da manhã para ir para fila é desumano, secretária Tânia! Escute o que estou falando. Vá para a fila à 1h da manhã, é desumano. É isso que estou falando. Não é de pagamento. Concordo que o pagamento pode ser melhor, mas é desumano levar pacientes às 2h da manhã, quando, na verdade, esse procedimento poderia ser feito em casa, pela secretaria da Saúde do seu município.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Neodi Saretta, parabéns v.exa., pela lucidez de seu pronunciamento.

Gostaria de dizer que na semana passada a presidente da Apae do município de Garopaba esteve aqui com as suas duas filhas, que têm a Síndrome de Down, dizendo que ela ainda tem condições de vir de carro, mas questionou sobre as outras mães que não conseguem fazer isso.

Então a Apae do município de Garopaba, as mães, precisam vir aqui para marcar retorno.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Angela Albino.

Eu espero que esse nosso apelo, com a ajuda dos srs. deputados e das sras. deputadas, possam fazer rever imediatamente essa decisão.

Quero crer que as pessoas que fizeram isso não são mal intencionadas, mas foram infelizes e temos que rever isso com urgência, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do ex-deputado e agora prefeito do município de Brusque, Paulo Eccel.

Seja bem-vindo neste Parlamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence aos Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de, no dia de hoje, ler uma matéria do jornal *Diário Catarinense*, do Sérgio da Costa Ramos.

(Passa a ler.)

"Receita de morte

Crack. O som é onomatopáico, quer dizer imita ruídos. Lembra uma noz sendo quebrada na dobradiça. Um ruído de destruição, ruptura, desastre, morte. Este é o som da maior tragédia que hoje angustia a alma brasileira. Crianças estão marcando encontro com a morte, vítimas de traficantes e até de seus próprios pais viciados. O crack cocaína misturada à amônia, bicarbonato, água destilada e transformada em pedras, fumadas em cachimbo causa dependência química imediata. Agindo no sistema nervoso central, a droga gera aceleração dos batimentos cardíacos, aumento da pressão arterial, dilatação das pupilas, suor, excitação, delírio e sensação de onipotência.

O crack é um gatilho. Aperta o coração de quem consome, transformando o usuário num eufórico transgressor. O viciado rouba, mata e morre. Perde todas as referências morais. Transforma-se num monstro suicida ou homicida, sem qualquer controle de si mesmo.

Cidades, bairros inteiros acolhem hordas cada vez mais numerosas de crack-dependentes. Proliferam nas cidades de porte médio as Cracolândias, deprimentes logradouros públicos ocupados por viciados em estágio de 'descerebração', zumbis que se tornam mortos-vivos sem cérebro.

Está mais do que na hora dos candidatos a mandatos legislativos ou executivos responderem com projetos factíveis contra essa grave ameaça que paira sobre a cidadania. A de assistir ao domínio do crime mediante a disseminação de uma droga socialmente destruturante, que pode literalmente acabar com a civilização.

Quais seriam os planos dos futuros governantes para salvar a cidadania e a dignidade da criança brasileira, sem a qual não haverá futuro, não haverá vida decente, não haverá país?

O número de homicídios vinculados ao comércio de drogas mais do que duplicou em Florianópolis". [sic]

Isto é triste, mas a nossa cidade é uma das mais disputadas pela juventude no tráfico e uso do crack.

(Continua lendo)

"Assustam os acertos de contas, consumados pelo 'tribunal' do tráfico na Grande Florianópolis: as execuções se sucedem e já chegam aos três dígitos por ano.

Ao reconhecer uma criança como o único vestígio de divindade no ser humano, os viciados em drogas 'administráveis' deveriam pôr a mão na consciência e abdicar desse mercado que movimenta o crime.

As cracolândias, deprimentes logradouros públicos ocupados por viciados em estágio de 'descerebração', zumbis que se tornam mortos-vivos sem cérebro.

Está mais do que na hora dos candidatos a mandatos legislativos ou executivos responderem com projetos factíveis contra essa grave ameaça que paira sobre a cidadania. A de assistir ao domínio do crime mediante a disseminação de uma droga socialmente destruturante, que pode literalmente acabar com a civilização.

Salvem ao menos as crianças deste som assassino - crack." [sic]

Estamos num bom momento para revitalizar aquela campanha da RBS, muito grande, juntamente com a sociedade, com clubes de serviços, com entidades filantrópicas, com municípios, com câmara de vereadores: *Crack, nem pensar*.

Eu faço esta leitura bem pausada para os catarinenses, para os pais de família e para os jovens que são convidados a participar dessa coisa criminosa que é ser mula para transportar essa droga, provocados, incentivados ao uso do crack que mata, que aleja, que destrói famílias, que destrói o pensamento daquele jovem que poderia ser uma pessoa digna do convívio com a sociedade, um ser humano normal.

É lamentável, deputado Silvio Dreveck, que ao assistirmos noticiários, ao lermos nos jornais e revistas nós tenhamos que nos deparar sempre, quase todo o dia, com o problema de assassinatos, de invasões, de depredações, de violências, de badernas ocasionadas, em grande parte, pelo efeito do uso do crack.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskdulark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, hoje foram feitas várias discussões sobre saúde, sobre drogas, assunto este que o deputado Reno Caramori acabou de relatar.

Ontem, enquanto a *TV Globo* estava gravando uma reportagem sobre roubo, uma pessoa acabou sendo filmada ao ser vítima de uma tentativa de roubo. Então, realmente a sociedade brasileira está passando por um caos.

Nós vivemos novamente em Santa Catarina, nos últimos dias, represálias de presos que não estavam conseguindo receber visitas, que não estavam tomando banho de sol tendo em vista os ataques a ônibus. E não temos que discutir se partiu ou não de dentro dos presídios. É evidente que partiu dos presídios, é evidente que foi represália pela situação deles.

Assim sendo, estamos vivendo um caos na questão de Justiça, de cidadania e de respeito em nível nacional.

Os três menores que foram apreendidos por incendiarem os ônibus já estão nas ruas liberados, enquanto a mesma notícia diz que a polícia procura o quarto acusado. Para que procurar o quarto acusado se os três, que foram presos, já foram soltos? Que Justiça é essa, que país é este? Um país onde nem sequer são apurados os desvios, os crimes cometidos contra a Petrobras! E ao invés das lideranças partidárias apoiarem a apuração, elas dizem: "Se vocês apurarem a Petrobras, nós vamos apurar o metrô de São Paulo".

Essa é uma vergonha nacional! Somente vergonha! Um partido dizer que só irá apurar a Petrobras se nós apurarmos o metrô, é uma vergonha! Que país nós queremos?!

O Supremo Tribunal Federal, que custa R\$ 500 milhões por ano ao povo brasileiro, está com um dilema: um furto de duas galinhas. E eles vão começar a discutir, porque era um galo e uma galinha. E essa questão movimentou a Justiça brasileira por dois anos, com defensores públicos, procuradores, Justiça de primeiro grau, Justiça de segundo grau. Daí recorreram ao STJ e agora está no STF - Supremo Tribunal Federal. E custa R\$ 500 milhões por ano ao povo brasileiro discutirem aquele furto de galinha.

E, no final, foi devolvida a galinha! O Afanásio Maximiliano Guimarães, que roubou as duas galinhas, foi identificado, as galinhas foram recuperadas, e para decidir se esse furto de R\$ 40,00 é insignificância, o Supremo Tribunal Federal está, hoje... E o ministro faz algumas observações em termos latinos a respeito da decisão e solicita ainda a manifestação da procuradoria-geral.

É o fim da picada! Que país é este?! "Se vocês investigarem a Petrobras, nós vamos investigar o metrô de São Paulo". É o fim do mundo! Daí um caso de furto desses, que teria que ser decidido na hora, sem precisar ir para a Justiça - ou a Justiça determinar que, durante uma semana, o culpado deveria limpar uma creche ou fazer algum serviço pelo ato praticado -, está lá no Supremo Tribunal Federal!

Os menores são presos por terem queimado um ônibus, mas logo em seguida são liberados. Aí cobram que a polícia ainda não pegou o quarto menor. Mas pegar para que, se vão soltá-lo, se neste país a impunidade é generalizada?! Que exemplo alguém que está em casa com a família vai ter vendo isso?

Quando o meu amigo prefeito de Palmitos fez uma palestra num colégio, um garoto de 8 anos perguntou: "Por que quando a gente é pequeno vocês nos ensinam a fazer a coisa certa e quando a gente cresce todo mundo faz a coisa errada?"

Então, estamos vivendo num país do caos, num país onde o governo não dá exemplo, num país que a Justiça não dá exemplo, num país da calamidade.

E os presídios estão cheios. Os marginais são presos, mas não ficam presos, não pagam pelos crimes, não são responsabilizados.

Vejam que esse caso de Minas Gerais é um exemplo. E ele vem perambulando desde maio de 2013 pelos tribunais, tendo recurso daqui, recurso de lá, movimentando a procuradoria, a defensoria pública e o tribunal por causa de um roubo de galinha. E os ministros do Supremo Tribunal Federal é que dão o maior exemplo, porque quando esse caso chegou ao gabinete, já tinham que despachar, resolver e levar para a pauta de julgamento. Enquanto isso não decidem questões importantes sobre precatórios, Programa Mais

Médicos, planos econômicos, drogas. Vários assuntos destes estão pendentes de julgamento no Supremo Tribunal Federal!

Então, esse era um processo que não deveria nem ter começado. É um processo que não deveria ter iniciado. Nós precisamos de uma revisão total na nossa legislação, no procedimento da Justiça, na aplicação correta da lei, na responsabilização de quem é condenado, e não se pode agir desta maneira. Está brincando com o sentimento do povo brasileiro.

Alguns brasileiros ainda acredita na condenação de algum desses envolvidos com o caso da Petrobras, com o caso do metrô de São Paulo? Ninguém acredita mais.

Então, há um sentimento de impunidade, o sentimento de descrédito da população, do cidadão, é muito grande. Infelizmente, nós temos que mudar este país, a história vai ter que fazer, as urnas terão de fazer, mudar a história deste país. Não se pode ficar nesta impunidade. Hoje os jornais mostram essa pauta, porque é o sentimento da população brasileira.

A Justiça tem que ser ágil, tem que ser rápida, tem que se dar mais poder ao juiz de primeiro grau, que tem que resolver, aplicar a penalidade, e essas pequenas questões não podem chegar ao Supremo Tribunal Federal.

É o mesmo caso de condenados por roubo a banco, latrocínio, com 62 anos de prisão, que a imprensa divulgou esta semana que fugiram do regime semiaberto.

Ora, o cara condenado a 62 anos de prisão, com vários processos por roubo, por homicídio, por latrocínio, recebe direito ao avanço na pena, saindo do regime fechado para o regime semiaberto, e fugiram no primeiro dia. Claro que vão fugir! Se a Justiça não consegue medir a periculosidade daquela pessoa que está sendo liberada, não vamos chegar a lugar nenhum.

Então, temos que mudar principalmente a Justiça e a legislação penal, a legislação que responsabiliza aqueles que praticam ilegalidades. As mortes não surpreendem mais, são dados numéricos. As pessoas não se importam, elas só sentem quando é com alguém próximo.

Não pode a Justiça liberar, mesmo sendo um menor. O menor que queima ônibus não é um menor que mereça uma legislação como para as outras crianças. Esse é um menor bandido. Este é um menor que está praticando crime, um menor que queimou ônibus. Se precisasse, se tivesse a possibilidade, ia matar um motorista, ia matar um passageiro, ia matar uma mãe e uma criança que estivessem naquele ônibus.

Então, o que vai impedir esse menor e outros menores, que foram liberados, de voltar a praticar atentados em Santa Catarina contra a vida do cidadão? Nada, porque o exemplo está aí: praticou o crime, foi preso, identificado, confessou e foi liberado.

Não dá para aceitar uma Justiça desse tamanho, não dá para aceitar. Se investigarem, fizerem a CPI da Petrobras, verão que aquilo virou chantagem, virou moeda de troca, é uma vergonha nacional. Todos tinham que apoiar apurar tudo, não pode ser tolerante com nada, precisa responsabilizar efetivamente, penalizar, então a situação muda neste país.

Ninguém tem que ser conivente com o erro, com o dolo, com a má fé. Infelizmente esse é um fato lamentável e é mais uma semana triste para a história deste país, com essas ações que envergonham tanto a nação brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s. 0050/2014, 0110/2013 e 0449/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0719/2013.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0334/2013.

Por fim, comunica que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0526/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0023/2014.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0048/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0473/2013.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0270/2014, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0271/2014, 0272/2014 e 0273/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0035/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao reverendo Levi da Silva Paulo, manifestando aplausos e reconhecimento pelos inestimáveis serviços na área da cultura e assistência social prestados à comunidade e à sociedade catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta presidência recebeu requerimento, subscrito pelos líderes, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

“Os deputados líderes que subscrevem, com amparo do art. 99 do Regimento Interno, requerem a suspensão da 33ª sessão ordinária, para que o sr. Volnei possa informar a este Parlamento sobre a situação da suspensão da greve dos agentes penitenciários.”

Esta presidência suspende a sessão, por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem o deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria apenas

de fazer uma manifestação sobre essa fala do representante do Sintesp, sr. Volnei, porque as divergências de negociação, de entendimento fazem parte do processo democrático, e certamente, existiram, existem e continuarão existindo. Agora, tomar medidas no sentido de destituir um dirigente sindical, de ameaça inclusive de fechamento de entidade que atua na defesa de interesse de determinadas categorias é um equívoco e afronta o regime democrático de direito.

Portanto, fizemos também a solicitação para que a Procuradoria do estado, para que o governo reveja esse encaminhamento de tentativa de ação de destituição de dirigente sindical, pois isso afronta o estado democrático de direito e que retome mesas de negociação. E aí, sim, colocando-se as divergências e vendo o que é possível ou não, mas jamais se pode atacar uma instituição e os próprios dirigentes da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna, hoje, é uma sessão solene em homenagem ao Hospital e Maternidade Sagrada Família, em São Bento do Sul, e por coincidência o nosso colega, deputado Antônio Aguiar, também estará presente.

Quero ressaltar aqui, deputados, os 60 anos de trabalho dessa valorosa entidade, dessa valorosa instituição, que iniciou na verdade a saúde em São Bento do Sul, com algum trabalho, já na época de 1923. Mas em 1954 foi institucionalizado oficialmente o Hospital e Maternidade Sagrada Família, administrado pelas irmãs da Divina Providência e que está há 60 anos administrando aquele hospital, que atende além de São Bento do Sul em alguns serviços, em algumas atividades, também os municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho, Corupá e até o sul do Paraná.

Quero relatar que tive uma participação, deputado Antônio Aguiar, muito efetiva naquele hospital. Conheci aquele hospital com sete anos de idade, em 1960, quando acompanhei meu pai lá do interior quando, à época, o meio de condução para nós era a carroça com tração animal. Em São Bento do Sul ainda não existiam ruas pavimentadas, apenas alguns trechos com paralelepípedos, a grande maioria era estrada de chão.

E aquele hospital, desde aquela época, é uma referência em muitos serviços e equipamentos. Depois, na sequência, tive a oportunidade de 1993 a 1996 ser o secretário da Saúde do município e conhecer a atividade no seu dia a dia do hospital juntamente com o corpo clínico, servidores e, ao mesmo tempo, saber o quanto é importante uma instituição de saúde para uma comunidade.

Por conta disso, em 1996 ainda como secretário, liderei um movimento de implantar a unidade de terapia intensiva em São Bento do Sul, ou seja, UTI, que até então não existia. E como secretário, muitas vezes ligava às 2h ou 3h horas para o hospital de Joinville, Jaraguá do Sul, Curitiba, Blumenau porque lá em São Bento do Sul não tínhamos UTI. E foi quando me convenci de que o poder público também teria que participar nessa construção e implantação.

E de fato tivemos uma colaboração do governo federal à época, mas mais que isso, quero destacar a grande colaboração que tivemos da própria comunidade, das pessoas físicas, das empresas que ajudaram muito, do próprio hospital, que teve um interesse muito grande e, para nossa felicidade, iniciamos esse trabalho em conjunto e quando foi no ano de

2002 inauguramos essa Unidade de Terapia Intensiva, mais precisamente, no dia 7 de setembro de 2002 iniciou-se então o atendimento aos pacientes, não apenas de São Bento do Sul, repito, mas também da região. Isso além de recuperar muitos pacientes, de salvar muitas vidas até hoje, esses equipamentos são muito utilizados e com isso outros equipamentos se implantaram como tomografia computadorizada, ressonância magnética, entre outros serviços que agregaram ao hospital e que são utilizados em benefício da população da nossa região, mais especificamente, como referência, a São Bento do Sul.

Obviamente, hoje o hospital conta com mais de 55 médicos no corpo clínico, com mais de 200 colaboradores e servidores, que vem fazendo um trabalho extraordinário. Levando-se em consideração que a Saúde aqui é muito debatida, gostaria de frisar que o grande problema dos hospitais hoje não é a compra de equipamentos nem a construção de prédios, mas a manutenção, ou seja, as despesas de custeio. E volto a dizer, mais uma vez, que o está acontecendo hoje nos hospitais é por conta do não reajuste na tabela SUS. Podemos discordar em muitas coisas, mas essa é a grande realidade, porque muitas vezes até conseguimos recursos para investimentos, diga-se de passagem, do governo do estado, que tem colaborado no custeio, mas o grande problema é essa tabela SUS. E quem é profissional da área sabe muito bem que desde 1998 ela não foi atualizada. Hoje isso representa 170% de defasagem nos serviços. Seja na consulta médica, nos exames, no atendimento ambulatorial, nas diárias, no procedimento cirúrgico, nas cirurgias, enfim, no conjunto todo.

Os hospitais, na verdade, são verdadeiros heróis. E aqueles que administram hospitais no Brasil como um todo não há porque não terem essa percepção de que um dos grandes problemas é essa atualização da tabela SUS. E por conta disso que estamos hoje lá em São Bento do Sul fazendo esse reconhecimento ao nosso Hospital e Maternidade Sagrada Família.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Silvío Dreveck, faz muito bem v.exa., em nome da Assembleia Legislativa prestar homenagem ao Hospital Sagrada Família que ele como os 170, 180 hospitais de Santa Catarina, chamados hospitais filantrópicos, fazem um esforço todos os dias com a colaboração da diretoria das irmãszinhas, uma direção que não cobra praticamente os honorários dos seus trabalhos, e que tem a colaboração da sua comunidade como um todo. E inclusive a colaboração do corpo clínico, do corpo funcional que trabalha por preços relativamente pequenos, bem menores do que se paga em hospitais públicos do estado, justamente considerando a arrecadação do hospital que é pequena. E a causa principal disso é um problema de gestão do SUS, que ainda não compreendeu que com 4,30% do Orçamento, quando deveria ser 10% dos investimentos na área da Saúde não estamos aplicando nem a metade do que deveríamos. A gestão plena existe em 25 cidades de Santa Catarina, como lá em São Bento do Sul, assim como é gestão plena em Brusque, com o prefeito Paulo Eccel, que transformou as prefeituras em algeos da sociedade justamente fazendo restrição no seu atendimento.

V.Exa. está de parabéns!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon,

incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Volto a ressaltar que hoje às 19h30 estaremos homenageando o Hospital e Maternidade Sagrada Família do município, em São Bento do Sul.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da sra. deputada Angela Albino, com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense.

Sem dúvida nenhuma, temos que enaltecer o hospital de São Bento do Sul e a grande ideia do deputado Silvio Dreveck, que representa também a região do planalto norte, juntamente com o deputado Antônio Aguiar.

É justa a homenagem a essa entidade que muitas vidas salvou ao longo da sua história pela competência e pelo controle das irmãs da Divina Providência.

Quero saudar os médicos, os funcionários, e todos que trabalham naquele hospital, inclusive, àquelas pessoas que são voluntárias e que ajudam o hospital no anonimato. A estas pessoas o meu respeito.

Às 19h30 estaremos prestando uma homenagem ao hospital de São Bento do Sul.

Mas, hoje quero me reportar a um importante município do planalto norte, que é o município de Papanduva, e agradecer a presidente da Câmara de Vereadores daquele município, a vereadora Jacinta Mikalovicz, bem como ao vereador Edemar, o batata, proponente do título que foi dado para este deputado, de cidadão honorário de Papanduva. A cerimônia aconteceu na terça-feira, dia oito de abril, e muito nos honrou. Quero dizer também que a cidade de Papanduva está comemorando 60 anos de emancipação político-administrativa.

(Passa a ler.)

"A história de Papanduva começou desde meados do século XVIII, quando os tropeiros gaúchos, viajando pelo famoso Caminho das Tropas, levando muarens do Rio Grande do Sul até a Feira de Sorocaba, em São Paulo e transportando pelo território do município, preferiam-no como um de seus pontos de posou e sesta, isto é, aí paravam para acampar, descansar e dormir. Uma das coisas que motivaram esta preferência, era a existência no local de algum tipo de pastagem denominado papuã, que eles chamavam papanduva, originando-se daí o nome do município.

Por volta de 1828, os primeiros moradores, procedentes do Paraná, estabeleceram-se no município, dedicando-se à economia da pecuária, da agricultura de subsistência e principalmente do extrativismo vegetal da erva-mate. Sabe-se que entre os pioneiros estavam: Antônio Bueno, Francisco Torquato, Manoel Amora, famílias Haas, Mendes, Lisboa, Ladislau Tabalipa, Almeida, Furtado e Prestes, e tantas outras famílias que não vamos conseguir citar.

Mas a colonização, propriamente dita, começou em torno de 1880, com os imigrantes ucranianos e poloneses, durante o Segundo Reinado.

Papanduva também sofreu as consequências da Questão de Palmas e da Guerra do Contestado.

Em 1917, era distrito de Canoinhas e a Lei Estadual nº 133, de 30 de dezembro de 1953, elevava o distrito à categoria de

município. A nova comuna foi instalada em 11 de abril de 1954". [sic]

Portanto, são 60 anos de emancipação político-administrativa do pujante município de Papanduva. Parabéns pelo crescimento e pelo desenvolvimento realizado naquele município. Às pessoas que lá trabalham, como o prefeito, vereadores, autoridades que estiveram presentes na cerimônia e que foram homenageados, juntamente com este deputado, quero dizer que o município de Papanduva é uma das cidades mais promissoras do planalto norte.

A continuidade desse trabalho que vem de vários anos, com a prefeitura de Humberto Ribas, e atualmente, com o mandato do prefeito Dário Schicovski, temos certeza de que aquela cidade vai continuar crescendo e se desenvolvendo no estado de Santa Catarina.

Temos a satisfação de dizer que os investimentos naquela cidade realizados pelo governo Raimundo Colombo, foram muito grandes, dos quais, alguns, indicados por este deputado, fizeram com que algumas obras fossem realidade no dia de hoje, especialmente com relação aos idosos.

O centro de idosos construído no município de Papanduva mostra a preocupação deste deputado com o segmento dos idosos. Mas fizemos centro dos idosos não somente em Papanduva, como também nos municípios de São Francisco do Sul e Irineópolis. Enfim, vários municípios estão recebendo investimentos deste deputado para os idosos. E não podia ser diferente neste ano importante, ano do 7º Jogos Abertos da Terceira Idade.

É com muita alegria que convidamos todos os catarinenses para, no período do dia 12 de abril ao dia 17 de abril, ir a Canoinhas, participar do grande evento dos Jogos Abertos da Terceira Idade, que tem como prefeito Beto Faria, como vice-prefeito, Wilson Pereira, como secretário Regional, Ricardo Pereira Martins e vereadores, comunidade e idosos empenhados em fazer com que essa grande festa se immortalize no estado de Santa Catarina. E vemos o crescimento amplo, dia após dia, também nas outras festas realizadas dos Jogos Abertos, como em Itá, ocasião em que houve uma grande presença do segmento da terceira idade.

Portanto, catarinenses, esperamos vocês, com certeza, no dia 12 de abril, para a grande abertura dos Jogos Abertos da Terceira Idade.

Com certeza o governador do estado, Raimundo Colombo, e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, estarão presentes nesse grande evento para mostrar a sua apreciação aos idosos, aos membros da terceira idade.

Era isso que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, a minha fala hoje também vai repercutir na fala de alguns outros parlamentares que utilizaram desta tribuna.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, temos um grande problema e um imenso desafio pela frente: estruturar a segurança pública em Santa Catarina.

O governo do estado tem a obrigação de zelar pela paz e pela tranquilidade do nosso

povo, da nossa gente, que hoje vive com medo, assustada e angustiada. E isso, infelizmente, acontece em todas as regiões do estado".

É essa a maior reivindicação da nossa população, porque está vivendo num estado intranquilo.

(Continua lendo)

"Na minha cidade, Blumenau, a Polícia Militar registrou oito furtos num único dia, cinco deles foram praticados em residências ou estabelecimentos comerciais, gerando medo, insegurança e prejuízos a toda comunidade".

Nós não vivíamos esse problema há muito tempo em nossa cidade. Blumenau sempre foi uma cidade segura, inclusive tínhamos a tranquilidade de dormir com portas e janelas abertas. Hoje, isso não tem acontecido.

(Continua lendo)

"Em Itajaí, uma manifestação por mais segurança foi realizada no último domingo. Moradores e pessoas que frequentam a Praia Brava participaram de um protesto que também reuniu amigos de Bruno Rossato Santana, de 28 anos, que foi morto com um tiro na nuca na madrugada de domingo, quando entrava no carro após sair de uma festa.

No município de Navegantes, a criminalidade tem assustado a comunidade e o sentimento de impunidade amplificam ainda mais o medo na nossa população.

O mesmo tem acontecido em Camboriú e Balneário Camboriú. E creio não ser diferente na região serrana, no sul do estado e no oeste catarinense", porque todos os parlamentares vêm aqui trazer as reivindicações da nossa comunidade. Estou pautando alguns exemplos. Hoje também é notícia nos nossos jornais o caso de uma empresária morta no município de Tijucas.

(Continua lendo)

"Vivemos ainda nos últimos dias uma nova onda de atentados a ônibus e carros em diversas cidades de Santa Catarina. Como nas ondas de atentados que amedrontaram Santa Catarina em novembro de 2012 e fevereiro de 2013, os últimos ataques registrados no estado têm ligação com os presídios.

A confirmação dessa insegurança e, principalmente, da questão de presídios e penitenciárias, é do secretário de Segurança Pública César Grubba, primeira autoridade da área a reconhecer o retorno das ações criminosas no estado. Ele aponta o descontentamento dos detentos com o corte de benefícios durante a greve dos agentes prisionais como motivo."

Hoje mesmo, srs. deputados e sras. deputadas, o representante do Sintespe veio aqui esclarecer à população sobre o que essa categoria tem passado nas reivindicações não somente salariais, mas também de local de trabalho.

(Continua lendo)

"Desde sexta-feira pelo menos nove incêndios a ônibus e carros foram atendidos pela Polícia Militar. As ações ocorreram nas regiões sul, norte, litoral, centro-norte e Grande Florianópolis. As últimas foram na madrugada desta terça-feira em Itajaí e Balneário Arroio do Silva.

O promotor responsável pelo primeiro processo que julga o crime organizado em Santa Catarina, Flávio Duarte de Souza, trata o atual momento da segurança no estado com apreensão. Os últimos cinco ataques a ônibus ocorridos no fim de semana em três cidades do estado, somados ao que ele chama de forma 'amadora' de o governo tratar organizações criminosas, evidenciam a sua preocupação.

Em entrevista ao *Diário Catarinense*, o promotor criticou a postura do estado diante das

ações do crime organizado em Santa Catarina. Souza diz que falta ao governo comando no enfrentamento às organizações. 'O que se esperava desde aquela primeira onda de ataques, em novembro de 2012' - e ficamos assustados e pedimos ao governador que chamasse a Força Nacional de Segurança, e demorou muito para ele entender do que se tratava -, 'era que o estado efetivamente passasse a tratar o crime organizado como um problema de segurança. Estou falando de fora. O que se vê é que o estado continua atuando de forma amadora'."

Ele espera acontecer os ataques para depois formalizar ações.

(Continua lendo)

"Para o governador Raimundo Colombo, a responsabilidade dos últimos atentados é da greve dos agentes prisionais." E não é isso, governador! Santa Catarina tem vivenciado isso a todo momento, em qualquer cidade do estado. "E afirmo que, com o fim da mesma, a tendência é de normalização. 'A gente sente que a situação vai-se normalizar', disse o governador."

Não é verdade! Os atentados a ônibus e a carros têm acontecido sistematicamente. Mas a insegurança no estado de Santa Catarina está presente em todas as cidades!

(Continua lendo)

"Em outro momento, em 2012 e 2013, já ouvi declaração parecida e a situação somente foi resolvida quando, após inúmeros apelos, o governador aceitou a vinda da Força Nacional para Santa Catarina.

Diante dessa realidade, da insegurança vivenciada pela nossa população em todas as regiões do estado e pela ação do crime organizado, nós parlamentares temos a obrigação de conchamar o governo do estado, através das autoridades legalmente constituídas, para dar um basta nesta situação.

Nosso sistema penitenciário está no limite, com mais de 15 mil presos e um déficit de cerca de seis mil vagas. Além de um baixo efetivo de agentes prisionais e da ausência de valorização dos seus trabalhadores.

Mas insisto na seguinte questão: é preciso investir na prevenção. É preciso implantar políticas públicas voltadas às nossas crianças, aos nossos jovens e aos nossos adolescentes, para não permitir que a rua seja o lar, o local onde a drogadição e a violência sejam a escola da nossa juventude."

É isso que disse o deputado Reno Caramori quando falou a respeito da questão do crack, que está invadindo todos os locais. Nós precisamos ter políticas públicas na área de prevenção para enfrentamento desse problema.

(Continua lendo)

"A questão da drogadição é um assunto que precisa ser tratado com a importância que lhe cabe. Precisamos de ações de prevenção, repressão e tratamento dos dependentes químicos.

Basta lembrar que mais de 70% dos que cumprem pena nos presídios lá se encontram por terem cometido crimes envolvidos com o tráfico de drogas.

Por isso, a Segurança Pública em Santa Catarina precisa sim de novos presídios, de mais efetivo policial, de mais equipamentos. Mas isso é pouco.

Precisamos também combater o mal pela raiz, através de um trabalho minucioso e consciente, de educação, de prevenção, de inclusão social e de tratamento quando necessário.

Estou convencida de que esta Casa pode fazer pela segurança da nossa gente. A nossa comissão de Segurança Pública tem que assumir a sua tarefa e chamar todas as autoridades responsáveis, tanto do governo do estado de Santa Catarina, como do Poder Judiciário, como também do Ministério Público e do Parlamento

Catarinense, para construirmos juntos uma alternativa aos problemas que enfrentamos diariamente."

Não adianta mais fechar os olhos para um problema já constituído em Santa Catarina e que precisa de uma ação efetiva. Quando unirmos os poderes, nós vamos ter uma solução para essa problemática que a nossa população tem diuturnamente, já cansada de falar, mas parece que o poder público é surdo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Carlos Chiodini, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Hoje, o que me traz a esta tribuna são dois assuntos que eu considero muito pertinentes.

O primeiro é um alerta a uma situação criada e que coloca uma das culturas mais importantes da agricultura catarinense numa situação difícil, que é a questão da bananicultura.

A cultura da banana, que é uma forte aliada da economia agrícola de Santa Catarina, começa, sem dúvida alguma, a enfrentar contratempos com a decisão do governo federal, do ministério da Agricultura, do ministério das Relações Internacionais, que recentemente autorizou a importação da banana vinda do Equador, país aqui da América do Sul, mas que tem na sua produção um viés totalmente diferente do nosso.

A produção é feita em larga escala, no latifúndio, num clima 100% tropical, o nome já diz, sob a linha do Equador e que tem altas taxas de produtividade que confrontam com o perfil do nosso agricultor catarinense.

Santa Catarina é um estado pequeno, mas é o que mais tem propriedades agrícolas no país e não é diferente na bananicultura. Os nossos produtores são pequenos, característica do setor agrícola catarinense, e já estão preocupados com a possível desestabilização da balança comercial, uma vez que no Equador a banana é produzida em grande escala, com preços baixos e é uma grande fonte da economia equatoriana com subsídios do governo.

Como presidente da comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa, também provocado pela Associação dos Produtores de Banana de vários e grandes municípios produtores do estado de Santa Catarina, penso que seria prudente fazer uma avaliação dos efeitos da importação que, de fato, não começou a ocorrer, mas é necessário ficar alerta, estabelecer limites de volume, de preço, alíquota diferenciada e época do ano em que as importações serão liberadas.

É inegável que tudo é uma questão de proteção do nosso mercado, mas não podemos concordar com uma política que desestruture de uma forma ou de outra a nossa economia local. Apenas para trazer um dado, segundo a Asbanco - Associação dos Bananicultores de Corupá, que é a capital catarinense da banana, e onde 97% da produção nacional de banana é realizada através da agricultura familiar em pequenas áreas, ao passo que no Equador, que é o tema deste pronunciamento, a produção está assentada nos grandes latifúndios.

Apenas no município de Corupá, por exemplo, cerca de quatro mil pessoas num contingente de 12 mil, sobrevivem direta ou indiretamente do cultivo da banana. E isso se re replica em diversos municípios catarinenses, responsáveis por 35% da economia com mais de cinco mil hectares de plantio e cada um deles com mais de 1.500 plantas. Corupá tem uma colheita anual de mais de 200 mil toneladas de banana.

O certo é, sem dúvida alguma, que temos que buscar soluções junto com o governo federal ou uma própria política estadual para garantir a competitividade e o crescimento da produção local, o aperfeiçoamento, a tecnologia, mantendo assim o nosso sistema de agricultura que fixa e valoriza as famílias catarinenses na região rural, tornando Santa Catarina este estado especial que é.

Nos próximos dias vamos realizar uma audiência pública, e este deputado, como presidente da comissão da Agricultura e Política Rural desta Casa, provocado também por outros colegas deputados, com os produtores, comerciantes, com os agentes públicos dos governos em diversas esferas, para discutir pontualmente esta questão da liberação da importação da banana que Santa Catarina diretamente e de fato está afetada. Precisamos, de uma forma ou de outra, encontrar mecanismos de apoio e garantias em toda essa rede que contribui pra o desenvolvimento do nosso estado de forma incontestável.

Ainda aproveitando o tempo que me é destinado não posso deixar, deputado Serafim Venzon, de discorrer de outro assunto que considero muito importante.

Nós vimos nesta semana na imprensa que a Câmara dos Deputados deve votar nos próximos dias, espero que ainda este mês, o Plano Nacional de Educação - PNE. Um projeto que visa trazer mudanças no ensino brasileiro, esse que é um conjunto de metas que vai definir os rumos da educação pública no país nos próximos dez anos. O projeto trata de um ponto muito importante e necessário, sobre o mínimo do investimento do PIB brasileiro em educação pública e quanto à criação de um fundo próprio, com recursos da União, buscando a melhoria na qualidade do ensino na rede pública.

Quando tive a oportunidade de ser presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa e promovemos um calendário de audiências públicas, em que Santa Catarina, ativamente, em parceria com a Escola do Legislativo e a Câmara Federal, foi pioneira em debater esse assunto. Viajamos por 12 municípios, fizemos grandes seminários com centenas ou até milhares de pessoas, onde os catarinenses discutiram e ouviram relatos que podiam melhorar a qualidade do ensino público no nosso estado e em todo o Brasil.

Abrimos o seminário em Chapecó no ano de 2011, recebemos mais de 1.800 professores e pessoas ligadas à educação para debater a temática do assunto.

Depois percorremos mais onze municípios, envolvendo palestrantes de todos os países, formatando de fato uma grande rede de debate e participação, onde as propostas de Santa Catarina foram, sem dúvida alguma, ouvida e levada em consideração na elaboração desse plano.

Tenho convicção de que contribuímos para este momento histórico e importante da educação brasileira. Nós não vamos conseguir ter um país forte, uma economia forte, um país desenvolvido se não houver um grande volume de recursos investidos na educação. Aquilo que a vida me traz, todos os exemplos de países emergentes, que alcançaram desenvolvimento invejável e que o Brasil deve seguir o mesmo rumo, foram promovidos pelo forte incentivo e fomento à educação pública, a educação básica, à educação superior, aos seus diversos níveis complementares, ensino técnico. Creio que o Brasil avança agora neste sentido, mas não podemos avançar, até porque o que não falta no nosso país são leis, são determinações, o que falta é ações de fato que aconteçam e que mudem a realidade das pessoas.

É preciso pensar na educação com metas, com projetos, com resultados, e o lucro não vai ser financeiro, vai ser social, vai ser o

desenvolvimento de toda uma nação que tem todos os predicados necessários para isso, mas que, sem dúvida alguma, tem que focar nesse importante assunto, que é o desenvolvimento educacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Inscrito, deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses, irmã Terezinha e sr. Dirson Peres, que vieram aqui na Casa para agradecer o empenho na aprovação do Projeto de Lei n. 007/2014, de origem do governo do estado, aprovado por unanimidade nesta Casa, permitindo que a secretaria de Assistência Social contrate mais 28 assessores funcionários, concursados há quatro anos.

Mas no dia 16 na semana que vem encerra-se a validade daquele concurso e, se não forem aproveitados esses concursados, a secretaria terá que passar por outro concurso para contratar novos funcionários, e, certamente, por ser ano eleitoral, fica difícil.

Isso foi programado pelo governador Raimundo Colombo justamente para aumentar os recursos para o cofinanciamento com os municípios, para a construção de Cras - Centros de Referência para Assistência Social - para mais de 90 municípios; para a construção de Creas - Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Também, para a ampliação do programa *Santa Renda*, naturalmente, será preciso, além do dinheiro que o governo vai dispor, pessoas para fazer relatórios, acompanhamentos e que estimulem, digamos, os serviços tanto por parte do estado quanto dos municípios. Então, é necessário um pessoal especializado para esse trabalho, paralelamente ao trabalho dos servidores da secretaria da Assistência Social, no que tange à recuperação dos valores, que também é um processo importante. Isso permite a contratação de 28 funcionários e será muito bom para a secretaria e para o estado.

Assim, cumprimos a irmã Terezinha pelo seu empenho e agradecemos a colaboração desta Casa no sentido de que se possa fazer essas contratações. Quero ainda cumprimentar o dr. José Carlos Pacheco, que foi presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sempre muito dedicado ao serviço social que o Hospital de Caridade faz e que desde semana passada, do dia da procissão do Nosso Senhor dos Passos, passou a ser o presidente da provedoria do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis.

Nós sabemos, e o deputado Silvio Dreveck há poucos dias prestava uma homenagem ao Hospital Divina Providência de São Bento do Sul, que todos os 180 hospitais passam por dificuldades, porque os valores pagos pelos procedimentos, tanto clínicos quanto cirúrgicos, são muito aviltantes, pequenos, e foram atualizados pela última vez em 1996, ou seja, há 18 anos.

Então, um procedimento que era cobrado R\$ 5,00 continua com o mesmo valor; uma consulta, que era cobrada R\$ 9,00 menos 30% do imposto de renda, continua R\$ 7,00. Desde 1996, continua sendo pago por uma anestesia R\$ 15,00. Não daria para o hospital sobreviver se não fosse por alguns procedimentos diferenciados, como: buscar recursos na iniciativa privada, pedir a caridade das pessoas para contribuírem, apesar de já pagarem os impostos. Como somos movidos emocionalmente, na cidade em que há um hospital filantrópico existe sempre um movimento social para ajudar a mantê-lo, pagar o salário dos funcionários para fazer alguma reforma, para comprar equipamentos. Aquilo que o hospital recebe é insuficiente para manter as atividades, imagina acompanhar a evolução tecnológica.

Então, parabeno ao dr. José Carlos Pacheco, que sempre foi dedicado às questões do hospital. Graças a Deus, existem algumas centenas em Santa Catarina iguais a ele, que fazem também um trabalho como esse e graças a isso mantêm essa rede de hospitais filantrópicos ainda com as portas abertas.

Quero saudar também o presidente da Fiesc, o dr. Glauco José Côrte, que, aliás, ontem publicou um belo artigo através da mídia estadual justamente colocando a questão da agroindústria catarinense.

O oeste inteiro depende muito dessa atividade e Santa Catarina é desenvolvida em todas as regiões. O nosso estado é destaque nacional e internacional pela venda dos produtos da suinocultura, da avicultura e outros tipos de carnes, que são produzidas no oeste. E temos que dar graças ao maior valor que temos, que é o valor humano, às pessoas que lá moram, que conhecem a técnica, que são dedicadas e que aproveitam o relevo acidentado do terreno, como ocorre em grande parte do extremo oeste, que tem essa interação da qualidade das pessoas com o tipo de meio ambiente. Vamos conseguir dar às pessoas que moram lá uma renda familiar e consequentemente uma qualidade de vida boa, porque estão produzindo e conseguem vender os seus produtos com qualidade e precisam ter preço para continuar a vender. Mas do jeito que vai, com o transporte feito por caminhões, seja para transportar o principal elemento da ração, que é o milho, da

região centro oeste do Brasil até o oeste de Santa Catarina, apenas o custo do frete, muitas vezes, é igual, quando não maior ao custo do produto comprado lá. Um saco de milho que é comprado por R\$ 10 ou R\$ 12, é vendido no oeste de Santa Catarina por R\$ 25,00 o saco, ou seja, é maior o custo do transporte do que o custo do milho transportado, e também é igual ao custo do transporte do produto pronto seja do frango, do suíno ou de outros que saem do oeste até o mercado do consumidor chegando em nossos portos, seja Itajaí, Santos ou em qualquer outra parte do Brasil. A soma dos custos precisa ser somada ao produto e aí corremos o risco de perder a competitividade.

E aí é que o dr. Glauco chama atenção dessa situação de que nós precisamos, sim, urgentemente, pressionar o governo federal para que se instale em Santa Catarina, no oeste e nas demais regiões do Brasil, ferrovias como mais uma forma de transportar os produtos prontos e buscar a matéria-prima para que as atividades continuem tendo uma competitividade imprescindível.

Por último, quero saudar Liandra Nazário Nobrega, presidente do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor que tem feito um trabalho extraordinário, motivando jovens a empreender e terem suas iniciativas e que no dia 24 agora irá completar 15 anos. Assim, saúdo a todos os jovens empreendedores em nome da sua presidente.

Existem várias frentes que precisamos fazer juntos, inclusive programas de qualificação profissional, de capacitação em diversas áreas. E temos recursos que podem ser buscados através do Fundo da Infância e Adolescência, de jovens de 15 a 18 anos, e poderemos usar os recursos do FIA para qualificar esses jovens e estimular essa atividade. O Conselho Estadual do Jovem Empreendedor pode estimular muitos jovens a empreenderem e com isso termos uma renovação imprescindível para a atividade industrial e comercial que Santa Catarina tem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, em São Bento do Sul, em homenagem aos 60 anos do Hospital Maternidade Sagrada Família, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto -

Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52 inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Dado Cherem, por um período de sessenta dias, a contar de 15 de abril do

corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de abril de 2014.

ATO DA MESA Nº 10-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto do art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão **Ciro Marcial Roza**, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado **Dado Cherem**, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de abril de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente, e.e." [sic]

Como o deputado **Ciro Roza** já prestou juramento neste Parlamento, nós o declaramos empossado.

O Sr. Deputado **Dóia Guglielmi** - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre **Pedro Baldissera**) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado **Dóia Guglielmi**.

O SR. DEPUTADO **DÓIA GUGLIELMI** - Sr. presidente, quero cumprimentar o nosso vice-prefeito de Criciúma, **Verceli Nunes Coral**, da mesma forma a **Geovânia de Sá Rodrigues**, vereadora mais votada em Criciúma e com pré-disposição para disputar a eleição federal.

Sejam bem-vindos e boa estada nesta Casa! É sempre uma alegria poder recebê-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre **Pedro Baldissera**) - Feito o registro, desejamos boas-vindas a este Parlamento.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado **Antônio Aguiar**, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO **ANTÔNIO AGUIAR** - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense. Gostaria de fazer uma saudação especial ao ex-prefeito de **Porto União**, **Renato Stasiak**. Seja bem-vindo a esta Casa!

Quero dizer que amanhã a cidade de **Bela Vista do Toldo** comemorará 20 anos de existência e este deputado, como presidente da Câmara de Vereadores de **Canoinhas**, à época, encaminhou a emancipação política daquele município.

Portanto, parabéns ao prefeito sr. **Gilberto Damaso da Silveira**, em seu nome parabeno toda a comunidade da cidade e gostaria de dizer que estaremos presentes lá amanhã juntamente com a população para festejar essa grande data.

Também quero reportar um importante documento que vou apresentar neste momento, que é a readequação do Hospital Sagrada Família, de **São Bento do Sul**, e isso significa que este hospital terá alta complexidade em oncologia.

Está de parabéns **São Bento do Sul**, esperamos o aval final da vigilância sanitária para que na semana que vem possamos fazer um convênio de R\$ 110 mil para essa readequação.

Foi uma longa jornada e tivemos que nos esmerar para que isso acontecesse. Agora chegamos praticamente na reta final com todos os itens preenchidos, com todo o trabalho feito e com toda a comunidade de **São Bento do Sul**, de **Campo Alegre** e **Rio Negrinho** querendo essa importante obra, esse importante benefício aos pacientes que são portadores de câncer, para que não mais viagem a **Jaraguá do Sul** e fiquem em **São Bento do Sul**, uma vez que o médico

oncologista daquele município também se dirige a **Jaraguá do Sul** para atender os pacientes.

Isso mostra que a descentralização está funcionando. Esse é mais um ato de descentralização do governo.

Queria parabenizar o sr. governador, **Raimundo Colombo**, e o vice-governador, **Eduardo Pinho Moreira**, pelo andamento que estão dando, juntamente com a secretária **Tânia Eberhardt** e o secretário adjunto **Acélio Casagrande** e toda a sua equipe.

Queremos agradecer a todos os colaboradores que ajudaram, no sentido de fazer com que esse passo importante para o credenciamento da quimioterapia em **São Bento do Sul** se realizasse.

Nós temos também que falar, especialmente, do senador **Luiz Henrique da Silveira**. Quero relatar aqui o pronunciamento que ele faz para os nossos companheiros peemedebistas, principalmente a você, delegado, que vai votar no dia 26.

Vou ler a carta, então, do senador.

(Passa a ler.)

"Carta aos peemedebistas

Joinville, 30 de março de 2014

Prezadas e prezados companheiros,

Em 15 das 16 eleições que disputei, levei, sempre, o PMDB velho de guerra a retumbantes vitórias. Sempre que o partido me convocou (inclusive para eleições quase impossíveis, como para prefeito, em 1966, e para governador, em 2002), ofereci o meu nome, sem nenhuma hesitação, para elevar, sempre bem alto, a bandeira do PMDB. Para enfrentar o pleito municipal, renunciei a uma eleição certa de presidente da Câmara dos Deputados, para poder concorrer a governador, renunciei a dois anos e nove meses do mandato de prefeito.

Em 1989, nosso partido tinha 22 dos 23 governadores e a maioria esmagadora dos senadores, dos deputados federais e estaduais, dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Era o único que tinha presença em todos os municípios!

Lançamos candidato a presidente da República o deputado **Ulysses Guimarães**, o maior estadista dos nossos tempos. Qual foi o resultado? O dr. **Ulysses** fez apenas 3% dos votos. Por quê? Porque ele era o vice-presidente, assumiu diversas vezes e ocupávamos espaços generosos no governo **Sarney**. O povo não acreditou que pudéssemos virar oposição de uma hora para outra.

Em 1988, pela mesma presunção de que o PMDB, sozinho, pode tudo, sofremos uma retumbante derrota para o governo do estado.

Estou no fim da minha vida pública. Com a minha longa experiência, cumprio a responsabilidade de alertá-los para que aquela triste história, que deixou o nosso partido tão fragilizado e desnorteado, não volte a acontecer.

Tenho respeito, admiração e afeição aos companheiros que defendem a candidatura própria. Também quero a volta do PMDB ao governo, mas, com toda certeza, isso acontecerá normalmente em 2018.

Alinho abaixo 15 razões para demonstrar que a análise sensata e equilibrada da realidade atual recomenda a manutenção da coligação que firmamos em 2010.

1. Quando nos coligamos para eleger o governador **Raimundo Colombo**, a lei já lhe assegurava o direito de postular a reeleição.

2. Somos governo, temos, no companheiro **Eduardo Pinho Moreira**, o vice-governador, além da maioria dos integrantes dos cargos de confiança.

3. Em **Joinville**, só elegemos o prefeito **Udo Dölher**, porque desembarcamos do

governo municipal entregando todos os cargos um ano e seis meses antes das eleições!

4. Continuamos ocupando os cargos indicados pelo Partido. E se no dia 27 deixarmos todas as funções de confiança (o que seria o gesto de mínima dignidade política!), ainda assim o povo entenderia como decisão tardia e oportunista, o que, sem dúvida, repeteria o insucesso da candidatura presidencial do dr. **Ulysses**.

5. Não coligados, levaremos o Partido ao isolamento, ao enfraquecimento, e à impossibilidade de vencer, em candidatura solitária, ladeira acima.

6. Coligados, manteremos a vice-governança e, assim, assumiremos o governo em 2018, já que o governador **Raimundo Colombo** será candidato a senador.

7. Coligados, faremos eleição de morro abaixo, aumentando as nossas bancadas de deputados estaduais e federais, e os espaços no Governo. Assim, poderemos apoiar, ainda com mais força, os nossos prefeitos, nos seus atuais mandatos e nas futuras campanhas eleitorais.

8. Coligados, vamos negociar uma nova relação com o Governo **Colombo**, para restabelecer a força da descentralização, das Secretarias e dos Conselhos Regionais.

9. Coligados, seremos beneficiados pela geografia das urnas, o que aumentará, ainda mais, a presença do nosso Partido e dos nossos companheiros no Governo.

10. Coligados, seremos corresponsáveis pelo canteiro de obras em que o nosso governo tornará **Santa Catarina**, aplicando os nove bilhões de reais repassados pelo Governo Federal, cuja maioria dos investimentos encontra-se nas fases de projeto, desapropriação, licença ambiental ou licitação (o que demora, normalmente, de um a um ano e meio).

11. Coligados, preservaremos nossas posições no Governo, mantendo a visibilidade do PMDB, essencial para o maior êxito dos nossos candidatos à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional.

12. Coligados, não entregaremos as nossas posições aos nossos adversários históricos, e, assim, não permitiremos a ressurreição das lideranças que derrotamos em quatro eleições recentes. Não se esqueçam: o político é o único animal que ressuscita!

13. Coligados, participaremos de uma enorme reunião de Partidos. E, assim, ocuparemos, de longe, o maior tempo de rádio e TV, o que aumentará significativamente o sucesso eleitoral dos nossos candidatos ao Poder Legislativo.

14. Coligados, manteremos a unidade do PMDB, sem ter que enfrentar o salve-se quem puder de uma ruptura abrupta com o Governo, às vésperas das eleições.

15. Não coligados, o que diremos? Que propostas apresentaremos? Teremos autoridade para criticar as políticas de saúde, da administração, da infraestrutura, da Justiça, da Celesc, do Deinfra, do Deter, da Fatma, do Iprev, da Codesc, da SCGás, e de tantas outras áreas que são geridas por companheiros do PMDB? Isso não vai levar como aconteceu com o dr. **Ulysses**, à divisão, ao descrédito e à perda do apoio popular?!

Companheiras e companheiros, observem que não há nenhum companheiro pleiteando candidatura própria, também, para Presidente da República. Por quê? Pelas mesmas dificuldades e obstáculos que detalhei acima: o vice-presidente da República é o nosso Presidente Nacional, **Michel Temer**; e o PMDB ocupa vários Ministérios e importantes cargos no Governo da Presidente **Dilma Rousseff**. Nossos companheiros sabem que por estas

mesmas razões é inviável tanto a candidatura a Presidente da República, quanto desembarque do Governo Federal, agora, tão perto das eleições.

Pedindo que reflitam sobre o passo que vão dar no dia 26, peço-lhes o voto pela coligação, para que a continuidade do projeto vitorioso potencialize, ainda mais, a grandeza do nosso PMDB, assegurando-lhe a volta ao cargo de Governador do Estado em 2018.

Em 2018, encerro a minha vida pública. Minha última missão será levar o PMDB de volta ao Governo do Estado, daqui a apenas três anos.

Forte abraço.”[sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero registrar a presença de vários promotores e promotoras do Ministério Público que se fazem presentes em nome do promotor Fabiano David Baldisserelli, de Chapecó.

Queremos cumprimentá-los, sejam bem-vindos. Também todos os servidores e professores que já começam a se deslocar a esta Casa para acompanhar a votação da medida provisória da Educação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito seria o deputado Serafim Venzon, que trocou o seu horário com a deputada Angela Albino.

Então, com a palavra, a sra. deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados.

Eu vim tratar de outro tema, mas não posso deixar de dizer que este texto do senador Luiz Henrique da Silveira, em minha opinião, tem um destaque freudiano quando ele diz que a coligação com o PSD é ladeira abaixo.

Não sei na terra do governador, mas, na minha terra, ladeira abaixo quer dizer que a vaca foi para o brejo. Eu não entendi o que ele quis dizer com ladeira abaixo, no sentido de ser mais fácil. Para mim, ladeira abaixo é uma adjetivação negativa.

Mas vim à tribuna, na tarde de hoje, para dois apontamentos. Primeiramente, parabenizar a Câmara de Vereadores de São José por ter aprovado a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que ainda é uma ferramenta que nós não temos em todos os municípios do estado de Santa Catarina e que é muito importante, particularmente na garantia do direito das mulheres no que tange o enfrentamento da violência doméstica. Então, parabéns à Câmara de Vereadores do município de São José.

Particularmente, venho à tribuna hoje em torno de uma demanda apresentada aqui por colegas que são servidores do nosso Museu Victor Meirelles, na pessoa da senhora Lourdes Rossetto, que está aqui hoje e é diretora daquele museu.

No dia 10 de dezembro do ano passado, deu entrada a um projeto de lei aqui na Casa em que o governo do estado cede ao Iphan aquele imóvel. O problema, senhores, é o prazo, pois o Museu Victor Meirelles entrou, para nossa alegria, na obra do PAC das cidades históricas. Acontece que o prazo para licitação das obras do PAC das cidades históricas é 31 de julho de 2014, para que as obras possam ser contratadas e finalizadas até 31 de dezembro do ano seguinte.

A nossa preocupação é porque se trata de um projeto sonhado há muito tempo por quem está naquele museu, que é um patrimônio do estado de Santa Catarina. É muito apreciada, muito difundida, a sua obra Primeira Missa no Brasil, mas não é nem a maior nem a mais bela das suas obras. Há um acervo extraordinário.

Aquela casa que abriga o museu e onde hoje está a Associação Catarinense de Imprensa, e que é exatamente o objeto desse projeto que está incluído no PAC das cidades históricas, foi a casa de Victor Meirelles. Recentemente, foi descoberto no inventário do pai de Victor Meirelles que aquela era a casa dele.

Para nós, portanto, tem um valor muito significativo que possamos dar esta modesta contribuição, que é aprovarmos e termos a sanção governamental, antes do dia 31 de julho, deste projeto de lei, o PL n. 576.3/2013, que autoriza doação de imóvel no município de Florianópolis, que é esse do Museu Victor Meirelles.

Vejam senhores, no início da contratação do projeto, era pouco mais R\$ 2,7 milhões que seriam destinados àquela obra, mas hoje já está em quase R\$ 4 milhões e, se essa Casa não conseguir aprovar o projeto de lei e obter a sanção governamental até o dia 31 de julho, nós vamos perder esse investimento. Portanto, vamos perder a chance de revitalizarmos o nosso Museu Victor Meirelles.

E me dizia a sra. Lourdes que o projeto não é só para o Museu, o projeto, segundo o relato, é de revitalizar todo aquele entorno. Quem é de Florianópolis sabe que o entorno do Museu Victor Meirelles hoje é uma área de grande vulnerabilidade social. Hoje o entorno do Victor Meirelles é uma área que abriga pessoas que consomem drogas e dormem ali durante o dia. É um perigo transitar ali.

E a proposta que foi incluída e que está detalhada em nosso projeto de lei é de poder retomar o espaço do Museu Victor Meirelles, ampliar suas instalações naquela que também era a casa de Victor Meirelles, poder na sequência tratar todo o entorno, parte da nossa cidade que é aquele setor bastante abandonado, historicamente abandonado.

Portanto, para nós é de grande valia que esta Casa Legislativa possa dar, digo novamente, uma modesta contribuição de aprovar o projeto de lei a tempo de o governador sancionar e publicar a lei até 31 de julho. Estamos com este projeto parado desde dezembro do ano passado. É claro que envolve uma negociação com a Associação Catarinense de Medicina. Também, se não me engano, com os praças, com a associação dos que estiveram na guerra.

Mas é óbvio que o tempo de aceite à sua casa nova, prevista para dezembro, não é o tempo deste objeto aqui. O que se pede é que a lei possa acontecer agora, que a aprovação da lei possa acontecer até o dia 31 de julho para que na sequência possamos ter os atos administrativos que viabilizem de fato o uso desses R\$ 4 milhões, senhores.

O estado de Santa Catarina está, pelos seus extraordinários índices de desenvolvimento humano, obviamente aquém do que deveria no desenvolvimento da cultura, e não nos falta, inclusive, orçamento, mas nos falta historicamente uma política estadual de cultura. Temos um fundo cultural que já foi objeto de manifestações escandalosas do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, da forma como é gerido, historicamente gerido, mas agora não se trata sequer de contribuição do governo estadual acerca desse projeto mas, na verdade, de uma doação simples.

O que se está se propondo nesse projeto é um permuta de um imóvel que é da União, na Rua Araci Vaz Callado, no bairro Estreito, que é usado no governo do estado que possa ir para o governo do estado e que o estado em troca possa doar esse imóvel para podermos dar conta desse projeto que já está há uma década em discussão, que é a ampliação e a modernização do nosso Museu Victor Meirelles.

Reativar as nossas raízes, permitir que as nossas raízes culturais, inclusive, fiquem para o futuro, é uma tarefa geracional nossa. Discutir a cultura na perspectiva de gerações futuras para nós é uma tarefa que está muito espelhada neste projeto de lei, que repito, necessita apenas desta Casa do governo do estado, da aprovação e publicação da lei até 31 de julho de 2014. É um tempo exíguo porque ainda precisa terminar de passar nas comissões, precisa ir à sanção governamental e depois à publicação.

Portanto, nos urge tomar esta decisão de colocar este projeto de lei em andamento, colocar este projeto de lei definitivamente em condições de ser sancionado pelo governo do estado para que não percamos esses R\$ 4 milhões que são necessários ao Museu Victor Meirelles e aos que se importam com a capital dos catarinenses, ficam preocupados, como vários de nós estamos, entre os quais eu me incluo, com o entorno do Museu Victor Meirelles, uma área belíssima que conta com alguns prédios históricos belíssimos, mas é uma área que a partir de uma determinada hora do dia não se pode mais transitar.

Eu gosto muito e frequente aquela região e ouço dos comerciantes a angústia que têm, pois a clientela já tem dificuldade em transitar pelo lugar.

Portanto, é um apelo que fazemos a esta Casa, no dia de hoje, a aprovação do projeto. Conversei com outros deputados da base do governo, no caso, o deputado Marcos Vieira, relator neste momento do projeto, que reafirmou ter procurado a secretaria de estado da Administração para fazer essa negociação que diz respeito à Associação Catarinense de Imprensa. Mas tenho a convicção de a Associação de Imprensa, defensora que é da cultura do estado de Santa Catarina, há de junto conosco, com esta Casa, com o governo do estado, com a direção do Museu Victor Meirelles, achar uma condição mais favorável para todos nós.

Obviamente, não estamos pedindo a imediata desocupação daquele imóvel, não é disso que se trata. O que se trata é da formalidade, da titularidade de aquele imóvel voltar para a União, para que se possa proceder a todos os encaminhamentos licitatórios necessários.

Portanto, o nosso apelo é para que a Casa se intere do tema e se empenhe para que a ampliação e a sua modernização do Museu Victor Meirelles seja uma realidade e um presente não só para Florianópolis, mas para todo o povo catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Inscrição para falar o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero inicialmente quero cumprimentar a todos estão na galeria da Casa. Cumprimentar também a vereadora de Criciúma Geovana de Sã, o vice-prefeito, o meu convidado especial sr. Artur Verani, também cumprimentamos o representante de Tijucas, Cláudio Eduardo de

Souza, que vem a esta Casa trazer reivindicações relativas à segurança.

Quero ainda saudar o senador Luiz Henrique, o senador Aécio Neves e o nosso governador, que na semana passada empenharam-se sobremaneira acontecer a votação dos novos de cobrança das dívidas. Infelizmente, o modelo brasileiro coloca jugo sobre todos os prefeitos e governadores, justamente porque a arrecadação, em torno de 70%, refere-se ao governo federal, apenas 22% ficam no estado, e em torno de 10% ou 12% ficam para os municípios.

Só que isso é o que está na Constituição, mas na prática a sociedade brasileira manda muito mais dinheiro do que está prescrito na Constituição, que é justamente através dos empréstimos. O governo federal, numa cultura com os municípios e com os estados, em que a grande maioria das obras é feitas com recursos emprestados, financiados em longo prazo, como se recursos financiados não tivessem juros ou como se depois não precisasse ser pago.

Então, grande parte da nossa arrecadação, ou seja, dos estados e municípios em Santa Catarina ultrapassa 10%, 12% e até 13% do nosso limite, vai para o pagamento da dívida com a União. Então, aquilo que era para ser 23% da arrecadação, 13% de tudo que arrecadamos acaba indo para a União novamente a título de pagamento da dívida. De forma que é muito menos, então, do que esse 26% da arrecadação. Com os municípios acontece a mesma coisa.

Por isso, então, que criaram um novo critério para o pagamento da dívida com os juros menores, ou seja, pelo Índice Geral de Preço - IGP - mais 9% de juros.

Pelo projeto passaríamos a pagar o Índice Nacional de Preço ao Consumidor mais 4%. Então, isso significa uma redução relativamente boa de juros que ao longo prazo vai significar alguns milhões ou até bilhões, com o tempo, em recursos que são espoliados do estado constantemente e que farão faltas, sim, pois nós não estamos apenas devolvendo o dinheiro. Trata-se de governo pagando juro para governo. Além de todos os impostos que pagamos, pagamos mais um pouco quando devolvemos os recursos.

E atualmente o governo do estado até está recebendo um recurso razoável com o apoio do governo federal, mas grande parte é dinheiro negociado. A presidente Dilma Rousseff está negociando, vendendo dinheiro para o estado. Esses R\$ 10 milhões que estão vindo agora, certamente, irão passar de R\$ 20 milhões até o momento em que formos pagar. Então, essa redução significará um alívio um pouquinho maior com relação à questão da dívida.

Um segundo assunto que queria abordar é justamente com relação à questão da segurança, que é como uma doença. Quando se fala em Aids, tumor cerebral, todos acham que acontece somente com os outros, nunca consigo. Quando se fala num assassinato, num latrocínio, todos acham que acontece apenas com os outros, mas na verdade os índices de criminalidade estão aumentando muito. Por isso é preciso mais rigor no trato dessa questão.

Em breve, estarei acompanhando uma comissão de líderes do município de Tijucas, vereadores principalmente, no sentido de levar essa preocupação ao secretário Cesar Grubba.

É uma tendência acharmos que em Santa Catarina estamos bem, mas não é bem verdade. Certamente muitos dos srs. deputados acompanharam na semana passada o relatório apresentado pela ONU relativo a homicídios ocorridos em 2012.

(Passa a ler.)

"De acordo com o Estudo Global sobre o Homicídio em 2013, que traz dados relativos ao ano de 2012, o Brasil teve 50.108 homicídios, o que representa a pouco mais de 11% de todos os 437 mil assassinatos cometidos no mundo. Segundo a ONU, o Brasil mantém uma taxa estável de homicídio no panorama geral - em 2012, esse número foi de 25,1 homicídios dolosos por 100 mil habitantes."

Nós já relatamos aqui que em Santa Catarina esse índice fica em torno de 12%. Há uma estatística levantada pela SSP de Santa Catarina de que o nosso índice gira em torno de 6%. Mas o estudo realizado pela ONU coloca Santa Catarina com 13%. E esse número varia de estado para estado.

(Continua lendo)

"Enquanto nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo o número de homicídios tem caído, no norte e no nordeste do país houve um crescimento. Mas, em Pernambuco, ao contrário dos outros estados do nordeste, houve uma queda significativa em torno de 31%.

No relatório que foi apresentado em Londres, na quinta passada, revela que das 437 pessoas que foram assassinadas, há dois anos, 80% eram homens e 95% dos matadores também eram do sexo masculino."

Há uma necessidade urgente, então, de se entender essa questão da criminalidade que acontece em todos os lugares, mas principalmente, aqui no estado. Mesmo tendo os índices relativamente bons no Brasil, temos que lembrar que a média global é em torno de 6,2% e os países asiáticos, a Europa e até alguns países da África estão melhor do que Santa Catarina.

Por isso, cumprimos o secretário César Grubba, e quero dizer que estamos apoiando as suas ações, mas precisamos fazer mais esforço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Encerrado o horário das Breves Comunicações.

Senhores deputados e senhoras deputadas, seguindo o roteiro da sessão teríamos agora o horário destinado aos Partidos, no entanto, em cumprimento ao que dispõe o art. 101 da Constituição do Estado de Santa Catarina, o excelentíssimo sr. Procurador-Geral de Justiça solicitou espaço, nesta sessão, para apresentação do relatório anual das atividades do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Portanto, neste momento, eu suspendo a sessão por até uma hora.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Dado o baixo quórum, deixaremos a Ordem do Dia para amanhã.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, queria rebater o que o deputado Neodi Saretta falou aqui sobre a desumanidade das consultas que são feitas *on-line*.

Mas, gostaria de pedir aos promotores também que fizessem uma visita ao Hospital Universitário onde a metade dos leitos da UTI não estão sendo utilizados, inclusive os leitos dos queimados e a ala psiquiátrica. A clínica de internação também não está sendo utilizada. Então, são cem leitos que não estão sendo utilizados no Hospital Universitário, que é de responsabilidade do governo federal.

Portanto, peço aos srs. promotores para irem ao Hospital Universitário para checar as irregularidades que lá estão acontecendo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estou justificando a minha ausência agora, porque tenho um voo para Brasília, uma reunião marcada amanhã de manhã com o ministro da Saúde para tratar das 30h para enfermagem. Assim, justifico a minha ausência.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Devidamente justificativo por uma boa causa, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, queria registrar o aniversário de 45 anos da Cooperativa Central Aurora Alimentos que congrega 62.800 famílias rurais e também 12 cooperativas afiliadas.

Comemora, hoje, 45 anos de muito trabalho e construção de oportunidades, tanto no campo quanto na economia no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

A Sra. deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero cumprimentar os educadores da rede estadual de ensino que aqui se encontram e fazer uma solicitação à Presidência. Estava na Ordem do Dia a votação do Projeto de Lei de Medida Provisória n. 193, que fixa os valores dos vencimentos do Magistério público estadual.

Não há acordo para retirar a pauta da Ordem do Dia. Nós queremos a votação hoje.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A Ordem do Dia já foi encerrada, deputada, e transferida para amanhã, havia baixo quórum, está encerrada a Ordem do Dia e estamos em Explicação Pessoal.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, estou pedindo para...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não pode deputada. Foi transferida para amanhã.

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, tínhamos quórum no início dos trabalhos da sessão, poderíamos ter votado. Então, entendemos que estava pautado para hoje e não houve acordo de líderes.

Assim, consideramos lamentável essa posição de retirar o projeto de pauta hoje.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Dirceu Dresch tínhamos menos de 15 deputados em plenário e a matéria está vencida.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, para deixar registrado, v.exa. fez um acordo, mas não houve acordo de líderes, quer dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havia quórum sr. deputado.

Matéria vencida.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital. Queria dizer aos professores que concordo plenamente que a suspensão da Ordem do Dia foi equivocada e acho justa a manifestação e o repúdio de vocês neste momento. Votaria e votarei conforme a posição que vocês têm, contrário à medida provisória. Tenho certeza de que neste momento este plenário teria mais do que o quórum necessário para votar. Portanto, não seria necessário ter sido suspensa à Ordem do Dia, na minha avaliação. E como já foi manifestado não houve acordo de líderes para a suspensão da Ordem do Dia.

Tenho um assunto importante. Vocês estão de parabéns pela luta, pela educação, pela luta de valorização da carreira dos servidores, dos trabalhadores da educação do estado.

No entanto, nós temos nesta data, 15 de abril de 2014, outro problema social bastante agudo nesta cidade, nesta capital. Trata-se de um problema que interessa e precisa interessar ao conjunto da classe trabalhadora catarinense e ao conjunto da sociedade catarinense. Falo da data limite para a desocupação do terreno na SC-401 por parte dos integrantes da Ocupação Amarelado de Souza. Trabalhadores e trabalhadoras sem-teto, sem-terra, desta Grande Florianópolis que buscam um espaço de dignidade para morar e para viver.

Este deputado, a deputada Luciane Carminatti, o deputado Padre Pedro Baldissera e outros deputados desde a semana passada temos buscado intermediar a relação com as autoridades dos governos no sentido de se encontrar uma saída negociada para esse impasse.

O nosso gabinete teve, sim, essa disposição, porque sabemos que seria e será, e pode ser ainda, muito dramática e inclusive trágica a retirada daquelas famílias daquele terreno com o uso da força policial. E como integrante da classe trabalhadora, como defensor da legitimidade do movimento por terra, por trabalho e por teto, mas também como policial militar, e agora exercendo a função parlamentar, tenho, sim, feito esforço no sentido de evitar por todos os meios que haja confronto.

Há seis dias temos buscado acordo com as autoridades, que têm lavado as mãos, preciso deixar isso absolutamente público para o conjunto da sociedade catarinense. Há seis dias as autoridades, inclusive do governo de Santa Catarina têm lavado as mãos com relação à possibilidade de um confronto de proporções trágicas às margens da SC-401.

Quero dizer e manifestar nesta tribuna que é uma inverdade, portanto, uma mentira o que alguns formadores de opinião têm dito que os integrantes da Ocupação Amarelado não querem cumprir o acordo de sair daquela área no dia 15 de abril, e que já teriam rompido o acordo. Isto é mentira!

Testemunho em qualquer lugar que eles estão, e eu só tenho procurado ajudar e

contribuir desde quarta-feira da semana passada, buscando um espaço alternativo, para que possam sair de forma organizada, de forma pacífica e de forma digna do terreno às margens da SC-401.

E quero repetir que as autoridades estaduais, federais e municipais têm feito ouvidos de mercador, estão lavando as mãos para a possibilidade de uma tragédia nesta cidade capital. Eu fico indignado com isso, porque é a minha corporação, a Polícia Militar e os meus colegas de trabalho, os policiais militares, que vão ter que cumprir a ordem absurda e ridícula de tentar fazer evaporar o povo pobre desta Grande Florianópolis. Eles estão tentando uma área alternativa, deputado Kennedy Nunes, repito, há uma semana com o nosso trabalho em conjunto, mas as autoridades disseram não.

Na última noite ficamos até as 4h30, deputado Kennedy Nunes, conseguimos uma propriedade de responsabilidade privada na região do Maciambú, em Palhoça, na Grande Florianópolis, e estava tudo organizado e preparado para o deslocamento na tarde de hoje, e este deslocamento já estaria começando e sendo realizado, os caminhões já estavam lá e as famílias já haviam desmontado os barracos e as suas casas. Havia também acordo com as lideranças indígenas já construído na noite de ontem. Mas eis que a Funai - Fundação Nacional do Índio - disse não. Agora à tarde disse não! E todo o trabalho de uma semana, e todo trabalho da madrugada que se passou, com o Padre Luiz Prim, com o Ministério Público Federal, acordando autoridades de madrugada para buscar fechar um acordo que fosse possível e viável, foi por água abaixo.

Este foi o grande trabalho, justamente para que não se falasse em desordem, para que não se falasse em outras coisas.

A Funai embargou o deslocamento para o Maciambú, deputada Angela Albino, agora à tarde. Está ocorrendo uma reunião no Ministério Público Federal, para tentar reverter esse quadro. Está-se instalando o pânico no acampamento Amarelado de Souza, evidentemente.

Quero repetir, para terminar, que todas as autoridades que lavaram as mãos não serão isentas da sua parcela de responsabilidade, caso uma tragédia aconteça. É possível, ainda, evitar. Há autoridades com poder para evitar, e se não o fizerem terão que ser responsabilizadas pública e politicamente pela omissão. Não é possível fazer pobre evaporar. Se não entenderem isso ocorrerá uma tragédia!

Quero repetir, de forma mais ou menos objetiva: os participantes da Ocupação Amarelado querem cumprir o acordo. Um acordo tinha sido feito esta madrugada com os responsáveis legais, inclusive por fazê-lo. A Funai - Fundação Nacional do Índio -, está impedindo que o acordo seja cumprido, ou seja, a transferência de todas aquelas famílias para o Maciambú. E todas as autoridades que lavaram as mãos não ficarão isentas de responsabilidade. Eles querem cumprir o acordo, mas não dá para fazer povo evaporar, que parece é intenção de muitos pertencentes aos detentores de poder, as classes econômica e politicamente dominantes neste estado.

É lamentável que isso ocorra. Espera-se que ainda se possa resolver isso pacificamente e de forma organizada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero cumprimentar todos os professores estaduais que aqui se encontram e iniciar a minha fala fazendo um registro, sr. presidente. Gostaria que constasse em ata que é a segunda vez que esta Casa desrespeita os professores estaduais catarinenses.

(Palmas das galerias)

Não vamos nos esquecer que em 2012 esta Casa estava lotada de servidores e naquela ocasião foi mudado o Regimento Interno de forma golpista para votar, porque não havia possibilidade regimental de votar aquela medida provisória em 2012.

Mudou-se o Regimento Interno desrespeitando todos os deputados que queriam apenas que as comissões funcionassem e que o Plenário pudesse ter a isenção necessária para a votação.

Quando chegamos, hoje, na sessão vimos que está aqui na Ordem do Dia, como primeiro ponto de pauta, a votação da medida provisória que trata do piso e vencimento do Magistério. Segundo golpe na categoria: não será votada hoje. Vocês estão aqui e precisa-se dizer a verdade!

Então, quero fazer um pedido: que os educadores estejam amanhã aqui, quando formos votar, porque os deputados não têm que ter vergonha de votar e têm que assumir o voto, seja favorável ou contra!

(Palmas das galerias)

E como estava na pauta, quero pedir aos educadores muita atenção para dizer como é que dá, sim, para se pagar os míseros 8,5% retroativos a janeiro. Quero que prestem atenção nessas informações! Todas as informações que eu vou trabalhar encontram-se neste livro que não é da deputada Luciane Carminatti, e sim do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Portanto, um órgão responsável pela fiscalização dos números da educação. Tudo se encontra aqui!

Então, vamos lá: este ano, segundo dizem o secretário da Educação e este livro do Tribunal, será gasto do Fundeb para a folha de pagamento 93.52%. Pode parecer muito aqui. O secretário tem dito que quase 100% do Fundeb está sendo usado para pagar a folha.

Então, vamos ao que há de dinheiro na Educação. Primeiro, o Fundeb representa mais ou menos 20% do dinheiro da Educação. Sobram 5% ainda. E os outros 5%? Esta é a primeira pergunta. Dos outros 5% ninguém fala!

Mas vamos aos números atrasados. De 2008 a 2012, segundo o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, não foi aplicado de dinheiro na Educação R\$ 1,23 bilhões. Por quê? Porque dinheiro pago com o salário dos inativos deveria sair do caixa geral do estado e não dos 25% da Educação.

Além do não gasto, uma vez que foi utilizado indevidamente o pagamento para os inativos... E quero deixar aqui bem claro que não tenho nada contra os professores aposentados, mas esse salário tem que sair do caixa geral, senão maquiemos o dinheiro dos 25% da Educação.

Temos outro rombo na Educação: R\$ 816,97 milhões, que é o que não é computado do Fundo Social e do Seitec.

Portanto, já temos aqui de dinheiro a menos na Educação catarinense R\$ 2,46 bilhões.

Só no ano de 2012, temos do Fundo Social R\$ 129,8 milhões tirados da Educação!

Então, qual é a conta que fazemos? O governo diz que utilizou quase todo o Fundeb. Não questionamos quase todo o Fundeb; questionamos os outros cinco, questionamos

os inativos e questionamos o Fundo Social e o Seitec.

Só para que os educadores e a sociedade compreendam, devo dizer que essa é uma conta em que vai o recurso do estado e lá não incidem os 25% da Educação. Essa conta é um jeito de não tributar os 25% para a Educação.

Mas aqui há outra notícia muito boa, inclusive: a previsão do Orçamento, da arrecadação do estado, para este ano, era, até janeiro deste ano, R\$ 21,3 bilhões.

Agora, 25 de março, o governo já alterou esta previsão. A economia em Santa Catarina está indo bem, a arrecadação está aumentando para R\$ 23,5 bilhões, portanto, uma diferença de R\$ 2,2 bilhões a mais do que havia de previsão.

E se considerarmos o piso e a remuneração dos demais estados do Brasil, Santa Catarina tem um dos piores pisos e remuneração na carreira, comparativamente aos demais estados da nação brasileira. Então, eu quero dizer o seguinte, companheiros da educação e quem nos ouve, Santa Catarina vai arrecadar mais e a educação está perdendo dinheiro na contramão disso.

Eu sentei com o secretário da Educação, há 15 dias, para fazer as contas com ele, eu e o deputado Mauro de Nadal, da comissão de Serviço Público, a quem quero agradecer o empenho. Sentamos com ele e fizemos a seguinte conta. Questionamos o secretário Deschamps que diz não ter como garantir janeiro. Sugerimos começar a fazer as contas de trás para frente. Puxar a parcela de 4,5 que seria paga em setembro para o mês de julho.

Começando de trás para frente, quanto daria isso, secretário? Daria em torno de R\$ 40 milhões. Quarenta milhões se pegar 4,5, que seria a terceira parcela, de setembro para julho. Agora pega essa parcela de julho e joga para abril. Quanto dá isso secretário? Dá em torno de R\$ 100 ou R\$ 120 milhões.

Veja bem, abril é este mês, se quisesse resolver, deputados Kennedy Nunes e José Milton Scheffer, aquilo que o Magistério está pedindo e que não é muito. Vamos falar a verdade aqui, é muito pouco. É só 8,5% retroativo.

(Palmas das galerias)

Dá para o governo, sim, resolver. As contas estão mostrando que vai sobrar R\$ 2,2 bilhões. Nós não estamos pedindo R\$ 1 bilhão, R\$ 500 milhões, nós estamos pedindo R\$ 120 milhões agora para abril, ou então, retroativos a janeiro. Nós poderíamos trabalhar em torno de R\$ 300 milhões.

A conclusão da audiência que nós tivemos com o secretário, quando ele não tinha mais argumentos para justificar os números, foi a seguinte: isso tem que resolver com o secretário da Fazenda e o governador.

Então, quero dizer aqui, deputados da base do governo, que tem solução, tem saída, basta a decisão política que vai dizer que a educação desse estado de fato é importante para este governo e para a sociedade catarinense.

Nós estamos mostrando, tem um livro aqui, podemos deixar para vocês olharem. Todos os deputados ganharam este livro. Todos. Está aqui, tem dinheiro para entrar na educação.

Então, eu quero dizer, colegas educadores, tem saída sim para resolver esta pauta. E quanto à descompactação da tabela, os educadores estão pedindo nada mais, nada menos, do que prazos, porque um governo que não dá prazos quer dizer que não quer resolver a descompactação da tabela.

E por último, o abono das faltas do Magistério - pela luta no ano passado para ter

mais dinheiro para a Educação -, é mais do que justo, porque, na minha cidade de Chapecó, comissionados bateram ponto e foram para a festa de um deputado federal do PSD, e foi abonado o ponto.

Agora quem vai para a rua para lutar por mais dinheiro para a Educação tem que ser castigado?!

(Palmas)

Apenas estou aqui pedindo justiça!

Justiça com os trabalhadores da Educação com o abano das faltas, pois comissionados tiveram liberação do ponto para ir a uma festa político-partidária no horário de trabalho! Por que o professor que vai à luta para conseguir mais dinheiro para a Educação tem que ser castigado? Então vamos fazer justiça!

Muito obrigada!

(Manifestação das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, trabalhadores da Educação catarinense.

Eu não poderia deixar de usar esta tribuna, sr. presidente, porque, em primeiro lugar, estava na pauta da Ordem do Dia de hoje a votação da Medida Provisória n. 0193/2014, que trata do reajuste do piso mínimo catarinense já em debate há vários dias.

Fizemos emendas, inclusive na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Agora, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que citou aqui a questão de recursos, e nem é este o debate que está em pauta sobre o tema da educação, mas a decisão política do governo de priorizar ou não a educação catarinense. Esse é o grande debate que está em pauta!

Então, sabemos que há recursos e que há condições de fazer investimentos em educação, mas a questão central é a seguinte: ou o governo aposta na educação pública forte no estado ou aposta em desmonte da educação pública da municipalização, da terceirização e da privatização. Esse é o debate central que precisamos construir nesta Casa.

Eu li dados que me preocupam muito. A Fiesc divulgou que a educação privada cresceu quase 30% no ano passado. Isso me preocupa, por quê? Porque a educação pública não é valorizada e o governo apresenta uma medida provisória que traz reajuste do piso a partir de setembro para uma parte significativa e importante da educação que se preparou para dar um ensino de qualidade, que fez curso superior. Que tipo de prioridade, que tipo de estratégia educacional é essa? E aí fica claro para nós que não há prioridade na educação pública catarinense.

Quero conversar com a sociedade catarinense sobre a importância da participação de todos nesta luta porque dela depende, no futuro, a qualidade da educação dos filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quem tem condições pode até colocar seu filho em uma escola particular, mas os trabalhadores e as trabalhadoras catarinenses que não têm essa condição, que tipo de educação teremos no futuro? Esse é o grande debate que precisamos fazer.

Então, professores, professoras e educadores esperamos vocês aqui, amanhã, para continuar essa discussão. Estrategicamente, o governo do estado retirou da pauta porque, talvez, haja alguém que não queira se expor aqui para votar neste ano eleitoral, inclusive contra os professores, por não ter reajuste retroativo a janeiro, pois estamos apresentando uma emenda à Medida Provisória n. 0193/2014.

Esse é o debate central que precisamos fazer para saber, de fato, quem quer uma educação de qualidade, quem quer fortalecer a educação pública do estado de Santa Catarina ou quem apenas quer fazer discurso em época de campanha. A sociedade catarinense precisa entender esse processo do que é um estado forte, do que é um investimento em educação de qualidade ou o que é terceirizar, municipalizar, privatizar a educação pública para as nossas crianças.

Então para mim esse é o debate central, e o próprio Tribunal de Contas quando fala e documenta que o estado está cumprindo a sua função, que está investindo constitucionalmente na educação, há um equívoco, e a deputada Luciane Carminatti apresentou dados que mostram - que o Sinte já está questionando - que o estado não está aplicando corretamente na educação e usa esse dinheiro para pagar os inativos, quando a lei não permite isso.

Então, o próprio Tribunal de Contas está fazendo ressalvas, mas apresenta documentalmente que o estado está investindo os 25% na Educação, quando não é verdade. Então, temos que questionar o fato de o Tribunal de Contas documentar que o estado está cumprindo sua missão.

Quero deixar registrado aqui justamente essa minha avaliação de que está em curso neste estado um processo de desmonte da educação pública e não há prioridades nos investimentos. Isso precisa ser denunciado para toda a sociedade catarinense.

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Inscrito o deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados prezados catarinenses que acompanham esta sessão, queria continuar esse debate que foi iniciado aqui. E como neste final de semana haverá a decisão de muitos campeonatos, queria fazer um comparativo, uma metáfora futebolística. Perder no campo nós aceitamos, mas o time sair correndo e não disputar a partida é revoltante. Digo isso porque tínhamos condições de analisar essa medida provisória sem que houvesse nenhum tipo de transferência de votação. Nós tínhamos aqui a possibilidade de fazer esse debate tranquilamente no dia de hoje.

Deixando de lado essa preliminar, gostaria de colocar, de forma muito clara, que temos condições de ter a aplicação do piso na carreira do Magistério, porque Santa Catarina dispõe de recursos para isso. Mas, além disso, também é importante dizermos que a aplicação dos recursos deve ser feita de forma prioritária. E se Santa Catarina quer que a educação seja prioridade tem que transformar isso em números no Orçamento do estado, porque aplicar apenas 25% não é dar prioridade alguma, porque esse é o percentual mínimo a ser aplicado.

Por isso, apresentamos aqui na Casa uma emenda constitucional elevando para 30% os recursos a serem destinados à educação. Este é um momento importante, porque venho a esta tribuna e faço um apelo, não apenas para a votação desta emenda aqui na Casa, mas peço o apoio da categoria do Magistério, pois não adianta ficar sempre discutindo a migalha dentro dos 25%, o que tem é que assumir a causa dos aumentos dos recursos para a educação. Isso nos dá mais margem para podermos discutir os reajustes.

Em relação ao pagamento dos inativos também há uma proposta de emenda constitucional já aprovada, a sua admissibilidade, basta apenas votarmos o mérito que tramita aqui na Casa, proibindo essa manobra contábil do governo de incluir os gastos com os inativos no cálculo dos 25%. Os inativos são do estado, sim, são da área da educação, sim, precisam dos seus reajustes, mas os seus pagamentos não podem ser computados dentro dos 25%.

Então, são duas ações que julgo importante, e temos que fazer com que elas, de fato, sejam aprovadas.

Com relação à medida provisória, assinei como líder da bancada do PT - e digo que é de autoria de todos os deputados da bancada - a emenda que prevê pelo menos a melhoria num pagamento único, que a própria categoria acha que não representa muito e concordo. Mas são ações que podemos fazer aqui para pelo menos amenizar a situação. E já tenho requerimento formulado, pedindo votação em destaque para essa emenda quando da votação.

Vou abordar outra questão, já que vamos voltar à discussão desse assunto do Magistério principalmente amanhã, e até porque hoje esta Casa já tomou a posição - não por votação, mas por acordo tácito da maioria dos deputados - de não votar. Quero trazer para v.exas. - e é importante que o pessoal do Magistério esteja aqui, pois Magistério não é apenas questão de professor e salário, é vida e saúde também - a ação desumana que Santa Catarina está fazendo de exigir a presença física do paciente ou de um representante para marcar a consulta. Insiste

algun deputado em dizer que não é verdade e eu insisto em dizer que estamos todos os dias enfrentando filas. Mas trago agora, para que acabe a dúvida, um documento provando o que estou dizendo, deputado Antônio Aguiar, v.exa que tem se mostrado revoltado quando falo sobre isso.

Está aqui o documento da Gerência de Complexos Reguladores da secretaria de estado da Saúde. Diz aqui o seguinte: "Informamos que a partir do dia 06/01/2014, as unidades hospitalares abaixo relacionadas assumirão o agendamento dos retornos."

Se elas estão assumindo é porque o sistema de marcação *on-line*, não vai marcar. E inúmeras as entidades: Instituto Cardiologia de Santa Catarina; Hospital Regional São José; Hospital Governador Celso Ramos; Hospital Infantil Joana de Gusmão. E ainda coloca as unidades que já adotam esse procedimento desde a implantação do Sisreg, ou seja, aquelas que já faziam isso antes de janeiro: a Maternidade Carmela Dutra, o Hospital Santa Tereza, o Centro de Reabilitação, o Hospital Nereu Ramos e o Hospital Florianópolis.

Então, onde está a secretária Tânia, a sua equipe, a gerência da Saúde? E quem defende esse governo fala em romper a coligação, mas não adianta romper a coligação se é para fazer essa desumanidade que estão fazendo com o povo catarinense. Exigir a presença física na madrugada para marcar retorno de consulta, que pode ser feito pelo sistema *on-line*! As pessoas estão saindo de São Miguel d'Oeste, de Caçador, de Concórdia para enfrentar as filas na madrugada aqui, e, às vezes, nem conseguem marcar a consulta!

É só mudar isso, secretária Tânia, governador Raimundo Colombo, a base de apoio ao governo. É só mudar isso e adotar a remarcação pelo sistema Sisreg. Não façam essa desumanidade com a população catarinense!

Fiz questão de trazer este documento para tribuna, porque cada vez que estamos falando nisso vem alguém dizendo que não, que não é assim, que estão marcando, sim, pelo sistema *on-line*. Não estão marcando os retornos pelo sistema Sisreg. Está demonstrado aqui, está documentado, está assinado pela sra. Marli, do Centro Estadual de Regulação, sra. Carla Marisa, coordenadora do Complexo Regulador e o sr. Geraldo, gerente do Complexo Reguladores, Documento timbrado, estado de Santa Catarina, secretaria de Estado de Saúde, Gerência de Complexos Reguladores.

Eu espero que agora partam para outra etapa, chega de negarem a verdade. Agora tem que resolver. É isso que esperamos, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 345, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **TERESINHA BLOEMER PICKLER**, matrícula nº 2094, da função de Chefe da Seção de Fiscalização e Controle de Contratos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 13 de junho de 2014 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 346, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR o servidor **DANIEL ADRIANO MAFRA**, matrícula nº 7275, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe de Seção - Fiscalização e Controle de Contratos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 13 de junho de 2014 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 347, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 18 e Anexo III-C da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 redação dada pela Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR EDILSO PAULO RANZAN, matrícula nº 7621, servidor da Prefeitura Municipal de São Lourenço D'Oeste à disposição da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria técnica-parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 3 de junho de 2014 (Gab Dep Marcos Vieira).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 348, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0791/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR ao servidor **LUIZ CARLOS ALVES JUNIOR**, matrícula nº 7189, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 4 de abril de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 349, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1195/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011,

ATRIBUIR ao servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 27 de maio de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 350, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0262/2014,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **CLAUDIR JOSE MARTINS**, matrícula nº 1501, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 70% (setenta por cento) do valor equivalente a FC-6 como gratificação de exercício e 30% (trinta por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, totalizando 100% (cem por cento);

Art. 2º MANTER 100% (cem por cento) do valor correspondente a diferença do vencimento do seu cargo efetivo e do cargo em comissão PL/DAS-6; concedido pelo Ato da Mesa nº 96/2007, de 2/5/2007, ficando absorvido o benefício concedido anteriormente através da Res. nº 841/1991, de 25/4/1991.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Comissão Legal, devendo fazer opção pois os benefícios dos dispositivos acima citados não são cumulativos com o exercício de cargo em comissão, função de confiança ou gratificação de exercício.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 351, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1266/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **JOAO PACHECO DOS REIS**, matrícula nº 873, no cargo de Técnico Legislativo, habilitação/Nível Médio/Técnico Legislativo, código PL/ALE-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 16 de junho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 352, de 18 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1225/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **BERNADETE REBELO DE SOUZA**, matrícula nº 1451, no cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de julho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A PEC Nº 555/2006, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2014, ÀS 14H30MIN, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Dando início a nossa audiência pública, agradeço a presença de todos e de todas que vieram de várias regiões do nosso Estado e de nosso País para debater aqui conosco a PEC nº 555/2006.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Deputada Estadual que vos fala, Angela Albino, Presidenta da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que, aqui reunidos, discutamos acerca da proposta de Emenda Constitucional nº 555/2006 que extingue a contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e pensionista, revogando o artigo 4º da Emenda Constitucional 41/2003.

Convido para tomar assento junto à mesa dos trabalhos, as seguintes autoridades: o senhor Antônio Carlos Costa, neste ato representando a senhora Maria de Lourdes Medeiros presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); o senhor Ayrton Eduardo Castro Bastos, 1º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional); o senhor Edison Guilherme Haubert, presidente do Instituto Mosap, Movimento de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, neste ato representando o senhor Nilson Paixão, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União; o senhor Antônio Masayuki Massayama, presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; o senhor Carlos Alberto de Souza, presidente da Associação Catarinense dos Auditores Fiscais

da Receita Federal do Brasil (Acafip); o senhor Márcio Campos, presidente do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc); o senhor Rogério Roberto Alveres, presidente dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco).

Senhoras e senhores, vamos dar início às falas, às intervenções e, conforme previamente acordado entre todos e todas, o tempo de fala dos integrantes da mesa é em torno de cinco minutos. A cada fala da mesa, eu peço que a Eloisa e a Anderlize, que estão aqui conosco, possam pegar o nome dos que desejam usar a tribuna e, conforme nós tivermos inscrições, serão intercaladas as intervenções de mesa e de plenário, até porque temos muitas representações aqui na tarde de hoje.

Entre eles eu queria receber calorosamente e registrar a presença do senhor Gustavo Silva Peres, Delegado Sindical dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita); do senhor Orlando Luiz Franzoni, Fiscal da Previdência Social; do senhor Leoberto Bregue Daniel, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Sindalesc); do senhor Vilson Antônio Romero, Vice-Presidente da Anfip e coordenador da Frente Nacional do Rio Grande do Sul Pela PEC 555; do senhor Celso Malhani de Souza, diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital - Fenafisco e vice-presidente da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social Pública; da senhora Isabel Cristina Carneiro Schaeffer, vice-presidenta da Federação Nacional dos Servidores do Legislativo Federal e Estaduais e do Distrito Federal (Fenale); do senhor Walter Arcelino Ramos, secretário e delegado representante da UPRB, neste ato representando o senhor Paulo Sérgio Machado presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais (Sinprf/SC); do senhor Andrey Cunha Amorim, presidente da Associação Catarinense do Ministério Público e presidente da Associação Nacional do Ministério Público; do senhor Roberto Duarte Alvarez, presidente do Sindifisco Nacional em Florianópolis; o senhor César Araújo Ramos, diretor de Defesa da Justiça Fiscal do Sindifisco Nacional; do senhor Inácio Erdtmann, diretor de Aposentados e

Pensionistas do Sindifisco Estadual; o senhor Luis Carlos Padilha Puttkammer, secretário de Políticas Sociais do Sindalesc. A todos, as nossas boas-vindas.

Eu quero mencionar, senhoras e senhores, que o senhor Andrey Cunha Amorim, que preside a Associação do Ministério Público, também vai nos apresentar um estudo que queremos submeter à aprovação de todos, para que possa ser debatido. Se concordarem, nós encaminharemos como projeto de lei de emenda constitucional, aqui na Assembleia Legislativa.

Eu convido para fazer o uso da palavra, por até cinco minutos, o senhor Antônio Carlos Costa, neste ato representando a senhora Maria de Lourdes Medeiros, presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinait.

O SR. ANTÔNIO CARLOS COSTA - Boa-tarde, senhora Deputada Angela Albino, demais autoridades nominadas, meus colegas servidores públicos.

Estou aqui numa missão representando a nossa delegada sindical que, por problemas familiares, não pôde estar presente. Fui, então, incumbido de falar em nome dos Auditores Fiscais do Trabalho em Santa Catarina.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de dizer que essa PEC, que retira a contribuição dos servidores públicos, é nada mais nada menos do que uma medida de justiça, porque não representa nada, praticamente quase nada para a União, mas representa muito para o orçamento familiar dos servidores públicos federais.

Seria chover no molhado falar do tanto quanto existe de divergência a respeito de dados da arrecadação previdenciária. Vocês todos têm aí nas mãos um folheto de uma entidade mais do que idônea para falar em termos de contribuição previdenciária, que é a Anifip, que mostra a discrepância que é o discurso da União e o tanto que é efetivamente arrecadado em termos de contribuições previdenciárias.

Não seria eu, da área do trabalho, a pessoa mais indicada para falar em contribuição previdenciária. Falo como liderança de servidores públicos que sou da área do trabalho.

Mas ao longo dos anos, historicamente, a União tem tratado essa questão com muito desdém, nunca levou muito a sério essa questão da contribuição previdenciária dos inativos e - já vou até um pouquinho mais longe -, nunca levou muito a sério a questão sobre financiamento do Estado, ou seja, como o Estado tem que se estruturar para arrecadar os seus impostos e contribuições e a sociedade não ser tão penalizada com isso. Esse assunto, ao longo do tempo, nunca foi objeto de um estudo muito sério, que dirá do nosso assunto específico que é a PEC 555.

Uma série de artifícios jurídicos foram criados ao longo do tempo, como a Desvinculação das Receitas da União, da DRU, e uma série de outras emendas foram feitas que retiram dinheiro da Previdência Social para colocar em outras áreas do Orçamento da União. Todos sabemos que o Orçamento da União é uma peça de ficção, porque existe um valor ali, os senhores Deputados e Senadores deliberam, mas o Tesouro, através do Ministério da Fazenda capta, diariamente, milhões e milhões de recursos para o caixa da União, e os senhores Deputados e os senhores Senadores não têm meios de fiscalizar e deliberar sobre esse recurso que é captado todo dia. *[Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]*

Então existe uma série de incongruências na questão do financiamento do Estado e da seguridade social.

Fala-se muito a respeito da questão de que o servidor público onera os cofres públicos, mas temos sempre que lembrar - pois a imprensa não lembra, a mídia não lembra - que o servidor contribui sobre a totalidade de seus proventos e não sobre aquele limite que a iniciativa privada contribui.

Assim, se nós quisermos que o artigo 5º da Constituição diga que todos são iguais perante a lei, não podemos pagar mais do que os outros pagam. Se nós pagamos mais, temos o direito de receber um pouquinho mais, porque se mês a mês somos descontados ao longo de nossa vida profissional, é porque estamos pagando para isso.

Então, senhoras e senhores, era essa a minha colaboração, a minha fala inicial, desejando aqui um bom debate e que o mesmo surta o efeito que a gente deseja.

Obrigado, senhora Deputada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Muito obrigada.

Nós ainda não temos inscrições de plenário, mas quem desejar se manifestar poderá fazer sua inscrição com a senhora Anderlize Abreu, que será a responsável pelas inscrições de plenário.

Antes de passarmos a palavra ao senhor Ayrton Eduardo Castro Bastos, do Sindifisco Nacional, eu queria fazer um rápido histórico, até para fazer justiça a uma das pessoas que não está aqui na mesa, mas está presente, que é o nosso companheiro Nogueira, a quem conheço desde a luta que travamos contra a reforma da Previdência em 2003. Eu era então uma das coordenadoras gerais do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal aqui em Santa

Catarina e também diretora da nossa Federação Nacional, e travamos aquela grande batalha contra a reforma da Previdência. Tivemos alguns momentos épicos - e aqui estão alguns companheiros do Sindicato da Polícia Rodoviária Federal que estavam conosco também naquela época -, e eu me lembro daquela grande assembleia que fizemos na escadaria da Catedral, que reuniu pelo menos três mil pessoas, e de lá para cá o Nogueira sempre manteve viva essa discussão em torno desses pontos da PEC que são inaceitáveis.

E nós, retomando essa discussão mais recentemente, a pedido do Nogueira, do Carlos e de outras pessoas que estiveram conosco no nosso gabinete, apresentamos à Assembleia Legislativa uma moção contrária à contribuição previdenciária, portanto favorável à tramitação da PEC 555, que foi aprovada por unanimidade. Portanto, o Parlamento estadual catarinense também aprovou, por unanimidade, a moção contra a contribuição e a favor da PEC *(palmas)*.

Assim sendo, a todos os que junto conosco, estando ou não aqui à mesa, construíram esta audiência, o abraço como sindicalista e como Deputada que estou neste momento.

Com a palavra o senhor Ayrton Eduardo Castro Bastos, 1º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil *(Sindifisco Nacional)*.

O SR. AYRTON EDUARDO CASTRO BASTOS - Eu gostaria de cumprimentar toda a mesa, em nome da nossa Deputada Angela Albino, e agradecer a Deputada por abrir este espaço democrático para que pudéssemos fazer esta discussão da PEC 555.

Como todos já sabem, essa cobrança foi iniciada com a Emenda Constitucional nº 41, em 2003 - inclusive essa cobrança é um ajeitamento jurídico, porque ela fere dispositivo da Constituição que diz que para que se tenha uma cobrança de qualquer tributo que seja, de qualquer contribuição que seja, tem que ter uma contrapartida, e não existe essa contrapartida nesse caso, porque o servidor já contribui durante toda a sua vida laboral para a sua aposentadoria. Então se criou uma nova contribuição sem que tenha uma contrapartida, e desde o início o Sindifisco Nacional tem lutado para que essa injustiça seja corrigida, tem feito audiências, colaborado e participado de audiências por todo o Brasil.

Em 2006, após três anos da criação dessa contribuição, tivemos a criação da PEC 555 - a proposta da PEC que vem corrigir essa injustiça no Congresso Nacional -, e de lá para cá já se passaram oito anos, ou seja, temos feito uma discussão longa, árdua, mas temos colhido frutos dessa discussão, porque hoje a sociedade já sabe do que se trata e é favorável a que se faça essa correção. Tanto é que mais de quatrocentos Parlamentares lá no Congresso Nacional, Parlamentares que representam a sociedade brasileira, são favoráveis a que a apreciação dessa emenda vá para plenário. O próprio Deputado que hoje é representante do governo, enquanto Deputado assinou a petição para que vá para o plenário; entretanto, como líder do governo ele não faz com que essa matéria chegue ao plenário.

Então, estamos aqui trazendo essa discussão a público para que possamos ainda este ano corrigir essa injustiça, e tem que ser este ano. Nós temos uma audiência marcada para o dia 29 de maio no Auditório Nereu Ramos, em Brasília, apesar de acreditarmos não ser a data ideal por já estar muito próximo a junho e pelo fato de ser ano de Copa, o que torna curto o ano parlamentar, mas essa era a única data disponível no Auditório Nereu. E naquela oportunidade a proposta do Sindifisco Nacional era levar mais de quatrocentos colegas para Brasília a fim de movimentar o Congresso Nacional mais uma vez em torno da aprovação dessa PEC.

Esperamos sinceramente que com a sensibilidade do governo federal ele finalmente dê apoio para que essa PEC vá a plenário. A sociedade quer, o Congresso quer, apenas o governo tem essa resistência com a alegação de que dois bilhões e pouco já fazem parte do Orçamento do governo federal, mas dois bilhões e pouco perto de todo o Orçamento da União é uma poeira, não significa nada - mas é muito, individualmente, para cada servidor público.

Então a nossa luta é para que essa PEC vá para o plenário, pois temos certeza de que se for ela será vitoriosa, será votada favoravelmente aos servidores públicos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Muito obrigada, senhor Ayrton.

Passamos, agora, a palavra ao primeiro inscrito, senhor Wilson Antônio Romero, vice-presidente executivo da Anfip e coordenador da Frente Nacional do Rio Grande do Sul pela PEC 555.

O SR. WILSON ANTÔNIO ROMERO - Senhoras e senhores, senhora Deputada, muito obrigado por abrir este espaço para que as lideranças de servidores públicos tenham condições de debater e, acima de tudo, mostrar a injustiça e a crueldade que é a contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões.

Nós, há oito anos, viajamos o Brasil inteiro com a Anfip lutando contra essa lamentável contribuição, que serve para quê? Serve para justificar e trazer mais recursos para garantir o superávit primário; serve para fazer com que nós tenhamos mais recursos nas burras do

governo, mas, acima de tudo, serve para penalizar o servidor público aposentado e pensionista.

Pesquisou-se no mundo inteiro e só no Brasil temos essa contribuição, razão pela qual temos corrido o Brasil, principalmente nos últimos tempos, realizando audiências públicas com o objetivo de, todos unidos, mobilizar o Câmara Federal para que ponha em votação essa matéria, que já foi exaustivamente debatida em outras audiências e nas Comissões da Câmara. Aproveito este momento para saudar a bancada federal catarinense, que é uma das poucas que teve seus dezesseis Deputados Federais assinando o requerimento para a votação dessa matéria. A todos os Deputados Federais de Santa Catarina, eu peço uma salva de palmas. *(A plenária aplaude.)*

O que está acontecendo no Congresso se caracteriza como um desrespeito a essa bancada. Temos que fazer valer o desejo, a vontade de mais de quatrocentos Deputados, que querem que essa matéria efetivamente consagre o fim de uma injustiça trazida pela Emenda Constitucional 41.

Por isso a Anfip e todos os auditores da Receita Federal novamente conclamam por respeito aos que pediram a votação - a maioria da Câmara está há horas requerendo a votação. É preciso que parem com a enrolação e votem a PEC 555. E peço que todos agora levantem junto conosco esse panfleto de "sim" à PEC 555. *(A plenária levanta um panfleto que foi distribuído com a inscrição "PEC 555/06 - Chega de Confisco - Justiça para os servidores públicos, aposentados e pensionistas".)*

Esperamos que ela seja aprovada e, acima de tudo, tenhamos efetivamente uma condição plena de melhores recursos e mais condição de vida digna aos nossos aposentados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, senhor Wilson.

Eu queria também registrar a presença, já agradecendo, do senhor André Salgado, secretário-geral do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Pernambuco (Sindilegis-PE), neste ato representando o senhor Josias Ramos, presidente do Sindilegis-PE, e também do senhor Jairo Passos, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Rio de Janeiro (Sindalerj). Sejam muito bem-vindos. *(Palmas.)*

Com a palavra o senhor Edison Guilherme Haubert, presidente do Instituto Mosap - Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT - Boa-tarde a todos e a todas.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar a excelentíssima senhora Deputada Angela Albino e também agradecer por esta brilhante iniciativa, oportuna e pertinente. Quero também agradecer a Anderlize Abreu, que é do seu gabinete, e em seu nome todos os funcionários do seu gabinete, bem como os demais funcionários da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que colaboraram para que esta reunião pudesse se desenrolar da melhor forma possível. Então, muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Eu queria também dizer, rapidamente - e eu sou prolixo, Deputada, pode me cortar, apesar de o Wilson Romero já ter dito que nós andamos praticamente grande parte deste país para mobilizar as entidades nos seus Estados. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]*

E por que nos seus Estados? Porque é muito importante para que todos os Parlamentares de cada Estado sejam instados a cumprir com as suas prerrogativas, a cumprir com o mandato que receberam dos seus eleitores e votem matérias que são pertinentes e exigência dos seus próprios eleitores.

E dizendo isso eu quero dizer que o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal têm prerrogativa, pelo princípio da autonomia dos Poderes, harmônicos e independente, é verdade, têm por obrigação a cumprir esse preceito que é de independência e, portanto, eles têm por obrigação também de votar matérias que não somente aquelas que são exigidas pelo Palácio do Planalto ou pelo Poder Executivo, ou até mesmo por instâncias Judiciárias, por vezes. O Presidente da Câmara precisa cumprir com esse preceito constitucional que é o de votar matéria de interesse do povo brasileiro, que, em última análise, é a razão e também a consequência de lá estarem, pois foi o povo que os enviou ao Congresso Nacional.

Então, essas nossas andanças, Deputada, é no sentido de que se faça cumprir a Constituição também nesse aspecto. E lembrando mais, o Presidente tem que estar ciente de que essa Emenda Constitucional nº 41 é absolutamente inconstitucional. O próprio governo Executivo, em 2003, já sabia que era inconstitucional; o Congresso Nacional também sabia que era inconstitucional; o Poder Judiciário também sabia que era inconstitucional e é inconstitucional essa matéria!

Então, é nesse sentido que nós estamos aqui cumprimentando todos os Parlamentares de Santa Catarina que já assinaram a matéria e que também solicitaram ao Presidente da Casa

para que a coloque em votação porque é de justiça, é uma matéria que hoje está sagrando todo servidor público aposentado e pensionista deste País. E mais do que isso, ele precisa colocar em votação já porque elimina a bitributação, elimina a injustiça e elimina a inconstitucionalidade.

Portanto, o Congresso Nacional tem essa prerrogativa. Nós teremos eleições em outubro deste ano e dentro dessa perspectiva e desse clima estamos exigindo que todos os Parlamentares da Câmara Federal cumpram com o seu dever e votem essa matéria fazendo justiça ao artigo 60, parágrafo 4º, item IV da Constituição, que são cláusulas pétreas, que não podiam ter sido modificadas por emendas constitucionais por uma Assembleia Nacional Constituinte derivada, como é o caso hoje.

Eu estou aqui hoje, então, em nome de todos os aposentados e pensionistas do Brasil, em nome das nossas entidades lá do Congresso Nacional, do Sindilegis, representando o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União, Nilson Paixão, e todas as demais associações para nos associar a todas as entidades que aqui estão a fim de não desanimarmos nunca. Vamos até o fim lutando para que essa PEC possa ser colocada em votação pelo Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, e aprovada, porque é da sua competência, é de sua prerrogativa, mas também é de justiça. E ele, em assim agindo, estaria fazendo um bem e resgatando a dignidade de todos os servidores públicos aposentados e pensionistas que estão feridos com essa contribuição sem-vergonha que não serve para nada. Arrecada-se o dinheiro e nós não sabemos aonde vai. Vai para o superávit primário, mas nós não somos responsáveis por isso.

Eu quero cumprimentar a Deputada Angela Albino, cumprimentar cada um dos dirigentes que aqui está e dizer que depende de nós para fazer com que essa proposta de emenda à Constituição seja votada agora, já neste mês ainda, se Deus quiser, antes da Copa e antes das eleições, porque naquela oportunidade nós também saberemos dar a nossa resposta como cidadãos brasileiros.

Parabéns a vocês todos de Santa Catarina e vamos em frente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Muito obrigada, senhor Edison, seja muito bem-vindo.

Eu queria corrigir um equívoco nosso aqui, até por dever de justiça. Gostaria de convidar para fazer parte da mesa o senhor Wilson Antônio Romero, que já deveria estar aqui desde na abertura dos trabalhos, ele que é vice-presidente executivo da Anfip.

Por favor, senhor Wilson, peço desculpas pelo nosso equívoco, e o convido a fazer parte da mesa.

Senhores, eu gostaria chamar o doutor Andrey Cunha Amorim, que é presidente da Associação Catarinense do Ministério Público e presidente da Associação Nacional do Ministério Público, que vai dar uma contribuição especial porque fez um estudo acerca da situação e da contribuição da Assembleia Legislativa para esse debate em relação aos Parlamentos Estaduais.

Como nós temos representantes aqui de vários Estados, esse estudo que o doutor Andrey apresenta para nós, pode também, se todos concordarem, servir para os demais Estados. Para os que não sabem, aqui no Estado de Santa Catarina nós temos contribuição dos nossos servidores inativos com base na Emenda Constitucional nº 41 de 2003.

Com a palavra o senhor Andrey Cunha Amorim, presidente da Associação Catarinense do Ministério Público e presidente da Associação Nacional do Ministério Público.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Senhora Deputada, demais autoridades, senhores líderes de associações de classe, senhoras e senhores, evidentemente que o Ministério Público, em especial o Ministério Público de Santa Catarina, através da sua Associação, bem como a Associação Nacional dos membros do Ministério Público não poderia deixar de comparecer a um evento dessa envergadura, porque acima de tudo o Ministério Público defende a justiça e é justo, senhor Presidente, que se acabe de uma vez por todas com a contribuição previdenciária por parte dos aposentados.

Eu não vou falar da injustiça, da inconstitucionalidade que representa a Emenda Constitucional nº 41, que dentre outros vários aspectos operou a taxa previdenciária imposta aos aposentados. É mais ou menos como se nós pagássemos um seguro a vida inteira e quando recebéssemos o prêmio desse seguro, nós continuássemos ainda assim a pagar por ele.

Eu não vou falar disso, eu não vou falar da demora que essa PEC 555 vem merecendo do Congresso Nacional. Hoje pela manhã fiz um singelo levantamento e tenho a dizer que essa PEC de 2006 mereceu a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, depois criaram uma Comissão Especial que só foi efetivada em 2010, sendo que de 2010 até hoje a PEC descansa em berço esplêndido lá na Câmara dos Deputados, sem nenhuma tramitação. Enquanto isso, por exemplo, no ano passado a PEC 37, que visava tirar poder do Ministério

Público poder investigar, tramitou na sua integralidade em menos de um ano e meio.

Então, é preciso ter vontade política para mudar a Constituição através de uma proposta de emenda constitucional. E nós detectamos que essa vontade, embora seja criada por nós através das audiências públicas, através das associações, não chega a sensibilizar o Poder Executivo e principalmente o Poder Legislativo. E em função disso, nós, da Associação do Ministério Público, em contato com outras associações também do Ministério Público Brasileiro, tentamos enxergar uma alternativa, que é uma alternativa que trago a consideração dos senhores para que possamos aprová-la e junto com isso fazer a PEC 555 até mais forte. É uma iniciativa que veio do Estado do Paraná.

Há pouco tempo o Supremo Tribunal Federal julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra uma lei do Estado do Paraná e depois julgou também uma ação civil ordinária que tramitou no Supremo Tribunal Federal onde mais ou menos ele disse que a União é responsável pela regulamentação geral nas leis e matérias previdenciárias, mas os Estados, na sua competência concorrente, também podem regular essa questão. E o Estado do Paraná, nosso vizinho, através de lei estadual, decidiu que os aposentados do serviço público estadual daquele Estado não pagam contribuição previdenciária (*palmas*).

Por que, então, aqui em Santa Catarina e nos demais Estados, talvez numa iniciativa até capitaneada pela Deputada Angela, não iniciamos o movimento, juntamente com as demais associações, para que o Governador do Estado de Santa Catarina encaminhe à Assembleia Legislativa um projeto similar e também faça com que servidores públicos estaduais passem a não pagar mais a contribuição previdenciária? Se cada Estado da Federação assim o fizer a PEC 555 vai ganhar força cada vez mais e será aprovada no Congresso Nacional com muito mais facilidade.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, doutor Andrey.

Depois, ao final das falas, pretendemos fazer os encaminhamentos, doutor Andrey. E percebi, pelo entusiasmo das palmas, que gostaram da sua proposição, então encaminharei formalmente.

Com a palavra o senhor Antônio Masayuki Massayama, presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O SR. ANTÔNIO MASAYUKI MASSYAMA - Exma. Deputada Angela Albino, senhores e senhoras, parabéns, o plenário está totalmente lotado, muito bom!

Senhores, sou representante da Unafisco e atuo na área do contencioso administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil. Nessa atividade convivo com muitos colegas aposentados e posso testemunhar o inconformismo desses colegas e a justa revolta deles no dia a dia. [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*]

Esses colegas não têm o poder de greve, não têm o poder de parar a máquina estatal, talvez por isso os governos não tenham respeitado os seus direitos, haja visto que, não raro, instituem rubricas que são pagas só aos servidores ativos, mas que em verdade tem a natureza de remuneração do básico.

Então, neste contexto, é justificável a revolta desses colegas. Essa contribuição previdenciária é inconstitucional porque fere o direito adquirido, mas, por outro lado, representa tão somente 0,8% da arrecadação com essa contribuição. Ou seja, é de pequena monta, sendo que no ano passado, em 2013, o governo federal fez renúncias fiscais da ordem de dez vezes esse montante. Então por aí a gente vê que essa isenção é oportunista e penaliza de forma absurda os colegas aposentados e pensionistas.

É aquela velha história que o colega já contou, o sujeito passa a vida inteira pagando a prestação da casa própria, líquida a fatura e depois tem que pagar o aluguel. É uma coisa absurda.

Conclamamos todos os representantes do povo que encaminhem no Congresso Nacional essa proposta e que ela seja aprovada.

Esse é o nosso desejo, muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, doutor Antônio.

Nós temos várias entidades, inclusive entidades com representação em outros Estados, que estão aqui e na medida do possível vamos ouvir todas as falas, mas vamos privilegiar as pessoas que representam entidades para que tenhamos falas mais abrangentes, mais representativas.

Nesse sentido, passo a palavra ao senhor Celso Malhani de Souza, diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional dos Fisco Estaduais e Distrital - Fenafisco e vice-presidente da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social Pública.

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA - Boa-tarde colegas, trabalhadores do serviço público estadual. (*Cumprimenta os participantes da mesa e o público presente.*)

Por que estamos reunidos aqui pessoal? Pelo fim do confisco que acontece hoje na aposentadoria e nas pensões dos servidores públicos. É um confisco. A gente pode colocar sob a roupagem de contribuição previdenciária, mas quem faz uma contribuição previdenciária está adquirindo o direito a uma contraprestação em um benefício previdenciário.

Alguns dos senhores aposentados ou pensionistas que contribuem, já receberam o comprovante ou a promessa formal de pagamento desta contraprestação? Se não existe a contraprestação, é confisco. E vem acontecendo no Brasil desde julho de 2004, estranhamente tido como constitucional pela nossa Corte Suprema; confisco que depois aconteceu em Portugal, um país em crise reconhecida, onde os políticos foram lá e admitiram: Olha, vamos confiscar parte das pensões e das aposentadorias do nosso povo porque estamos em crise. Então foram lá e fizeram o confisco e assumiram o ônus político disso; na Grécia, a mesma coisa: Vamos confiscar de 20% a 40% das pensões e das aposentadorias do nosso povo, porque estamos em crise e nós, políticos, admitimos que não tivemos competência para afastar essa crise.

Pois bem, o que está acontecendo? No Brasil nós temos um confisco não admitido sob a roupagem de contribuição previdenciária; todavia, sem contraprestação futura. É confisco. A palavra chave contra isso é mobilização. Pessoal, tenham presente que é muito importante a mobilização dos nossos trabalhadores do serviço público, aposentados e seus pensionistas, pois sem mobilização nós não vamos a lugar algum.

A Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital está participando deste movimento através dos seus sindicatos locais e através da presença da Federação, porque tem certeza absoluta de que somente a mobilização e a demonstração da possibilidade de usar a arma que todos vocês têm na mão agora em outubro, vocês sabem que em outubro vocês têm uma arma muniçada na mão, chama-se voto.

A mobilização de vocês e a arma que todos vocês têm, que é o voto contra aqueles que não apoiarem claramente a derrubada, ainda que gradativa - porque entendam que a PEC 555 é uma derrubada gradativa desse confisco, inclusive para evitar esse alegado impacto nas contas públicas. É uma aterrissagem suave, então o impacto não é exatamente esse desde logo, ele é um impacto suave.

A arma que todos vocês têm, com a mobilização de vocês, acionando os parentes, os filhos, os netos, os sobrinhos, todos, para observarem muito claramente como vai se conduzir o comando desta Nação na questão de dar fim gradativo ao confisco das aposentadorias e pensões dos servidores.

Portanto, conclamamos a todas as lideranças que estão aqui a levarem aos seus liderados que a atenção neste assunto é de extrema importância para todas as famílias. Peguem a sua arma, com o seu voto na mão em outubro respondam à conduta que for adotada em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, Senhor Celso.

Passo a palavra ao Carlos Alberto de Souza, presidente da Associação Catarinense dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, (Acafip), e por dever de justiça também menciono o Nogueira e os outros companheiros que estiveram no nosso gabinete, um dos impulsionadores da nossa audiência, da proposição da moção e dos atos que temos feito em torno da PEC 555.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA - Deputada, antes de mais nada, quero agradecer a senhora por todo o apoio que tem dado em relação a esta matéria, que é de suma importância para os aposentados e pensionistas deste País.

(*Cumprimenta os participantes da mesa e o público presente.*)

Nós entendemos que pesa sobre o Congresso Nacional a responsabilidade de corrigir uma distorção cometida pelo Congresso Nacional. A PEC 555, na minha avaliação, não deve ser discutida no quanto ela representa para o caixa do governo, R\$ 2,48 bilhões. Ela deve ser discutida sim se o que foi criado, se a contribuição do aposentado e do pensionista constitui matéria legal. Não legal do ponto de vista de ter sido, de estar incluída em lei, de ter sido firmada em lei, mas legal do ponto de vista de que fere um dos mais elementares dos princípios, que é o princípio do Direito.

Nós entendemos a Previdência Social como uma grande seguradora. E, instituindo a contribuição de inativos e aposentados, nós ferimos a Constituição que é considerada a Constituição Cidadã, a Constituição em que Ulysses Guimarães lutou tanto para que ela fosse estabelecida. Esta Constituição está ferida, maculada por conta do Artigo 4º da Emenda Constitucional 41.

Queria chamar a atenção dos colegas no informativo distribuído pela Acafip, que essa contribuição de aposentados e pensionistas representa R\$ 2.493 bilhões e as renúncias fiscais do ano de 2013 representam R\$ 28.522 bilhões. Portanto, essa contribuição representa 8,74% das renúncias fiscais feitas pelo governo no ano

passado. Os empresários, as empresas, mas o que nos deve chamar a atenção, devemos nos fixar no seguinte: é que ela poderia representar 30%, mas na nossa avaliação ela é produto da ilicitude, e tudo o que é produto da ilicitude deve ser rejeitado com toda a nossa veemência.

Para finalizar, quero chamar atenção para o informativo da Associação Catarinense dos Auditores Fiscais deste mês, que consta a Deputada Angela Albino como matéria de capa, onde escrevi na matéria a respeito desse assunto. No título, ferindo o princípio da contributividade e da retributividade. Nós sempre entendemos a Previdência Social como uma grande seguradora, e como tal balizada pelos princípios da contributividade e da retributividade direta, fundamentos necessários e essenciais para a compreensão desse tipo de atividade. Numa linguagem mais simples corresponde dizer que ao contratarmos um seguro e pagarmos mensalmente por ele, esperamos receber a proteção contratada durante a vigência da apólice ou os benefícios pactuados ao término no prazo estabelecido para pagamento. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Isso nada mais é do que a contrapartida, a retributividade pelo pagamento das contribuições mensais realizadas.

Então, senhoras e senhores, senhora Deputada, nós já pagamos para obter o direito à aposentadoria, qualquer cobrança efetuada depois da aposentadoria tinha que ser instituído um novo benefício aos aposentados e pensionistas.

Para finalizar, queria agradecer a todos os Deputados Federais por Santa Catarina ter sido o primeiro Estado de Federação a assinar o requerimento da PEC 555 para a sua votação.

Mas gostaria de aqui deixar um recado para todos os nossos Deputados Federais, que muito mais do que a assinatura do requerimento agora nós esperamos pela presença deles em plenário e pela convalidação do voto. É o que espera a sociedade catarinense, os aposentados e pensionistas injustiçados neste país.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Muito obrigada, senhor Carlos.

Eu chamo para fazer uso da palavra a senhora Isabel Cristina Carneiro Schaeffer, vice-presidenta da Federação Nacional dos Servidores do Legislativo Federal e Estaduais e do Distrito Federal (Fenale).

A SRA. ISABEL CRISTINA CARNEIRO SCHAEFFER - Quero aqui agradecer à Deputada Angela, que prontamente está sempre do lado do trabalhador; cumprimentar os demais presentes e todas as pessoas da mesa.

Falar sobre a PEC 555 acho que já cansou, todo o mundo sabe sobre a sua inconstitucionalidade, é um assalto ao bolso do nosso aposentado. Então eu venho aqui com um grito de socorro. Espero que a nossa voz chegue até Brasília, o que é uma coisa muito difícil.

Estou aqui falando em nome da Fenale. Ela faz doze encontros anuais e a nossa voz demora mais a chegar a quem tem que escutar.

Desejo que essas audiências tomem um rumo certo. E aqui faço um apelo aos nossos Parlamentares no sentido de que cada um vá para o seu Estado, e aos daqui também, que aprove essa PEC, porque é muito injusto a gente não ter quem defenda os nossos direitos quando se trabalha. Quando se trabalhou a vida inteira para o engrandecimento do País, se vai para casa, como o nosso colega falou, paga a casa própria e depois fica pagando aluguel. Então, isso é um descalabro da nossa política.

Quero chamar a atenção para outra coisa: se nós não temos um número expressivo de Parlamentares que defendam o trabalhador, está na hora de a gente rever os nossos conceitos. Tem uma eleição este ano, e temos que ver o tom da próxima campanha, temos que ver como vai se comportar a campanha, temos que aprender a ler nas entrelinhas o que está escrito e que a gente deixa passar. Então, até a próxima eleição dá tempo para a gente aprender alguma coisa e ficar esperto, e não ficar assistindo candidato na televisão dizendo uma coisa, quando a gente sabe que nas Casas Legislativas é bem outra.

Está aqui o nosso pedido de socorro. Se hoje aqui nós não somos aposentados, amanhã nós seremos. E nós temos que respeitar aqueles que já contribuíram com o nosso país, que é uma fábula de riqueza, porque já se levou tanto, já se embolsou tanto, e se ainda tem tanto para oferecer é porque ele tem o povo trabalhando.

Queria deixar um apelo que chegue ao ouvido dos Parlamentares de todos os Estados, de todos os Municípios e da nossa Nação, dizer que uma nação é construída pelo trabalho e suor do seu povo e não de quem fica ocupando tribuna muitas vezes para enganar esse povo. Está mais do que na hora de fazer movimentos sérios para que o político, o candidato, ou quem quer que seja que chegue numa Casa Parlamentar, saiba que o desempenho dele é representar quem o elegeu, e não fazer com que fique lá a vida inteira sem se saber fazendo o quê.

Então, gostaria de dizer que a nossa visão, da Federação, é nos fazer ouvir e que o Parlamentar desempenhe o seu verdadeiro papel, que é representar quem os colocou lá.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, Isabel.

Queria anunciar a presença e receber com muita alegria o nosso Ministro de Estado do Trabalho, senhor Manoel Dias, que para nós é o Maneca Dias, o qual hoje depôs na Comissão da Verdade, sendo um dos que foram cassados durante a Ditadura Militar no Brasil. É com grande honra, Ministro, meu amigo, que convidamos para compor a mesa e, se desejar, pode fazer uso da palavra. *(Palmas.)*

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu vim aqui para a reunião da Comissão da Verdade. Não é essa?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Verdade sobre a contribuição previdenciária dos aposentados.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Essa é a verdade sobre a contribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Ministro, é a comissão da verdade sobre a contribuição previdenciária dos inativos do País.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu sou um deles. A PEC 555 está para ser votada. Eu sou parte do governo, embora haja muitas divergências dentro do governo, a nossa bancada do PDT vai votar a favor. *(Palmas.)*

Então é a contribuição que o nosso partido pode dar no sentido de agregar forças e somar votos a favor da PEC 555.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, Ministro. Para nós é um motivo de grande honra ter aqui na mesa um Ministro de Estado, embora a nossa convivência fraterna e de luta, Maneca Dias sempre atuou na defesa do povo trabalhador, tê-lo aqui e dando essa notícia sobre o posicionamento do PDT muito engrandece, senhor Ministro, esta audiência.

Agora, ouviremos o senhor Márcio Campos, presidente do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc).

O SR. MÁRCIO CAMPOS - Eu cumprimento a Deputada Angela Albino pela iniciativa de realizar esta audiência pública, os componentes da mesa na pessoa do Edison Haubert, presidente do Instituto Mosap, todos os presentes e representantes de entidades sindicais aqui presentes, funcionários públicos e povo.

Não repetirei nada a respeito sobre a injustiça da cobrança da contribuição previdenciária, pois já está mais do que comprovada a injustiça tanto do ponto de vista constitucional quanto do tributário.

Do ponto de vista constitucional, eu lembro apenas e tão somente de quem já contribuiu para a sua aposentadoria e já está aposentado. Então, contribuir outra vez não é uma contribuição, é um confisco injustificável e imperdoável.

Do ponto de vista previdenciário, tem-se dito muito que a previdência é negativa, que iria dar prejuízo e não sei mais o quê, é tudo mentira, mentira da mais deslavada. E me admira muito que Deputados, Senadores, Prefeitos e Vereadores, vivem repetindo isso. E como prova de que o meu conforto e a minha consciência estão com a verdade, eu apresento aqui um trabalho científico produzido pela Anfip. Está aí o Floriano Martins, que é um dos membros da Anfip, que esteve na Universidade Federal de Santa Catarina trabalhando conosco essa questão. Então, não temos a menor dúvida que do ponto de vista legal e previdenciário não há nenhuma justificativa.

Mas eu não quero ficar só nisso, eu quero trabalhar proativamente. E fica aqui o meu convite, eu concito todas as mulheres de Santa Catarina, e por que não as mulheres deste Estado a convocarem todas as mulheres do Estado do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Pará, enfim todos os Estados, para fazerem uma corrente com os seus maridos, os seus filhos, os seus netos, os seus afilhados, para lembrarem aos Governadores, Deputados, Prefeitos, Vereadores, que a PEC 555 tem que ser levada à votação antes de junho, para que tenhamos certeza de que na próxima legislatura não tenhamos mais esse confisco.

E quero dizer às mulheres que vocês sabem fazer isso muito bem porque vocês nos criaram, nós não somos filhos de chocadeira, nós somos filhos de mães valorosas que muito lutaram e sabem perfeitamente o que é uma injustiça ao dividir o pão na hora do café da manhã, do almoço e da janta, já não digo nem na hora do lanche da tarde ou do matutino. Vocês, mulheres, sabem muito bem o que é uma injustiça. Portanto, unam-se a nós, lutemos bravamente para que a PEC 555 seja definitivamente extirpada do nosso calendário e da nossa legislatura.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, professor Márcio Campos.

Eu convido para fazer uso da palavra o senhor André Salgado, secretário-geral do Sindilegis de Pernambuco, neste ato representando o senhor Josias Ramos, presidente do Sindilegis de Pernambuco e da Frente Pernambucana pela aprovação da PEC 555. *[Taquígrafo-Revisor: Ana Rita M. de Souza.]*

Então, aqui nós temos Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco. Temos outros Estados aqui conosco? Distrito Federal, Paraná... Isso mostra a unidade em torno do tema. Sejam todos bem-vindos.

O SR. ANDRÉ SALGADO - Boa-tarde a todos.

(Cumprimenta a senhora Presidente e os demais integrantes da mesa.)

Nós viemos aqui não falar da PEC 555, pois nós já sabemos do que ela trata, já temos pleno conhecimento da injustiça que é a cobrança da aposentadoria dos servidores públicos.

Pernambuco está engajado desde o início. A Frente Pernambucana pela Aprovação da PEC 555 surgiu justamente no auditório Nereu Ramos em nossos encontros meio desarticulados em que íamos individualmente ou cada sindicato por si. Criamos essa PEC com cinco ou seis sindicatos, depois oito. Hoje somos quase setenta entidades.

Um dado interessante que eu quero trazer aqui como palavra de apoio e de incentivo é que fizemos dois atos públicos: um na Câmara Municipal, uma audiência pública, e um grande expediente especial na Assembleia Legislativa no dia 3 de abril. Desse grande expediente especial, dada a grande participação de entidades, de sindicatos e a pressão, fizemos um ato público, com passeata no Palácio do Governo até a Câmara Municipal no dia da audiência pública na Câmara, passando pela Assembleia Legislativa. Dessa pressão, surgiu que a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco decidiu - depois que pressionamos e por iniciativa do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa - apresentar um documento, uma indicação de apelo à Presidente da República, ao Presidente da Câmara Federal, Henrique Eduardo Alves, aos Deputados Federais e aos Senadores pernambucanos, para que eles se engajem e para que o Presidente Henrique Eduardo Alves especialmente coloque a PEC em votação, a fim de que os nossos Deputados e Senadores a aprovem. Então, todos os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco assinaram essa indicação que foi, inclusive, uma ideia do Deputado Tony Gel que presidiu o grande expediente, que nos incentivou. A partir desse incentivo, nós fomos às ruas.

Hoje pela manhã a Frente Pernambucana se reuniu avaliando as estratégias de luta e traçando novas estratégias. E eu acho que nós vamos para as ruas nesses dias novamente em Pernambuco para pressionar. Conseguimos conversar com a maioria dos Deputados Federais pessoalmente e com Senadores pernambucanos, buscando obter deles o compromisso de que eles votarão e pressionarão o Congresso Nacional para que essa PEC vá para votação. Todos os Deputados estaduais estão envolvidos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco hoje não é uma entidade sindical, mas fez questão, a partir do grande expediente especial, de fazer parte da Frente Pernambucana; ela é integrante da Frente com representante nas reuniões pela aprovação da PEC 555. Mas isso não foi porque eles são bons, foi sim a pressão do povo na rua, as caminhadas, os atos públicos, a presença de entidades - como foi aqui hoje em Santa Catarina - de diversos Estados apoiando e demonstrando que essa luta é uma luta de todos, é uma luta por justiça, acima de qualquer coisa.

É essa a palavra que queríamos trazer, incentivo, para que nos engajemos cada vez mais na luta. Como propôs o Deputado Tony Gel, vamos sair dos auditórios e vamos para as ruas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, André.

Em nome do Estado de Santa Catarina, nós lhe damos as boas-vindas.

Eu queria, antes da última fala da mesa, mencionar duas outras pessoas que nos ajudaram muito e que estiveram no gabinete várias vezes para estarmos na tarde de hoje debatendo esse tema: o senhor José Mario Ribeiro da Costa e o senhor Sérgio Furlan. Eles muito nos ajudaram todos os dias para que pudéssemos realizar esta audiência pública. Aos dois, a minha gratidão.

Passo a palavra ao senhor Rogério Roberto Alves, presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado em Santa Catarina (Sindifisco).

O SR. ROGÉRIO ROBERTO ALVARES - *(Cumprimenta a senhora Presidente e os demais integrantes da mesa.)*

Eu acho que é muito importante ressaltar alguns pontos históricos que talvez estejam se perdendo um pouco.

Os servidores públicos passaram por uma grande reforma no seu sistema previdenciário. Muitos problemas se acumularam; há ainda questões em aberto - este ano ainda se está se lamentando o Fundo de Previdência Complementar dos servidores, que deve ser obrigatório para todos os servidores do serviço público federal a partir deste ano -; e já há a situação de dois regimes em andamento para os servidores públicos.

Essa contribuição dos inativos está pegando todos aqueles que estavam no regime anterior. E é muito difícil convencer um Parlamentar ou a sociedade de onde está a justiça ou a injustiça sem

dar exemplos concretos das distorções que podem haver em uma legislação com tamanha complexidade como a Emenda Constitucional nº 41.

Cito só um caso concreto: há um novo regime hoje para os futuros servidores. Os servidores que ingressaram vão ter um tempo de contribuição adicional majorado conforme a situação em que participou. Por exemplo, o servidor público, que na época da Emenda nº 41 era jovem e tinha bastante tempo de contribuição, pode contribuir por até 35 anos, 40 anos no cargo, pagando 11% sem nenhum tipo de limite. E, mesmo assim, nos termos do texto da PEC 555, ele ainda vai pagar a contribuição de inativo progressivamente reduzida até os 65 anos. Quanto tempo de contribuição isso pode dar? Pasmem: quase cinquenta anos de contribuição. Então, não é difícil identificar onde estão as injustiças.

É preciso que se debata o tema. O que está se propondo aqui é que se abra o debate, que essa matéria vá a debate e que seja esclarecida. Eu não vi aqui ninguém defender a contribuição dos inativos, mas há quem os defenda. E o governo, obviamente, vai olhar, sim, quanto representa isso no Orçamento. Eu não comungo com aqueles que pensam que esses valores não são significativos; 11% de contribuição da remuneração de um aposentado significa muita contribuição, porque ele já paga Imposto de Renda, paga todos os tributos indiretos e é onerado por uma série de fatores que se complementam no final da vida. Ao completar os seus 59 anos, todos são brindados pela maioria das operadoras de plano de saúde com um reajuste de, no mínimo, 40%, independentemente da variação dos demais itens do plano, somente pela variação da idade. Dali para frente, todos os custos de vida são crescentes: medicamentos, tratamentos e, nesse momento, a sociedade vai exigir dele uma contribuição adicional. Então, esse é um ponto que tem que ser levado em conta. E só vai surgir se essa matéria vier a debate.

O nosso pleito aos senhores Deputados federais, tanto da bancada catarinense, como do Congresso Nacional, é que coloquem esse debate em aberto. Queremos saber, sim, se essa contribuição é adequada, se há alguma contraprestação, e se justifica, hoje, esse tipo de contribuição. Nesses dez anos de vigência dessa contribuição de inativos, os senhores podem consultar os jornais para ver quantos parcelamentos e reparcelamentos tributários, inclusive de contribuições previdenciárias, foram concedidos, os montantes envolvidos, se essas dívidas foram ou não cobradas, e qual o ativo que a União tem para cobrar dessas dívidas ativas até hoje. Se essa conta for levada em conta com todos esses itens, eu desconfio que a nossa Previdência não seja deficitária, não apenas do regime próprio, como do regime geral também.

Então, é preciso fazer um debate transparente em relação ao teor das nossas contas. Eu peço encarecidamente aos Parlamentares que pautem esse tema, pois ele é muito relevante, é uma ferida que está aberta no coração de muitos aposentados e pensionistas deste país.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, Roberto, que também é companheiro do tempo da luta contra a Emenda Constitucional nº 41 em 2003. Desde aquele tempo, ele é firme na defesa dos servidores e dos trabalhadores.

Passo a palavra ao senhor José Mario Ribeiro da Costa, do Sindifisco Nacional e da Unafisco Nacional.

O SR. JOSÉ MARIO RIBEIRO DA COSTA - Bom-dia. *(Cumprimenta a senhora Presidente e os demais integrantes da mesa.)*

Eu, na verdade, não pretendia voltar a falar neste auditório, já que aqui estive no mês de abril e tive a oportunidade de fazer uma ampla análise acerca dessa famigerada PEC 555, das suas injustiças, do que esteve por trás do seu nascedouro. Mas sou obrigado a lembrar agora, com apenas três minutos, pontos históricos relativos a esse assunto.

Todos sabemos que ela foi a primeira malfeitoria feita ao povo brasileiro pelo governo eleito na eleição de 2002. E, naquela ocasião, foi feito um plano sinistro para que o Legislativo afeito - e quanto eu digo Legislativo afeito, ressalvo as honrosas exceções que de logo existem para justificar a regra -... mas a verdade histórica é que o Poder Legislativo em nosso país é afeito a fazer negócios, nem sempre negócios corretos.

E assim aconteceu em relação a um episódio que ganhou a história do Brasil com o nome de mensalão com base no qual se aprovou essa Emenda Constitucional nº 41 instituindo esse confisco dos servidores públicos aposentados e pensionistas de todo Brasil. *[Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini]*

Então, a origem desse confisco é ilegal. Por outro lado, apesar dos debates de que a Previdência é deficitária, eu tenho aqui um trabalho sério de autoria da nossa colega Maria Lúcia Fattorelli, que foi presidente do nosso sindicato nacional, com o título "Mentiras e Verdades sobre a Reforma da Previdência", no qual ela demonstra com todos os dados que a Previdência brasileira não é deficitária. Ao contrário, mesmo essa Previdência respondendo por encargos que

deveriam ser do Tesouro Nacional - como as aposentadorias dos ruralistas, que nunca contribuíram, como as diversas assistências que o governo deve dar às classes menos favorecidas e que caem na conta da Previdência -, ainda assim, essa Previdência é, realmente, superavitária.

E nós, após dez anos de confisco... E me lembro que em 2010, quando estava na Comissão Especial para votar a aprovação do substitutivo do Deputado Arnaldo Faria de Sá, já que o Relator, o Deputado Luiz Alfredo, da Bahia, era contrário, o Deputado Arnaldo Faria de Sá lá chegou para apresentar o substitutivo que veio a ser aprovado. Mas antes de ser aprovado, um importante líder do governo lá esteve para pretender retirar o assunto da pauta. Esse mesmo ilustre Deputado do governo - e eu até lamento a situação dele, porque não gosto de ver ninguém sofrer - foi um dos apenados pelo mensalão.

Esses apenados pelo mensalão conseguiram ter suas multas pagas por contribuições do povo brasileiro. No fim do mês, quando o orçamento do aposentado e do pensionista é deficitário, ele não pode recorrer a ninguém para complementá-lo. Só podemos recorrer ao Poder Legislativo, exigindo que nossos representantes votem. Como dizia o doutor Ulysses, quando havia muita discussão: "Minha gente, vamos votar, vamos votar!"

Que seja aquilo que a maioria quiser - e a maioria quer fazer justiça ao povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Obrigada, doutor José Mário.

Quería anunciar também a presença do professor Carlos Mussi, ex-presidente da Apufsc. Seja muito bem-vindo.

Eu recebi uma sugestão às entidades, remetida pelo senhor Gilberto Lazzarotto, da Acafip, dizendo que a Apafisp, a Associação Paulista dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, disponibiliza em seu *site* o *link* "Fale com o seu Deputado". Basta clicar e mandar a mensagem para o seu Deputado. Obrigada pela sugestão, Gilberto Lazzarotto.

Chamo também para fazer uso da palavra o senhor Jairo Passos, do Sindalerj, representando nossos amigos do Legislativo do Rio de Janeiro. Bem-vindo.

O SR. JAIRO PASSOS - Senhora Presidenta, senhores companheiros que compõem a mesa de trabalhos de hoje, companheiros e companheiras aqui presentes, venho trazer a saudação dos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

É preciso dizer que essa luta é de todos nós e que no Rio de Janeiro estamos bastante organizados na luta pela aprovação da PEC 555.

Mas eu não quero repetir o que já foi dito aqui. Quero dizer algo novo, que acho que é fundamental para todos nós, principalmente para aqueles que representam sindicatos e categorias: é fundamental que tenhamos claro que precisamos conscientizar os servidores da ativa. Os servidores da ativa serão os aposentados de amanhã. Os companheiros da ativa não podem ficar fora dessa luta e não podem desconhecer essa luta apenas porque, neste momento, ela atinge uma parte dos servidores que estão aposentados e os pensionistas.

É fundamental a mobilização dos nossos militantes, dos nossos companheiros da ativa. Eu vejo muitos colegas que não fazem a menor ideia pelo que nós estamos lutando. Precisamos, nas bases dos servidores da ativa, explicar a importância dessa luta e, a partir desse momento, poderemos ter um grupo muito maior de servidores públicos militando nessa causa, somando-se a essa luta, para que possamos, antes das eleições e antes da Copa do Mundo, como foi dito, aprovar a PEC 555 de 2006. É fundamental.

Quero pedir aqui a todos vocês, dirigentes sindicais, que não deixem, sob hipótese nenhuma, os funcionários da ativa fora dessa luta. A consciência deles é importante, porque se a PEC não for aprovada agora, essa luta continua. Esses da ativa serão os aposentados de amanhã e eles têm que estar somando nessa luta, porque serão os novos penalizados no futuro. Portanto, essa luta é agora, é já, é dos ativos, inativos e pensionistas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Muito obrigada, senhor Jairo.

Convido para fazer uso da palavra o senhor Inácio Erdtmann, diretor de Aposentados e Pensionistas do Sindifisco estadual.

O SR. INÁCIO ERDTMANN - Deputada Angela, representantes da mesa, colegas de outros Estados, sejam todos bem-vindos ao nosso Estado de Santa Catarina.

Estou aqui em nome do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina, em apoio à PEC 555. Aqui já foi falado quase tudo sobre a PEC, sua inconstitucionalidade, sua contribuição indevida. Sinceramente, sou obrigado a fazer uma ironia: acredito que deva ser para algum benefício intangível, quem sabe para uma cadeirinha no céu? Só pode ser isso! (*Risos.*) Porque, em sã consciência, o nosso governo deveria ser mais digno e dizer realmente que é um corte. Isso, na verdade, é um corte de salários. Nada mais é do que isso.

Então, se é um corte de salário, que se diga, como os Deputados gregos e portugueses fizeram, eles pelo menos foram dignos e disseram ao seu povo que o país estava quebrado e precisava dessa contribuição. Mas não é o caso do Brasil, muito pelo contrário. Aqui se dá benefícios e mais benefícios, todo dia tem mais benefícios para os nossos contribuintes - uns até necessários, mas outros nem tanto.

Eu trouxe também os números do Estado, que estão no *site* da Secretaria da Fazenda, dos relatórios resumidos da execução orçamentária do Estado. Lá tem a contribuição dos inativos do ano de 2003: são R\$ 106 milhões contra uma receita previdenciária de R\$ 1 bilhão e 268 milhões, mas contra uma Receita total do Estado de mais de R\$ 20 bilhões. Quer dizer, R\$ 106 milhões numa Receita anual de mais de R\$ 20 bilhões é o quê? É uma titiquinha, não representa quase nada.

Eu teria os dados de outros anos, mas todos sabem que o Estado de Santa Catarina, se formos ler a grande imprensa nacional, é um dos Estados que mais concede benefícios. Os benefícios que o Estado dá são muito grandes, então contra a nossa contribuição previdenciária é praticamente nada.

Quero aqui também deixar o apelo para que a gente faça valer o nosso voto, para que a nossa representação política seja realmente a que nos represente. Estou até feliz com os nossos Deputados aqui do Estado, que na sua totalidade assumiram a adesão a essa PEC, mas vamos ter que ser vigilantes, porque senão, daqui a pouco... O governo é forte e a gente sabe que essa PEC foi maculada pelo famoso mensalão - todo mundo sabe disso, só que ninguém fala claramente. Mas nós sabemos disso, porque foi aprovada rapidinha. Quando eles querem, aprovam rapidinha a emenda constitucional que criou essa contribuição previdenciária.

A nossa PEC já está há oito anos rolando. Duas Copas, na verdade - muito bem lembrado. Então, vamos continuar pressionando os nossos Deputados para que a gente possa fazer o primeiro gol dessa Copa do Mundo aprovando essa PEC 555.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Antes dos encaminhamentos, queria chamar a última fala de plenário.

Passo a palavra para o senhor Carlos Moritz, da UFSC.

O SR. CARLOS MORITZ - (*Passa a ler manifesto escrito de próprio punho.*)

"Manifesto 555, com foco aberto.

O neoliberalismo do governo mundial de uma só cabeça consiste, basicamente, em eliminar o amor pela pátria, eliminar a indústria local, acabar com o funcionalismo público, desobrigar o Estado de prestar educação, saúde e segurança, fim da classe média, destruição da família.

Judeus entram de fininho no Município sem serem notados. Montam seu comércio, sua indústria. Infiltram-se no Estado e, passo seguinte, na economia do Brasil. Próxima vítima, a economia mundial. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

Luciano Hang é judeu, maçom e dono da Havan; Guido Mantega, judeu, maçom e Ministro da Fazenda, entregou as empresas nacionais ao capital internacional; HSBC, banco de judeus da Inglaterra; Sandanter, banco de judeus da Espanha; em frente à Havan, ao invés da bandeira do Brasil, tem uma estátua que nada tem a ver com a nossa história e a nossa cultura. A Maçonaria é o braço assassino dos judeus. Os maiores salários e os melhores empregos pertencem à Maçonaria.

Reformas estruturais estão chegando, vamos salvar a esperança. Por sua atenção e compreensão, obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Quero registrar e agradecer a presença do senhor Serafim Castro da Costa, delegado estadual do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários,

Recebemos duas solicitações para falar. Com a palavra o senhor Vilson Romero, Coordenador da Frente Gaúcha pela PEC e vice-presidente da Anfip.

O SR. VILSON ROMERO - Senhores, acho que estamos indo para a segunda etapa desta audiência pública, mas é extremamente importante. O governo, com origem aqui neste Estado, através da mão e da assinatura da senhora Ideli Salvatti, colocou esta PEC como um dos 30 itens da pauta bomba. É neste momento que estamos nos preparando para mostrar a nossa arma, que é o nosso título de eleitor e o nosso voto, temos que sinalizar ao Governo que esta pauta é uma bomba, mas no bolso do aposentado.

Temos que ter a convicção e dizer claramente que se esta matéria não for votada favoravelmente - são mais de 10 milhões de eleitores, seus dependentes e seu círculo social - e acima de tudo a certeza que não será só dos aposentados e dos pensionistas, como bem colocaram, mas também dos ativos, pois amanhã eles serão aposentados. Por isso, cada vez mais essa tarefa toda tem que se multiplicar, pois se continuar esta blindagem, esta injustiça e esta crueldade o nosso voto será contra todos que colocaram esta PEC na pauta bomba do governo federal, que impede que ela seja colocada em

votação. Por isto, mostrem a sua arma, que é o nosso voto e assim será. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Antes de passar a palavra ao professor Carlos Mussi, da UFSC, informo que listei alguns encaminhamentos; vamos apresentá-los e, se não tiver contemplado no encaminhamento de alguém, a gente já apresenta.

Com a palavra o professor Carlos Mussi, da UFSC.

O SR. CARLOS MUSSI - Cumprimentando a Deputada, cumprimento os componentes da mesa, as autoridades e todos os presentes.

Quero apenas, entre muitos argumentos que foram apresentados aqui, enunciar uma esperança que eu tive: vi estímulos criados à indústria automobilística, vi estímulos criados para aquisição de produtos de eletrodomésticos, vi estímulos criados à aquisição da casa própria, enfim. Só não me guardou uma esperança: a de que eu pudesse vir a ver o maior dos estímulos que poder-se-ia criar, que era a aprovação da PEC 555, beneficiando os aposentados, que teriam maior contribuição em termos aquisitivo e, definitivamente, poderia incentivar a economia local. Eu não pude ver este sonho. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Estão dizendo aqui na mesa que vai ter.

Com a palavra o senhor Ayrton, para as considerações finais.

O SR. AYRTON EDUARDO CASTRO BASTOS - Agradeço mais uma vez a Deputada Estadual Angela, pela abertura do espaço.

Com tudo que foi dito aqui, vamos conclamar os colegas, pois grande parte é representante de entidades, inclusive de outros Estados. Nós não temos, enquanto servidor público, principalmente os aposentados que estão diretamente atingidos por esta medida, como fazer movimento de rua, mas temos sim como fazer movimento qualificado.

Este Governo só se mobiliza através da pressão, e é através da pressão que temos que fazer com que ele realmente se movimente para colocar esta PEC em votação. Esse movimento vem dos Deputados de base, dos Deputados Estaduais pressionando os seus Deputados Federais. Não basta apenas assinar a lista dos Parlamentares que apoiam esta medida, vá ao plenário. Os colegas, Deputados Federais, de cada base e de cada localidade têm que pressionar o governo para que isto vá para plenário. É muito simples e fácil assinar na petição e deixar aquilo de lado.

Temos que, como foi dito aqui por vários colegas, no momento em que o voto é a nossa arma, fazer com que esses Deputados também se movimentem no sentido de pressionar o governo para ele colocar a medida em votação.

Era este o meu recado. Temos colegas aqui de vários Estados, nas bases. Sou de Goiana, e lá estamos fazendo com que os Deputados, aqueles que são próximos das nossas causas, pressione o Governo para que ele coloque esta medida em votação. Muito obrigado! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Senhoras e senhores, gostaria de ler os encaminhamentos que anotei e, se houver concordância, votamos em bloco, caso contrário destacamos alguns. Depois, se faltar algum encaminhamento, nós colocamos.

Quero mencionar a proposta trazida pelo senhor Andrey Cunha Amorim, presidente da Associação Catarinense do Ministério Público e presidente da Associação Nacional do Ministério Público, para que o mandato ficasse com a responsabilidade de ler o documento de estudos jurídicos que ele propôs, na forma também já estudada pelo Paraná, que nós apresentássemos no Estado de Santa Catarina a questão relativa aos Estados para que, também neste objetivo, de que enfraquecendo nos Estados nós tenhamos mais autoridade para tratar da PEC 555.

Proponho também a constituição de uma Frente Mista. Estou chamando de Frente Mista pela PEC nº 555, para que ela pudesse congrega Parlamentares, entidades, pessoas, figuras notáveis e individuais que quisessem integrar. Poderíamos nos dividir, cada um na sua alçada e aqui na Assembleia Legislativa apresentar; os senhores que integram entidades, propor nas entidades.

Quero mencionar também que nós - eu sempre brinco que eu sou Deputada e uma sindicalista um pouquinho melhorada - cometemos um erro na nossa comissão de sindicalistas, porque - sou da esquerda e costumamos ser muito feroz no contra - quando o Parlamentar é contra, a gente denúncia, lembro que em 2013 fizemos *outdoor*, panfleto, enfim, mas pouco agradecemos e pouco acolhemos os Parlamentares que são favoráveis. Então, quero propor aqui que nós aprovássemos uma moção aos Deputados Federais que aderiram, porque alguns deles inclusive integram ao Governo e tiveram a disposição de vencer esta pressão. Então, ao par de denunciar os que são contra, também fazer a nossa demonstração de apreço pelos que são favoráveis, embora todos nós saibamos que não é nada além de sua obrigação, mas também do ponto de vista estratégico.

Gostaria que nós fizéssemos o esforço coletivo de estarmos todos no dia 29 no Nereu Ramos, em Brasília, para congrega ainda

mais forças nesta audiência nacional. Tenho a convicção que uma demonstração de força nessa audiência é estratégica não só, e como já disse o doutor Ayrton, quantitativa, mas qualitativa para nós é muito significativa. Então, convido os Parlamentares - e entendo que é melhor as entidades fazerem isso, do que partir da Assembleia, porque pode gerar algum desconforto, mas que convidem os Parlamentares estaduais e federais para estarem conosco no dia 29.

Quero propor, em particular, para os servidores estaduais, temos o Legislativo, o Ministério Público, os fiscais, os professores. Eu tenho percebido cada vez mais presente no discurso do governo, tivemos recentemente o Secretário Gavazzoni aqui, focalizando na Previdência a responsabilidade, como nós já conhecemos. Eu sou servidora pública federal e conhecemos esse discurso. "Olha, hoje nós arrecadamos um, e paga 2,5." Portanto tem um rombo de 1,5. Como coisa que a Previdência começou hoje. Não paga um histórico, não foi a Itaipu nem a Transamazônica paga com a contribuição dos servidores federais. Então, tenho visto esse discurso se repetir no âmbito do governo estadual. Penso que seria importante nós reunirmos, Isabel, as entidades, as associações e os sindicatos estaduais para ficar alerta. O governo, se não me engano hoje ou ontem, disse isto novamente: oh, está tudo bem, as coisas estão ótimas, está tudo indo bem, o problema é a Previdência.

Cria-se um clima político para logo vir uma nova reforma de previdência para os servidores estaduais. E nós já aprendemos com os servidores federais que ser reativo custa muito caro, nós não conseguimos ser reativos, por que aí a força política e o ambiente político já tinham se dado e não conseguimos mais dar conta disso. Então, queria propor aqui que as entidades estaduais também se mobilizassem em torno disto.

Estes são os apontamentos que eu fiz, senhores e senhoras, e gostaria de consultar se alguém gostaria de propor mais alguma coisa como encaminhamento? Quero perguntar se têm algumas destas questões em que alguém diverge ou que quer defender contra?

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO - Deputada, um esclarecimento. A moção é dirigida aos Deputados Federais catarinenses que assinaram?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Sim.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO - Eu tenho a impressão que nós temos... (*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O V Bitencourt*)

Deputada, eu sugiro, por exemplo, em Porto Alegre, nós aprovamos uma Carta de Porto Alegre que foi dirigida a todo o Congresso. Se porventura, posso passar esse texto para aprovação do Plenário, é coisa rápida, para que nós dirijamos a toda a bancada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - É esta aqui?

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO - Não, essa é uma moção da Fenafisco. Nós temos este texto (*mostra o texto*), poderia rapidamente fazer a leitura e, não sei, submeter ao Plenário. Daí a Carta de Florianópolis teria o mesmo objetivo, dirigida ao conjunto dos Deputados Federais.

Eu acho que seria reiterando não só os quatrocentos que já assinaram, mas os demais, no sentido de que se manifestem de novo nas reuniões de liderança para colocar na pauta a matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino) - Por favor, só leia o texto.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO - É rápido.

(*Passa a ler*):

"**CARTA DE FLORIANÓPOLIS (SC)**

PELA PEC 555/2006! APROVAÇÃO JÁ!

A representação dos servidores públicos de todos os segmentos da administração pública brasileira, reunida em Florianópolis, no Plenarinho Paulo Wright, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 19 de maio de 2014, indica à sociedade Brasileira que, considerando que a contribuição instituída pela Emenda Constitucional nº 41/2003, incidente sobre os proventos de aposentadoria e pensão de servidores públicos é fruto de um remendo jurídico, já que fere princípio constitucional ao criar uma contribuição sem qualquer benefício em troca.

Considerando que a referida contribuição viola um direito adquirido do trabalhador do setor público, afrontando ato jurídico perfeito caracterizando-se em confisco sobre as aposentadorias e pensões;

Considerando que a contribuição do aposentado e pensionista representa parcela ínfima das anistias e desonerações concedidas a diversos setores da economia;

Considerando que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 555, de junho de 2006, de autoria do ex-Deputado Federal Carlos Mota (MG), em sua versão final aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, extingue gradativamente a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas;

Considerando que mais de quatrocentos Deputados e Deputadas Federais já assinaram requerimentos pedindo a votação imediata em plenário da PEC;

As dezenas de entidades associativas e sindicais dos servidores públicos federais, estaduais e municipais do RS, tendo à frente a Comissão de Legislação Participativa e a Deputada Estadual Angela Albino (PC do B), reunidas em 19 de maio de 2014, na Casa do Povo catarinense,

VEM A PÚBLICO DECLARAR AOS SENHORES DEPUTADOS FEDERAIS

- É CHEGADA A HORA DE ACABAR com essa crueldade contra o aposentado e o pensionista com a votação da referida PEC 555;

- Como a PEC 555/2006 ESTÁ PRONTA PARA SER INCLUÍDA NA Pauta de Votações no Plenário que se faça valer a vontade da maioria!

MAIS DE DEZ MILHOES DE BRASILEIROS ESPERAM POR ESSA VOTAÇÃO E A CORREÇÃO DESSA INJUSTIÇA!

Florianópolis (SC), 19 de maio de 2014.

ASSINAM:

A COMISSÃO E AS ENTIDADES PRESENTES". (Palmas).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino)

- Se houver a concordância de todos.

Eu só queria fazer uma proposta aqui, eu não entendo como excludente, eu acho que são cumulativas. A Carta de Florianópolis nós fazemos nesses termos. Eu queria perguntar a todas as entidades que estão presentes se a gente poderia dizer que essas entidades subscrevem este documento, mas nós mantemos a moção aos Deputados Federais, agradecendo pela adesão como uma representação. Aí, eu posso fazer em nome da Comissão e noticiando quais as entidades que estavam presentes.

(Orador não identificado fala fora do microfone. Inaudível.)

Se mandarem para nós, sim. Nós vamos ter que compilar isso.

Zé Mário.

(O senhor José Mário Ribeiro da Costa fala fora do microfone: "Eu gostaria de fazer uma pequena emenda supressiva no texto do nosso colega Vilson, do Rio Grande do Sul, onde ele se refere ao autor da PEC 555, o ex-Deputado Carlos Motta, do PSB. Eu gostaria que fosse suprimida a referência ao Partido, visto que ele não é mais parlamentar e este é um ano eleitoral, e isso poderia ser caracterizado como uma vinculação ou uma sugestão de propaganda política.")

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino)

- O.K. Está colhida. Parece-me de bom senso.

Senhores, eu gostaria de agradecer a presença, eu vou pedir para o pessoal esperar um pouco... O senhor quer falar, senhor Edison? Por favor.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT - Eu queria apenas dizer que agora na quinta-feira passada, nós estivemos em Belém do Pará, e eu sugeri também à Assembleia Legislativa de lá que fizesse uma moção baseada na moção de Santa Catarina. Eu apresentei a moção aqui de Santa Catarina e o Deputado lá, que presidiu a sessão, imediatamente aceitou, apenas fazendo uma ressalva: que esse documento corrija distorções, faça justiça social ao propor a extinção imediata da cobrança referida dos aposentados por invalidez, a extinção da contribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino)

- Não, nós corrigimos.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT - Eu acho que poderia ser não só para quem está aposentado por invalidez, mas no geral. É interessante isso aí.

Quero dizer também que o Mosap já se dirigiu a todos os Parlamentares. Quando no início da sessão legislativa deste ano, eu encaminhei uma correspondência a cada um dos Parlamentares, tanto os que fizeram e os que não fizeram o requerimento. Aos que fizeram, agradecendo e pedindo que eles não esmorecessem e continuassem a buscar com o Presidente a colocação em pauta. E aos que não fizeram ainda, que também o fizessem para que o Presidente se sensibilizasse e colocasse em pauta.

E quero informar também que na última reunião que nós tivemos na casa do Presidente, na semana passada, em decorrência de um convite formal dele próprio em Natal, para nós nos encontrarmos na casa dele, ou na residência oficial do Presidente da Câmara - o que ocorreu com o Ministro Garibaldi Alves, com os assessores dele, o Deputado Arnaldo Faria de Sá e também o Deputado Paulinho da Força Sindical - lá ficou decidido o seguinte... porque na última reunião que nós tivemos com o

Ministro, com os Parlamentares e com o próprio Presidente da Câmara no ano passado, o Ministro assumiu o compromisso de fazer uma interlocução entre Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Casa Civil e nos trazer o resultado, mas ele não o fez até hoje. Eu cobrei isso dele nessa última reunião que tivemos na semana passada.

Aí ficou acertado que o Ministro Gabas, Secretário Executivo do Ministério da Previdência, coordenaria uma reunião com o mesmo grupo que estava na casa dele para fazer uma reunião com os elementos chamados "núcleo duro" do governo, exatamente isso, para nós discutirmos. Também porque a discussão entre governo e nós parece que seria entre dados, mas eu tenho a impressão que não é sobre os dados porque tanto o Ministério da Fazenda quanto o Ministério do Planejamento e o Ministério da Previdência sabem exatamente a realidade: se há ou não déficit. Quem compõe esse déficit, isso tudo eles sabem. O aspecto é político.

Então, nós temos que fazer uma interlocução com esse "núcleo duro" do governo, para que eles se sensibilizem e, contrapondo os dados da Anfip ou os nossos dados, eles apresentem os deles como sempre fizeram. Essa reunião deve acontecer nesta semana.

A par disso, nós temos outra reunião já marcada com o também elemento do governo, Gilberto Carvalho Berzoini, só que não houve essa reunião porque o Berzoini, infelizmente, pegou dengue. Tomara que seja só dengue do mosquito e não dengue política!

E temos outra reunião também, essa a gente não pode falar ainda, mas eu quero dizer para vocês que o Presidente da Câmara está interessado em fazer alguma coisa em relação à PEC. Alguma coisa ele quer fazer. Eu não sei se é porque ele é candidato ao governo, mas a coisa não está parada.

Eu acho que essas audiências públicas - e por isso eu quero agradecer mais uma vez à Deputada - têm fundamental importância porque todos os Parlamentares estão sabendo que todas as entidades estão se movimentando e estão se referindo às eleições. Então, eles estão antenados, mas nós vamos ver se realmente o governo vai nos dar mais um "balão", como já deu outras vezes.

Então, eu agradeço pela minha intervenção, fico por aqui. Nos colocamos à disposição lá no Mosap. Quando eu falo em Mosap aos Parlamentares, eu levo uma relação de mais de setecentas entidades para eles. Eles veem isso, eles sabem disso. E eles sabem quem compõe o Mosap. Somos todos nós aqui presentes com muito mais gente. A Associação Brasileira de Magistrados está vindo também, a Anamatra está vindo também, a Fenajufe também está se integrando, especificamente com relação à PEC 555. Outras matérias aí são outras questões.

Então, parabéns a vocês aqui de Santa Catarina, parabéns a todos quantos vieram de outros Estados, porque realmente esse é o nosso caminho, essa vai ser a nossa luta daqui até a aprovação dessa PEC, com ativos, aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Angela Albino)

- Muito obrigada, senhor Edison.

Eu ainda queria registrar a presença do senhor Rafael Mendes de Souza, presidente do Conselho Estadual das Delegacias Sindicais do Sindireceita em Santa Catarina, seja muito bem-vindo.

Eu queria fazer um agradecimento ao senhor José Mário Ribeiro da Costa, ao senhor Sérgio Furlan, ao Carlos que está aqui na mesa e ao Nogueira, que foram os impulsionadores desta audiência da tarde de hoje; no nome da Anderlise, todos os servidores do gabinete que se empenharam, o pessoal da TVAL que está aqui conosco, o pessoal da Taquigrafia, da nossa Comissão. Vamos dar uma salva de palmas para os nossos servidores (palmas), os nossos colegas. Todo mundo fala mal dos servidores públicos; pelo menos nós, servidores públicos, temos que falar bem dos nossos colegas. Estamos aqui defendendo um direito que é de todos nós.

Então, o meu abraço fraterno a todos e a todas, agradeço especialmente àqueles que vieram de outros Estados para estarem aqui conosco e a gente convida a todos e a todas para o nosso pequeno coffee-break.

Obrigada, dou por encerrada a audiência na tarde de hoje. (Palmas.) [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

DEPUTADO ESTADUAL ANGELA ALBINO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às treze horas e trinta minutos, do dia trinta de abril de dois mil e quatorze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os Deputados: José Milton Scheffer, Vice-Presidente da Comissão, Sandro Silva, Ada Faraco de Luca, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e Serafim Venzon. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação os pareceres de aprovação dados aos ofícios de prestação de contas do exercício de dois mil e doze e dois mil e treze, para manutenção do título de utilidade pública das seguintes instituições: Of./0355.0/2013 da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência (COEPAD), de Florianópolis, Of./0718.6/2013 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Rancho Queimado, Of./0726.6/2013 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra Velha, Of./0018.7/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Itá, Of./0020.1/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, Of./0021.2/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Irineópolis, Of./0031.4/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Ipumirim, e o parecer do PL./0082.8/2013 que institui o Dia Estadual da Pessoa com Deficiência Visual, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de junho, no Estado de Santa Catarina. Os pareceres foram aprovados por unanimidade. Da mesma forma, foi aprovado por unanimidade os requerimentos de diligência das seguintes proposições: Of./0548.6/2013 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra (APAE), Of./0683.1/2013 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Alfredo Wagner, Of./0704.0/2013 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Ibirama, Of./0005.2/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapecó, Of./0014.3/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Caibi e o parecer do PL./0539.9/2013 que dispõe sobre a implantação do Selo Entidade Especial, conferido às entidades de atendimento às pessoas com deficiência no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Janice Aparecida Steidel Krasniak, Assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões em trinta de abril de dois mil e quatorze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência da Deputada Angela Albino, reuniram-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na sala de imprensa os Senhores Deputados: Angela Albino, Reno Caramori, Dirce Heiderscheidt, Volnei Morastoni, Edison Andrino, Darci de Matos e Gilmar Knaesel. Os trabalhos foram abertos pela Deputada Angela Albino, Presidente da Comissão, o qual, em obediência ao Regimento Interno, § 1º Art. 123, solicitou aos membros candidatos a Vice Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer ao cargo. Foi apresentado o nome do Senhor Deputado Reno Caramori, que foi eleito por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala de Imprensa, 25 de março de 2014.

Deputado Darci de Matos
Deputado Reno Caramori
Deputado Edison Andrino
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Volnei Morastoni
Deputada Angela Albino - Presidente
*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTREORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência da Deputada Angela Albino, reuniram-se extraordinariamente a Comissão acima epigrafada, na sala de imprensa os Senhores Deputados: Angela Albino, Reno Caramori, Dirce Heiderscheidt, Darci de Matos e Gilmar Knaesel. Os trabalhos foram abertos pela Deputada Angela Albino, Presidente da Comissão, o qual, foi apresentado. O Requerimento de para realização de Audiência Pública, autoria da Presidente desta Comissão, com objetivo de debater sobre os problemas que envolvem o atraso das aulas do ano letivo e a falta de condições estruturais da Escola de Ensino Médio João Gonçalves Pinheiro, localizada no Rio Tavares, em Florianópolis e foi aprovado por unanimidade; ficando local e data a serem

marcados conforme agenda dos interessados. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala de Imprensa, 23 de abril de 2014.

Deputado Darci de Matos
Deputado Reno Caramori
Deputado Edison Andrino
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Volnei Morastoni
Deputada Angela Albino - Presidente
*** X X X ***

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Angela Albino, Antônio Aguiar, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti e Valdir Cobalchini. Os Deputados Darci de Matos, Marcos Vieira e Valmir Comin, justificaram suas ausências mediante ofícios. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente registrou a presença do Senhor João Carlos Becker, Secretário de Estado da Infraestrutura e em seguida colocou em discussão a Ata da 12ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarmos as matérias em pauta: o **Deputado Dirceu Dresch** relatou o PL./0164.9/2013, que altera a Lei nº 15.694, de 2011, que dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) e estabelece outras providências, seu parecer foi pelo Diligenciamento a FECAM, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o PLC/0011.0/2014, que dispõe sobre a elevação de entrância de Promotorias de Justiça e a reclassificação de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o PLC/0004.0/2014, que Transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Angela Albino** relatou o PL./0366.6/2013, que proíbe a cobrança de valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes com deficiência, cegos, surdos, portadores de Síndrome de "Down", autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes em instituições de ensino, no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** devolveu seu voto vista sem manifestação ao PL./0014.7/2014 que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte rodoviário encaminharem a lista de passageiros às Delegacias de Polícia do Estado de Santa Catarina, antes do início de qualquer viagem que vise, exclusivamente, ao transporte de torcedores para eventos futebolístico, favorável portanto, ao parecer da relatora, Deputada Angela Albino, que posto em votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** devolveu seu voto vista sem manifestação ao PL./0419.2/2013, que altera o "caput" dos arts. 1º e 2º da Lei nº 15.390, de 2010, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla, para estabelecer indexador e nova data do término do benefício, favorável portanto, ao parecer da Deputada Angela Albino, que em discussão a matéria foi devolvido a relatora para consolidar as diversas manifestações. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0054.4/2014, que torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Caminatti** devolveu seu voto vista sem manifestação ao OF./0664.9/2013, que encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao 2º trimestre de 2013, seu parecer foi favorável, portanto concordando com o parecer da relatora, Deputada Angela Albino, em votação foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Caminatti** relatou o PLC/0014.2/2014, que cria cargos de Defensor Público e altera os Anexos V e XI da Lei Complementar nº 575, de 2012, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte e oito de maio de dois mil e quatorze.

Deputado GILMAR KNAESEL
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE CHAVES, MODELAGENS, CADEADOS E TROCA DE SEGREDOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ALESC (SRP)

DATA: 30/06/2014 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de junho de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 16 de junho de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1134/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 0012/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE ÓLEO E BUCHAS DE BRONZE DAS POLIAS DE DESVIO, PARA O CONserto DE ELEVADOR NAS DEPENDÊNCIAS DA ALESC.

Vencedora: CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME

Valor do Último Lance: R\$ 11.000,00

Item 1 - Valor Unitário: R\$1.366,96

Item 2 - Valor Unitário: R\$ 9.633,04

Florianópolis, 18 de junho de 2014

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1466**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei nº 043/2014, que "Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa da Polenta e do Queijo do Município de Lindóia do Sul", por ser contrário ao interesse público.

Ouvida, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte manifestou-se pelo veto ao projeto de lei, conforme a seguinte razão:

"No Estado de Santa Catarina, o Decreto nº 2.504, de 29 de setembro de 2004, institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem o Patrimônio Cultural de Santa Catarina. O decreto estabelece procedimentos para efetuar o registro dos bens culturais em quatro livros.

(...)

A instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial é dirigida à Fundação Catarinense de Cultura (FCC), que emitirá parecer sobre a proposta de registro e o publicará para manifestação pública. Após 30 dias, o processo será encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura e, em caso de decisão favorável, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina.

O processo de registro fica sob a guarda da área de Patrimônio Cultural da FCC, permanecendo disponível para consulta. A FCC fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Estadual de Cultura, que decidirá sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, tendo em vista, sempre, o registro como referência histórica do bem, sua relevância para a memória local e regional e a identidade e

formação cultural das comunidades catarinenses. Finalmente, o referido decreto institui o Programa Estadual do Patrimônio Estadual, com vistas à implementação de políticas específicas de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Pelo exposto, entende a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte que o autógrafo do projeto de lei nº 043/2014 não é o instrumento hábil para indicar a Festa da Polenta e do Queijo como o patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina."

Essa, senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 10 de junho de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/06/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício 0597/14/GABS/SOL Florianópolis-SC, 02 de junho de 2014.

A Senhora

JOCÉLIA APARECIDA LULEK

Diretora de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado da Casa Civil

Centro Administrativo

Florianópolis - SC

Prezada Senhora Diretora,

Com meus cordiais cumprimentos, solicito vossa atenção para o que abaixo segue:

Em atenção ao ofício nº 4078/SCC-DIAL-GEMAT, de 21 de maio de 2014, protocolado sob o nº SCC 4146/2014, o qual requer manifestação quanto ao projeto de Lei nº 043/2014, de origem parlamentar, que "Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa da Polenta e do Queijo do Município de Lindóia do Sul", a fim de atender ao pleito, pelos fatos e fundamentos de direito manifestados pela Consultoria Jurídica desta Secretaria, por meio do Parecer nº 143/14, de 28 de maio de 2014 (doc. 01), bem como, pelas razões técnicas expostas pela Fundação Catarinense de Cultura, de 27 de maio de 2014, juntada ao mesmo, na forma do Anexo I, manifestamo-nos **contrários à aprovação** do referido Projeto de Lei.

À vista do exposto, esta Secretaria emite parecer contrário à sanção do projeto de lei em questão pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Colho o ensejo para renovar meu respeito e apreço.

FILIPE MELLO

Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA ESPORTE

CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER Nº 143/14

Florianópolis, 28 de maio de 2014.

Trata-se de solicitação de manifestação do Excelentíssimo Senhor Secretário sobre o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 043/2014, de autoria do Deputado Estadual Neodi Saretta, o qual "Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa da Polenta e do Queijo do Município de Lindóia do Sul", aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

A princípio, cumpre ressaltar que o Projeto de Lei analisado não se fez acompanhar de uma exposição de motivos ou sequer qualquer outra justificativa para que se proceda com uma análise mais pontual dos objetivos do mesmo.

Não obstante, entende-se que a criação de um Projeto de Lei a fim de declarar a Festa da Polenta e do Queijo do Município de Lindóia do Sul como parte integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural de Santa Catarina, não se apresenta como sendo o instrumento ideal para inscrever e registrar este bem imaterial, destarte todo o valor de tal manifestação.

Neste sentido, reitera-se, de forma integral, a análise feita pela Fundação Catarinense de Cultura, parte integrante desse parecer e que segue juntada ao mesmo, na forma do Anexo I.

Pelo exposto, essa Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, através da sua Consultoria Jurídica, se posiciona **contrária à aprovação do Projeto Lei nº 043/2014**, haja vista entender não ser o mesmo instrumento hábil para indicar a Festa da Polenta e do Queijo do Município de Lindóia do Sul a integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina.

Ratifico, absorvendo e adotando, as razões acima alinhadas, submetendo-as à consideração superior.

Gislayne Ruiz

Consultora Jurídica - COJUR

Mat. 096.1589-0-01/ OAB/SC 22.706

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 043/2014

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa da Polenta e do Queijo do Município de Lindóia do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa da Polenta e do Queijo do Município de Lindóia do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de maio de 2014.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente, e.e.

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1184, de 16 de junho de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR HARLAY JANINE WEEGE BYLAARDT para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1185, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KARINA CANTO BITTENCOURT**, matrícula nº 6406, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-87, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de junho de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1186, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KARINA CANTO BITTENCOURT, matrícula nº 6406, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-90, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de junho de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1187, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CAMILA JULIANA DOS SANTOS**, matrícula nº 7106, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de junho de 2014 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1188, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VIRLEI EDSON DA COSTA**, matrícula nº 6205, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-96, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de junho de 2014 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1189, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VIRLEI EDSON DA COSTA, matrícula nº 6205, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-95, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 12 de junho de 2014 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1190, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIZA SUBBRACK TURATTI**, matrícula nº 7546, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1191, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIZA SUBBRACK TURATTI, matrícula nº 7546, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de junho de 2014 (Gab Dep Joares Ponticelli - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1192, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MURILLO CESAR VIEIRA VALENTE, matrícula nº 7273, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1193, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **PATRICIA SOARES DOS SANTOS**, matrícula nº 7522, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Folha de Pagamento dos Servidores Inativos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, LYVIA MENDES CORREA, que se encontra em licença para tratamento de saúde por sessenta dias, a contar de 28 de maio de 2014 (DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1194, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONÇALVES**, matrícula nº 7207, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ADELIA FERRARI CARDOSO, que se encontra em licença para tratamento de saúde por oitenta e três dias, a contar de 1º de junho de 2014 (DL - Coordenadoria de Documentação).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1195, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA NEUZA MARCELINO**, matrícula nº 1360, no Gab Dep Edison Andrino, a contar de 12 de junho de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1196, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1284/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **GIOVAN NARDELLI**, matrícula nº 6711, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 5 de junho de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1197, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1264/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **MARIA DA GRACA BRASIL CALDAS**, matrícula nº 2360, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 27% (vinte e sete por cento), a contar de 4 de junho de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1198, de 16 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1259/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **RUBENS MANOEL JUSTINO**, matrícula nº 1838, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 26 de novembro de 2008 e 25 de novembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1199, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, para o gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cherm, a contar de 16 de junho de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
4005	FABIO AUGUSTO HACHMANN	PL/GAB-91
4074	ANTONIO CARLOS CENZI PIMENTEL	PL/GAB-91
4337	MARIA EDINARA BERTOLIN	PL/GAB-68
4921	PEDRO PAULO BENTO CARVALHO GONCALVES	PL/GAB-22
4928	JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS SOUZA	PL/GAB-64
5020	MARTA BRANCHER PALHANO	PL/GAB-67
5216	ADALBERTO JOSE OLINGER	PL/GAB-38
5923	EDESIO CIRILO PEREIRA	PL/GAB-53
6021	HORST HAAKE	PL/GAB-20
2703	CARMEN IRENE SCHWEITZER PAULI	PL/GAB-59
6360	ANA LUCIA MINOSSO PACHECO DOS SANTOS	PL/GAB-68
6409	LUIISA EDUARDA S. DE OLIVEIRA RATOCHINSKI	PL/GAB-22
6781	KAMILLA KAROLINE LOPES	PL/GAB-22
6819	MARIELEN SCHMIDT	PL/GAB-33
6850	LUCAS PEREIRA DE MELO	PL/GAB-07
7027	KELEN CARLA BERTOL	PL/GAB-51
7059	FABIA CRISTINA LOPES ORTIGA	PL/GAB-43
7095	SABRINA GRASIELLE PAES HACHMANN	PL/GAB-44
7171	LUCAS WILSON GOTARDO	PL/GAB-43
7190	JOÃO MIGUEL	PL/GAB-43
7314	ADELMO ALBERTI	PL/GAB-55

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1200, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, para o gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cherm, a contar de 16 de junho de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
1562	GERVASIO PAULI

1729	MARCOS GRAFF CESAR
9163	JOAO CARLOS PEREIRA
9228	LUIZ AUGUSTO LUZ FAISCA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1201, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **GERVASIO PAULI**, matrícula nº 1562, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, para o gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cherem, a contar de 16 de junho de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1202, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 16 de junho de 2014.

Gab. Dep. Luiz Eduardo Cherem

Matrícula	Nome	Cidade
5216	ADALBERTO JOSE OLINGER	BRUSQUE
7314	ADELMO ALBERTI	CANOINHAS
6360	ANA LUCIA MINOSSO PACHECO DOS SANTOS	FLORIANÓPOLIS
4074	ANTONIO CARLOS CENZI PIMENTEL	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
2703	CARMEN IRENE SCHWEITZER PAULI	BALNEÁRIO PIÇARRAS
5923	EDESIO CIRILO PEREIRA	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
4005	FABIO AUGUSTO HACHMANN	FLORIANÓPOLIS
6021	HORST HAAKE	MIRIM DOCE
7190	JOÃO MIGUEL	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
6781	KAMILLA KAROLINE LOPES	JOSÉ BOITEUX
7027	KELEN CARLA BERTOL	FLORIANÓPOLIS
6850	LUCAS PEREIRA DE MELO	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
7171	LUCAS WILSON GOTARDO	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
6409	LUIZA EDUARDA S. DE O. RATOCHINSKI	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
6819	MARIELEN SCHMIDT	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
5020	MARTA BRANCHER PALHANO	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
4921	PEDRO PAULO B. CARVALHO GONCALVES	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
7095	SABRINA GRASIELLE PAES HACHMANN	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1203, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Valdir Cobalchini, para o gabinete do Deputado Paulo França, por sessenta dias, a contar de 16 de junho de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
3733	VALMIR ROSA CORREIA	PL/GAB-55
3849	ADRIANE A. CAVAZZOLA PEDROSO	PL/GAB-54

5025	CAMILA DA ROSA SANTOS	PL/GAB-42
5639	EDISON MEIRA	PL/GAB-58
5640	JOHN MARTINS VIANNA	PL/GAB-70
5462	EMERSON LUCIANO STEIN	PL/GAB-44
5938	ANDREIA DE FATIMA MAGUELNISKI	PL/GAB-37
5940	CARLOS DE PAULA	PL/GAB-52
6009	VENICIO EDUARDO CAVINATO	PL/GAB-32
6227	JOAO CARLOS MUNARETTO	PL/GAB-50
6244	ANELIA MARIA MARTINS	PL/GAB-89
6584	MAURO ANTONIO ZANOTTO	PL/GAB-58
6893	DARCI KLUMB	PL/GAB-42
7141	MANOEL JOAO MARTINS FILHO	PL/GAB-58
7234	EDILBERTO CARLOS FERREIRA	PL/GAB-65
7334	LUIZ CARLOS DUNCKE	PL/GAB-66
7343	SAULO WEISS	PL/GAB-66
7508	MARIA DE FATIMA MATTOS SOMBRIO	PL/GAB-58
7605	FRUTUOSO ALVES DE OLIVEIRA	PL/GAB-62
7617	LAURI PIGOZZO	PL/GAB-52

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1204, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Valdir Cobalchini, para o gabinete do Deputado Paulo França, a contar de 16 de junho de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
1704	ROBERSON DORNBUSCH
7596	ILSON SEBASTIÃO DA SILVA
1678	IVENS ANTONIO SCHERER

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1205, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **IVENS ANTONIO SCHERER**, matrícula nº 1678, do gabinete do Deputado Valdir Cobalchini, para o gabinete do Deputado Paulo França, a contar de 16 de junho de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1206, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 16 de junho de 2014.

Gab. Dep. Paulo França

Matrícula	Nome	Cidade
6244	ANELIA MARIA MARTINS	FLORIANÓPOLIS
5025	CAMILA DA ROSA SANTOS	LAGUNA
5940	CARLOS DE PAULA	CAÇADOR
6893	DARCI KLUMB	MARAVILHA
7234	EDILBERTO CARLOS FERREIRA	FRAIBURGO
5639	EDISON MEIRA	FLORIANÓPOLIS

5462	EMERSON LUCIANO STEIN	BOMBINHAS
6227	JOAO CARLOS MUNARETTO	RIO DAS ANTAS
7617	LAURI PIGOZZO	VIDEIRA
7334	LUIS CARLOS DUNCKE	PALHOÇA
7141	MANOEL JOAO MARTINS FILHO	FLORIANÓPOLIS
7508	MARIA DE FATIMA MATTOS SOMBRIO	JOINVILLE
7343	SAULO WEISS	ANITÁPOLIS
3733	VALMIR ROSA CORREIA	CHAPADÃO DO LAGEADO
6009	VENICIO EDUARDO CAVINATO	SÃO MIGUEL D'OESTE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1207, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1326/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **INDIANARA BERTOLDI DA SILVA**, matrícula nº 7063, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 26 de maio de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1208, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1328/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **SUZANA MARCHEZINI BOLSONI**, matrícula nº 6611, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 7 de junho de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1209, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR A PEDIDO a servidora **CARLA CRISTINA SCHE**, matrícula nº 2536, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Junho de 2014 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1210, de 18 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1102/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **JADNA NARA HERBST VIEIRA PARENTE**, matrícula nº 7504, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 19 de maio de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 171.8/14

Denomina Rodovia Ervino Klug o acesso da Rodovia BR-280 à Praia do Ervino, no Município de São Francisco do Sul.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Ervino Klug o trecho de acesso à Praia do Ervino, localizada no Município de São Francisco do Sul, entroncamento da Rodovia BR-280 (Sentido Araquari) até a Praia do Ervino, com uma extensão de 13,79 Km.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Darci de Mattos

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar como **Rodovia do Ervino** o trecho de acesso à Praia do Ervino, localizada no Município de São Francisco do Sul, entroncamento da Rodovia BR-280 (Sentido Araquari) até a Praia do Ervino, com uma extensão de 13,79 Km, atualmente popularmente já chamada de "Estrada do Ervino".

A presente proposta visa homenagear *in-memoriam* o primeiro morador dessa Praia, que viveu por 35 anos e lutou pelo desenvolvimento do então balneário selvagem que lá existia.

Ervino Klug, cidadão, chefe de família exemplar e visionário, serviu a sua praia brilhantemente, com competência, honestidade e muita dedicação, deixando seu nome marcado para sempre na memória e no coração dos turista, visitantes e moradores.

Em sua vida de trabalho pela Praia, que leva seu nome, Ervino Klug foi grande defensor da pavimentação deste acesso, não tendo medido esforços para que essa meta fosse concretizada. Quando lá chegou, na década de 70, ajudava os novos moradores abrindo poços artesanais e conduzindo a "Cabana do Ervino", o único e melhor ponto de encontro e referência, à época.

Por esta razão, solicito aos representantes do povo catarinense que viabilizem instrumento legal para denominar de **Rodovia do Ervino** o trecho de acesso à Praia do Ervino, motivo pela qual peço o acolhimento da presente proposição que ora submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Darci de Mattos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 172.9/2014

Declara de utilidade pública a Associação Casa São José, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Casa São José, com sede no município de Florianópolis - SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

JUSTIFICATIVA

O reconhecimento da Associação Casa São José, como entidade de utilidade pública estadual, objeto desta proposição, busca antes de tudo, dar condições efetivas para que esta instituição continue desenvolvendo ações sociais. Fundada em 06 de maio de 2013, a Associação Casa São José, com sede na Rua Marcus Aurélio Homem, 366 na cidade de Florianópolis, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional e filantrópico, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança e do adolescente, bem como seu bem estar, envolvendo-os com a comunidade e a família, oportunizando seu crescimento na vida e na sociedade.

Esta instituição atendeu 160 crianças, desenvolvendo atividades pedagógicas e sociais com crianças e pré-adolescentes da faixa de 6 a 15 anos.

Por estas e outras razões, entendemos como mais do que justa a titularidade de utilidade pública à Associação Casa São José, de Florianópolis, para que usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, e por isso submeto aos Senhores Deputados e Deputadas o presente Projeto.

Deputado Silvio Dreveck

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 173/14**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 12.911, de 2004, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-SC) e do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC) e adota outras providências".

Florianópolis, 11 de junho de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 17/06/14

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****E.M. GABS Nº 06/2014**

Florianópolis, 24 de março de 2014.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a proposta de Anteprojeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei nº 12.911, de 22 de janeiro de 2004", que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

I - DOS FUNDAMENTOS

Ratificamos a presente proposta de lei com alterações corretivas à Lei nº 12.911, de 22 de janeiro de 2004, que criou o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, alterações estas, de extrema importância para a consecução dos trabalhos desenvolvidos por esta Pasta.

Faz-se necessária e urgente a adequação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar às regras federais supervenientes, Lei nº 11.346/2006 e Decreto nº 7.272/2010, que regulamentam a matéria, fixando inclusive as diretrizes a serem observadas para criação, composição e atuação dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.

A existência em Santa Catarina de cerca de 100.000 pessoas em estado de vulnerabilidade social grave, com falta de alimentação, recomenda-nos a adoção de ações múltiplas que permitam alavancar o envolvimento da sociedade e de órgãos governamentais na definição de políticas apropriadas para o enfrentamento da situação.

As alterações propostas e adiante enumeradas corrigem e modernizam diversos aspectos e conceitos da lei anterior, além de atualizar a nomenclatura dos órgãos e das entidades componentes do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

No art. 1º atualizamos a nomenclatura desta Secretaria, de acordo com a Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007.

Já no art. 2º, que trata das competências do CONSEA/SC apresentamos alterações em todos os incisos, atualizando a redação de 2004 para as padrões atuais.

Com relação ao art. 3º, que trata da composição, propomos a redução para 27 (vinte e sete) membros, sendo 9 (nove) representantes entes públicos estaduais, e 18 (treze) representantes da sociedade civil envolvidos com a questão da segurança alimentar, resultando na readequação dos entes públicos que terão assento no Conselho, todos escolhidos levando-se em conta o seu grau de envolvimento institucional com a matéria.

Salienta-se que a redução do número de membros do CONSEA é bastante significativa, passando de 42 para 27 Conselheiros, o que representa além de maior eficiência nas reuniões e deliberações do Conselho, a redução dos gastos com diárias e demais despesas.

Destaca-se, ainda, que a formatação segue o padrão estipulado para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurado à Sociedade Civil a Presidência e a maioria no Conselho, em conformidade com a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

Na readequação do art. 4º, incluímos a previsão de que órgãos federais envolvidos com a questão da Segurança Alimentar e Nutricional, serão convidados a participar do Conselho como **ouvintes e colaboradores, sem direito a voto**. Como se vê, a participação de entes federados não interferirá na gestão do CONSEA, pois atuarão tão somente como colaboradores, no intuito de se trocar informações e experiências na formulação de políticas públicas para o combate a fome no Estado de Santa Catarina, buscando uma melhoria de vida aos nossos cidadãos.

As ausências ou impedimentos dos conselheiros estão previstos no art. 5º, e a perda do mandato em seu parágrafo único.

A perda da representação por parte da entidade, pelo Conselheiro faltoso, visa um maior comprometimento dessas instituições para com os projetos e planos de trabalho do Conselho, proporcionando a substituição da entidade.

No art. 9º, substituímos a figura do Vice-Presidente pelo Secretário Geral nos cargos diretivos, o qual representará o CONSEA na CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo este de livre nomeação governamental, por indicação do Secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, mantendo-se o princípio de escolha do Presidente através de lista tríplice apresentada ao Chefe do Poder Executivo; Primeiro e Segundo Secretário serão escolhidos por meio de votação entre seus pares.

Atente-se que, na redação anterior, a participação do Estado na direção superior do Conselho era secundária. O cargo de Secretário Geral confere papel mais relevante e influente ao Estado, pois será o representante da Secretaria e do Conselho na Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

No art. 11 acrescentou-se o parágrafo único a fim de determinar a gerência, execução e controle contábil do FUNSEA-SC, a esta Pasta, o que justifica a inexistência do cargo de Tesoureiro na mesa diretora do CONSEA, pois tal atribuição será desempenhada pela Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade, sob a supervisão do Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

O art. 13 ratifica a gestão executiva do FUNSEA pela SST, com nomenclatura de contas próprias, obedecida a legislação federal específica e as orientações estaduais sobre normas de pagamento e movimentação de contas.

Convém asseverar que as alterações propostas no art. 2º, incisos I, II, V, IX e XI, e dos arts. 11 e 13, não representam impacto orçamentário-financeiro, conforme corrobora a C.I. nº 0046/2014, bem como o Parecer Jurídico nº 130/2014, ambos da Secretaria de Estado da Fazenda, fls. 04-08 do processo SCC nº 673/2014, em apenso.

Por todo o exposto, aguardamos a aprovação por Vossa Excelência ao anteprojeto de alteração da Lei que cria o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-SC.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

JORGE TEIXEIRA

Secretário de Estado da Assistência Social
Trabalho e Habitação.

PROJETO DE LEI Nº 173.0/2014

Altera a Lei nº 12.911, de 2004, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-SC) e do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC) e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.911, de 22 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-SC), órgão colegiado, de caráter consultivo e permanente, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), com a finalidade de implementar políticas de combate à fome, baseadas no desenvolvimento sustentável e na agroecologia, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional de toda a população do Estado." (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ao CONSEA-SC compete:

I - convocar a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com periodicidade de até 4 (quatro) anos;

II - propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e as prioridades da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a inclusão de requisitos orçamentários para sua consecução;

III - articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional no Estado e nos Municípios que integram o SISAN, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência de ações nacionais, especialmente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA);

V - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

VI - estimular a criação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional e de comissões regionais de segurança alimentar e nutricional, mantendo relação de cooperação especial para as ações definidas como prioritárias pelas Políticas e pelos Planos Estaduais e Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - promover a integração com os demais conselhos estaduais e com segmentos da sociedade civil do Estado, com vistas à democratização das informações inerentes à segurança alimentar e nutricional;

VIII - encaminhar suas deliberações aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como às entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade civil, por meio da SST;

IX - coordenar campanhas de conscientização da opinião pública;

X - realizar estudos e pesquisas voltados à segurança alimentar e nutricional sustentável;

XI - propor formas de captação, administração e aplicação dos recursos financeiros constitutivos do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC), bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução; e

XII - elaborar e alterar, por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, seu regimento interno, que será submetido à aprovação por ato do Chefe do Poder Executivo." (NR)

Art. 3º O art. 3º da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O CONSEA-SC é constituído de 27 (vinte e sete) membros titulares e igual número de suplentes, assim distribuídos:

I - 9 (nove) representantes governamentais, sendo:

a) 1 (um) representante da SST;

b) 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Casa Civil

(SCC);

c) 1 (um) representante da Secretaria Executiva de Políticas Sociais de Combate à Fome (SCF);

d) 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento (SPG);

e) 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR);

f) 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação

(SED);

g) 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde

(SES);

h) 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda

(SEF); e

i) 1 (um) representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL); e

II - 18 (dezoito) representantes de entidades não governamentais que desenvolvam ações voltadas à segurança alimentar e nutricional.

§ 1º Os representantes das entidades governamentais são de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídos a qualquer tempo, *ad nutum*, mediante nova designação.

§ 2º Os membros representantes das entidades não governamentais serão eleitos em fórum próprio, convocado a cada 2 (dois) anos pelo titular da SST, e designados pelo Chefe do Poder Executivo para cumprir mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno.

....." (NR)

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Serão convidados a participar das reuniões do CONSEA-SC, como ouvintes e colaboradores, sem direito a voto, representantes de órgãos federais e municipais envolvidos com as questões da segurança alimentar e nutricional." (NR)

Art. 5º O art. 5º da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º"

Parágrafo único. Perde a representação ou o mandato o Conselheiro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo mediante justificativa formulada por escrito e aprovada pela plenária do CONSEA-SC." (NR)

Art. 6º O art. 9º da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A Diretoria do CONSEA-SC terá a seguinte composição:

I - Presidente;

II - Secretário-Geral;

III - Primeiro Secretário; e

IV - Segundo Secretário.

§ 1º O Presidente do CONSEA-SC será designado por ato do Chefe do Poder Executivo, dentre os representantes das entidades não governamentais, a partir de lista tríplice apresentada pelos Conselheiros.

§ 2º O Secretário-Geral será designado por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do titular da SST.

§ 3º O Primeiro Secretário e o Segundo Secretário serão eleitos pelos Conselheiros, por maioria simples.

§ 4º Os cargos que compõem a Diretoria do CONSEA-SC terão suas atribuições e suas competências definidas no Regimento Interno." (NR)

Art. 7º O art. 11 da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Fica instituído o Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC), vinculado à SST, com a finalidade de apoiar financeiramente programas e projetos direcionados à segurança alimentar e nutricional, ao combate à fome, à miséria e à exclusão social." (NR)

Art. 8º O art. 13 da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A gestão executiva do FUNSEA-SC será operacionalizada, controlada e contabilizada pela SST, com nomenclatura de contas próprias, obedecida a legislação federal específica e as orientações estaduais sobre normas de pagamento e movimentação de contas.

Parágrafo único. A movimentação e a aplicação dos recursos do FUNSEA-SC dependerão de autorização do titular da SST." (NR)

Art. 9º O art. 15 da Lei nº 12.911, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos do CONSEA-SC, poderão ser disponibilizados serviços de suporte de pessoal e de estrutura da SST." (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 174.0/2014

Institui o Dia Estadual do Kung Fu, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Kung Fu, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de abril.

Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata o *caput* deste artigo passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 17/06/14

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como escopo valorizar o esporte e prática da modalidade de Kung Fu como elemento de inclusão social e prática saudável de atividades para crianças, adolescentes e adultos. O Kung Fu é praticado em todas as regiões do Brasil. Em Santa Catarina, possuem inúmeras escolas e academias onde são ministradas aulas, bem como, diversas entidades realizam trabalhos sociais, utilizando a ferramenta desta arte como elemento inclusivo.

A prática do Kung Fu trás uma série de benefícios para seus praticantes: a) físicos: desenvolvimento da coordenação motora, força, resistência, flexibilidade, velocidade, ritmo, auxiliando no crescimento e ainda controle do aumento e diminuição do peso; b) emocionais e mentais: proporciona maior segurança, tranquilidade e controle das ações, desenvolvimento do raciocínio, os reflexos, maior atenção e concentração mental; c) pessoal: muito rico em técnicas de defesas diversas, incluindo variadas técnicas de ataque que por sua vez só deverá ser usada, em último recurso.

Como uma arte tradicional, o Kung Fu faz parte da grande herança cultural do povo chinês. Sua origem pode ser encontrada na pré-história, onde nossos ancestrais eram obrigados a lutar contra animais e outros homens a fim de garantir sua sobrevivência. Na luta entre tribos, os guerreiros compreenderam que, para derrotar o inimigo, era importante não só possuir boas armas, mas também melhorar a capacidade física e as habilidades de combate através de treinamento intensivo nos tempos de paz. Este treinamento melhorou essas capacidades e habilidades e propiciou o surgimento de várias artes marciais ao longo dos séculos, dentre elas o Kung Fu. Alguns livros afirmam que essa arte marcial é conhecida pela inspiração nos movimentos dos animais e com preocupações de saúde e defesa pessoal há mais de 5000 anos (Minick, 1975).

Nesse contexto, apresentamos presente matéria legislativa, a fim de ver aprovada a instituição do Dia Estadual do Kung Fu no Estado de Santa Catarina.

Deputada Angela Albino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0175.1/2014

Altera a Lei nº 8.450, de 1991, que autorizou a doação de área de terras para o Clube Verde dos Oficiais da Polícia Militar, para o fim de alterar a cláusula de reversão e revogar a cláusula que elenca benfeitorias.

Art. 1º Os arts. 3º e 4º da Lei nº 8.450, de 11 de dezembro 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Nas hipóteses de dissolução da entidade, suspensão de suas atividades superior a 5 (cinco) anos ou mudança de atividade social, importará na imediata reversão do imóvel, devendo as instalações fixas serem incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer ônus para este. (NR)

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo determinará providências para o cumprimento desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 2º da Lei nº 8.450, de 11 de dezembro de 1991.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 17/06/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos Nobres Pares o presente Projeto de Lei, que visa alterar a Lei nº 8.450, de 11 de dezembro de 1991, que autorizou a doação de área de terra para a Associação Barriga Verde dos Oficiais Militares Estaduais (Clube dos Oficiais).

A Associação, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Lauro Linhares, nº 1250, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 6.435, de 1984, tem por objetivos estatutários previstos em seu art. 4º:

I - proporcionar encontros de caráter social, recreativo, cultural, cívico, desportivo e outras formas de lazer, promovendo a união e a solidariedade entre associados e dependentes;

II - incentivar o espírito de corpo e a camaradagem entre os membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;

III - promover o intercâmbio com outros clubes sociais e congêneres de outras Polícias Militares e de outros Corpos de Bombeiros Militares;

IV - promover a difusão das tradições da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;

V - defender ou concorrer para a defesa dos interesses coletivos de seus associados; e

VI - Promover cursos e seminários, palestras, etc. objetivando o aperfeiçoamento dos militares estaduais, bem como de pessoas interessadas em se qualificarem para as carreiras militares estaduais, entre outros cursos considerados de interesse da classe.

Para atender aos objetivos sociais estatutários, é mister que se façam as alterações ora propostas, permitindo a construção de novas obras que atendam as reais necessidades dos associados, a exemplo do hotel do trânsito, salão de eventos, complexo esportivo, dentre outros, em substituição aos equipamentos exigidos para suprir necessidades já superadas.

Ante o exposto, conto com o apoio dos Senhores Deputados ao presente Projeto de Lei.

Deputado Marcos Vieira

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0176.2/2014

Declara de utilidade pública a Associação Amor a Vida (AMOV), de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amor a Vida (AMOV), com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 10 desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões,

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/14

JUSTIFICATIVA

Trata a presente proposição, da solicitação do reconhecimento de utilidade pública da Associação Amor a Vida (AMOV), com sede no Município de Criciúma.

A entidade tem como finalidade incentivar, organizar e sistematizar as atividades dos portadores de câncer de ambos os sexos, bem como promover eventos educativos e informativos à população; alertar quanto aos direitos dos portadores de câncer, entre outras.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputada Angela Albino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0177.3/2014

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Manchester, de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Manchester, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/14

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Manchester, com sede no município de Joinville.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e se enquadra nas exigências da Lei Estadual n. 15.125/2010, eis que promove vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade, solidificando o espírito associativo, bem como atividades com o objetivo de difundir a prática do Karatê; de ensinar, estimular e promover junto aos seus associados a prática do “Bushido” (Código de Honra); de zelar pela aplicação das leis e determinações emanadas dos órgãos governamentais; e de promover atividades que visam o aprimoramento técnico, incrementando competições e torneios de Karatê.

Frente aos propósitos da referida entidade (nos termos de seu estatuto), para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Manchester, com sede no município de São Bento do Sul, o Título de Utilidade Pública.

Deputado Antônio Aguiar

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0178.4/2014

Declara de utilidade pública a Associação Grupo Coral e Musical Edelweiss, de São Bento do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Grupo Coral e Musical Edelweiss, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Antônio Aguiar
Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Grupo Coral e Musical Edelweiss, com sede no município de São Bento do Sul.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e se enquadra nas exigências da Lei Estadual n. 15.125/2010, eis que promove vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade, solidificando o espírito associativo, bem como atividades com o objetivo de preservar, por meio da música, do canto, as tradições germânicas e musicais de todas as nacionalidades, objetivando manter as tradições de seus antepassados.

Frete aos propósitos da referida entidade (nos termos de seu estatuto), para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação Grupo Coral e Musical Edelweiss, com sede no município de São Bento do Sul, o Título de Utilidade Pública.

Deputado Antônio Aguiar

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0179.5/2014

Inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o KerbFest, no Município de Peritiba.

Art. 1º Fica incluído no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o KerbFest, a ser comemorado, anualmente, no terceiro final de semana do mês de Maio, no Município de Peritiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como escopo homenagear e reconhecer o legado cultural dos imigrantes alemães e italianos que chegaram ao Meio Oeste catari nense, em meados de 1919.

Esses pioneiros desbravadores lançaram as bases de uma próspera colonização que resultou na criação do Município de Peritiba, no ano de 1963.

Em Peritiba, a forte presença dos imigrantes alemães e italianos é marcada pela arquitetura, gastronomia típica e a alegria de um povo acolhedor, que preserva, até hoje, muitas tradições e costumes que os primeiros imigrantes trouxeram dos velhos rincões do Rio Grande do Sul.

O KerbFest, que já está em sua 93ª edição, realizado, anualmente, no terceiro final de semana do mês de Maio, é um evento social que traz uma série de benefícios econômicos para o Município e, conseqüentemente, para o Estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, integrar a data comemorativa do KerbFest ao calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina, além de se constituir uma homenagem ao legado cultural dos valorosos imigrantes alemães e italianos, que se fixaram no Município, abre a possibilidade de uma maior divulgação desse evento festivo, dando maior vitalidade à economia turística de Santa Catarina.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 039/2014**

Reconhece o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no Município de Treze de Maio, como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no Município de Treze de Maio, como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 099/2014

Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre os Cuidados com os Animais Domésticos, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Conscientização sobre os Cuidados com os Animais Domésticos, a ser comemorado, anualmente, no dia 4 de outubro, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 140/2014

Revoga a Lei nº 2.285, de 1960, que declara de utilidade pública o Círculo Bom Samaritano de Brusque.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 2.285, de 3 de fevereiro de 1960, que declara de utilidade pública o Círculo Bom Samaritano de Brusque.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 407.9/2013

O Projeto de Lei nº 0407.9/2013 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0407.9/2013

Denomina Escola Estadual Higino João Pio a Escola Estadual localizada na Rua Madagascar, s/n, Bairro das Nações, no Município de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica denominada Escola Estadual Higino João Pio a Escola Estadual localizada na Rua Madagascar, s/n, Bairro das Nações, no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,
Deputado Narcizo Parisotto

Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 10/06/14

APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 11/06/14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 407/2013

Denomina Escola Estadual Higino João Pio a Escola Estadual localizada na Rua Madagascar, s/n, Bairro das Nações, no Município de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Escola Estadual Higino João Pio a Escola Estadual localizada na Rua Madagascar, s/n, Bairro das Nações, no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 542/2013

Institui o Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Dia da Água, 22 de março, o Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, neste dia.

Parágrafo único. O Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani visa destacar a importância da preservação da água desse reservatório e, conseqüentemente, adotar medidas nas atividades humanas, sobretudo, industriais e agrícolas, que têm provocado a contaminação dessa reserva d'água.

Art. 2º O Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***